

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
E GEOCIÊNCIAS**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO:
SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO
SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE CRICIÚMA – SC**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Rafael Matos Felacio

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO:
SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL NA
CIDADE DE CRICIÚMA – SC**

Rafael Matos Felacio

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, área de concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM/RS) como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
E GEOCIÊNCIAS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO:
SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO
SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE CRICIÚMA – SC**

elaborada por
Rafael Matos Felacio

como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Eduardo Schiavone Cardoso
(Presidente/orientador)

Dr. Mário Leal Lahorgue (UFRGS)

Dra. Sandra Ana Bolfe (UFSM)

Santa Maria, 16 de julho de 2013.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado *in memoriam* de meus pais, Albertina Matos Felacio e João Felacio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências por toda atenção disponibilizada.

Aos professores (as) do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências que direta ou indiretamente contribuíram para meu crescimento acadêmico, em especial, à Prof^a. Dr^a. Carmen Rejane Flores Wizniewsky e Prof^a. Dr^a. Sandra Ana Bolfe pelas contribuições e sugestões na banca de qualificação.

Ao professor Dr. Eduardo Schiavone Cardoso por toda atenção, dedicação, apoio, sobretudo, por socializar seu vasto saber para que eu pudesse concluir este trabalho.

Ao João Henrique Quoos por toda atenção, apoio, sobretudo, por socializar seu saber na produção e desenvolvimento dos mapas.

Aos meus grandes amigos Gustavo e Tiago que em alguns momentos abduquei da nossa grande amizade para que fosse possível alcançar meu objetivo.

A todos os demais amigos e colegas que de certa forma ajudaram nesta conquista. Aos colegas e amigos do Curso de Mestrado em Geografia pelos momentos de reflexão ou de descontração, que sempre ficarão guardados na minha memória.

Aos meus familiares pelo apoio e carinho para mais esta etapa de minha formação profissional, em especial aos meus irmãos e principalmente minha irmã Zulamar, que jamais deixou de dar-me atenção e minha querida madrinha pelo apoio e conselhos.

Com gratidão a minha grande companheira, magnífica mulher e grandiosa pessoa Catiana Perin que abdicou de muitas de suas vontades e desejos para estar sempre ao meu lado, apoiando-me incondicionalmente.

Ao Sr. Moacir Perin e à Sr.^a Noemi Perin, que em todo e qualquer momento estavam sempre à disposição para ajudar-me no que fosse preciso. Pessoas das quais terão sempre meu respeito e atenção no que for preciso. Ao meu cunhado Adriano Perin pelos diálogos e contribuições científicas.

Por fim, agradeço a todos que se dedicaram a produzir um pensamento geográfico e científico, legado que possibilitou construir e reconstruir meu conhecimento acadêmico.

EPÍGRAFE

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”

EDUARDO GALEANO

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE CRICIÚMA – SC

Autor: Rafael Matos Felacio
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso
Local e Data da Defesa: Santa Maria, 16 julho de 2013.

Este trabalho tem como objetivo caracterizar a produção do espaço urbano e analisar os padrões de segregação e diferenciação socioespacial na cidade de Criciúma, localizada no sul de Santa Catarina. Este estudo e análise sobre a produção do espaço urbano e da cidade segregada e diferenciada socialmente é conduzida sob três perspectivas. A primeira perspectiva é a Lefebvrina que busca compreender a cidade enquanto obra e produto do capitalismo. A segunda perspectiva é a marxista que analisa a cidade a partir dos conflitos e interesses antagônicos presentes e existentes a partir da divisão da sociedade em classes. E, a terceira perspectiva é a Foucaultiana dando ênfase nas relações de poder existente nas relações de produção do espaço urbano e da cidade socialmente segregada. Estas três perspectivas são compreendidas em constante movimento e contradições, que se manifestam nas mais variadas formas e escala geográfica, porém, articuladas sobre e na cidade, o que consiste realizar a pesquisa a partir do método dialético. Neste contexto e visão metodológica estruturou-se o trabalho em quatro capítulos: o primeiro referiu-se e enfatizou o desenvolvimento capitalista e desigual da cidade de Criciúma, sua consolidação no espaço e no tempo, entre permanências e rupturas do processo de transformação do espaço urbano e intraurbano que a coloca na condição de cidade média com importância na organização do espaço urbano e intraurbano na escala regional. No segundo, correspondeu em analisar as relações de poder como possibilidade metodológica da produção do espaço urbano evidenciando que as mesmas são premissa para disputa e fragmentação do território, processo este produtor da segregação socioespacial. No terceiro, aponta a abordagem científica que possibilita resgatar a gênese e conceituar que tipo de segregação socioespacial está sendo discutida, sobretudo, contextualizando as práticas dos agentes produtores do espaço urbano segregado socialmente e espacialmente. E, no quarto capítulo verificaram-se os padrões de segregação e diferenciação socioespacial existente em Criciúma a partir da utilização de duas variáveis: educação e renda. Estas variáveis possibilitaram verificar e mapear quais são os bairros mais segregados economicamente e educacionalmente, analisando-os e comparando-os de forma crítica e qualitativa, diante da divisão da cidade em Centro, Subcentro Próspera e Pinheirinho. Com esta pesquisa foi possível entender quem produz e para quem produz o espaço urbano e a cidade, marcado por conflitos, por disputas e interesses, seja para (re)produção do capital ou para (re)produção da vida, sobretudo, que a relação de produção do espaço intraurbano determinou a relação e os padrões de segregação socioespacial. Concluiu-se que os agentes envolvidos neste processo produzem territorialidades a partir das relações de poder, estas relações entre os diferentes agentes produzem disputa por territórios, os agentes envolvidos neste processo têm direito a cidade e urbanidade de forma selecionada e diferenciada, sendo que os padrões de segregação e diferenciação socioespacial são produzidos a partir destas relações, atrelados às diferenciações de rendimentos e de escolaridade ou inexistência dos mesmos, que implica na produção de uma cidade fragmentada socialmente e territorialmente.

Palavras-chave: Agentes produtores. Capitalismo e cidade. Criciúma. Espaço Intraurbano. Espaço urbano. Poder. Segregação socioespacial.

ABSTRACT
Dissertation of Master's degree
Program of Master's degree in Geography and Geosciences
Federal University of Santa Maria

**THE PRODUCTION OF SPACE:
SOCIO-SPATIAL SEGREGATION AND DIFFERENTIATION IN THE
CITY OF CRICIÚMA.**

Author: Rafael Matos Felicio
Adviser: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso
Place and Date of Defense: Santa Maria, July 16, 2013.

This study aims at characterizing the production of urban space as well as analyzing socio-spatial segregation and differentiation standards in the city of Criciúma, located in the south of Santa Catarina state. The investigation and the analysis on the production of urban space and the socially segregated and differentiated city follow three views. The first one is the Lefebvrian view, which seeks to understand a city as capitalism's work and product. The second one is the Marxist view, which examines a city departing from the conflicts and the conflicting interests given in it and the division of society into classes. The third one is the Foucaultian view, which emphasizes power relations within space production relations and socially segregated cities. These three views are taken to be in permanent movement and contradiction shown under the most varied forms and geographical scales, articulated on and within the city though. This means that the research will take on the dialectical method. Based on this context and methodological view, the study is organized into four chapters. In the first chapter, capitalist and dissimilar development of Criciúma city is presented and highlighted. Its consolidation throughout space and time, given in an urban and interurban space transformation process by means of permanence and disruption, is considered as the reason for its condition of important medium city for the organization of urban and interurban space on a regional scale. In the second chapter, power relations are taken as methodical possibilities for the production of urban space. These relations are pointed out as premises for dispute and fragmentation of territory, resulting in socio-spatial segregation. In the third chapter, a scientific approach, allowing for the recalling of socio-spatial segregation genesis and conceptualization under discussion, is presented. Practices of active producers of a socially and spatially segregated urban space are contextualized. In the fourth chapter, by means of two variables, i.e., education and income, socio-spatial segregation and differentiation standards within the city of Criciúma are considered. Neighborhoods, which are more economically and educationally segregated, are identified and mapped with these variables. The city division in Downtown, Próspera and Pinheirinho neighborhoods is critically analyzed and compared. This research allows for the understanding of who produces the urban space and the city and for whom they are produced. Urban space is marked by conflicts, disputes and interests, aiming at capital or life (re)production and, moreover, interurban space production relations determining the relation and the standards of socio-spatial segregation. The conclusion presented is that agents involved in the process of the production of space produce territorialities on the ground of power relations, relations which produce territory disputes. Agents belonging to this process have the right for the city and the urbanity in a selected and differentiated manner, being the standards of socio-spatial differentiation and segregation produced out of power relations. This standards are linked to incoming, schooling differentiations or the inexistence of these, what results in a socially and territorially fragmented city.

Keywords: Active producers. Capitalism and city. Criciúma city. Interurban space. Urban space. Power. Socio-spatial segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização Geográfica de Criciúma-SC.....	19
Figura 02 – Hierarquia populacional dos municípios da região da AMREC.....	36
Figura 03 – Terminal Rodoviário de Criciúma.....	37
Figura 04- Localização: divisão territorial e morfológica da cidade de Criciúma.....	39
Figura 05- Delimitação territorial: Centro, Subcentro Próspera e Pinheirinho.....	41
Figura 06- Delimitação territorial do Centro com seus respectivos bairros.....	41
Figura 07- Delimitação territorial do Subcentro Próspera e os respectivos bairros..	44
Figura 08- Delimitação territorial do Subcentro Pinheirinho e os respectivos bairros.....	46
Figura 09- Terminais - Central, Próspera, Pinheirinho e Avenida Centenário.....	48
Figura 10- Terminal Central, Próspera e Pinheirinho.....	48
Figura 11- Zoneamento e uso do solo.....	74
Figura 12- Obras de revitalização da Avenida Centenário em Criciúma.....	89
Figura 13- Obras no Centro da cidade de Criciúma.....	90
Figura 14- Parque das Nações em fase de construção.....	91
Figura 15- Parque das Nações concluído.....	92
Figura 16- Propaganda feita pelos promotores imobiliários utilizando-se do fator localização.....	93
Figura 17- Propaganda feita pelos promotores imobiliários utilizando-se do fator localização.....	94
Figura 18 - Heterogeneidade morfológica e residencial da cidade, bairro Renascer e Centro de Criciúma.....	95
Figura 19- Bairro Pio Correa com uso residencial de Criciúma caracterizado de alto padrão.....	96
Figura 20- Bairros Comerciário e São Cristóvão com pequena homogeneização residencial e econômica.....	97
Figura 21- Precarização e inexistência de infraestrutura bairro Renascer	98
Figura 22- Precarização dos bairros Cristo Redentor e Boa Vista.....	98
Figura 23- Porcentagem de alfabetizados e não alfabetizados de 05 a 14 anos dos bairros localizados no Centro e Subcentros.....	108
Figura 24- Porcentagem de alfabetizados e não alfabetizados de 15 a 19 anos dos bairros localizados no Centro e Subcentros.....	110

Figura 25- Porcentagem de alfabetizados e não alfabetizados de 20 a 29 anos dos bairros localizados no Centro e Subcentros.....	111
Figura 26- Porcentagem de alfabetizados e não alfabetizados de 30 anos dos bairros localizados no Centro e Subcentros.....	112
Figura 27- Bairros Tereza Cristina e Boa vista localizados no Subcentro Pinheirinho.....	116
Figura 28- Localização como mecanismo para a construção de identidade social – bairro Renascer e São José.....	120
Figura 29- Bairros com o número de domicílios sem rendimento per capita conforme a divisão territorial em questão - Centro e Subcentros.....	128
Figura 30- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de meio salário mínimo conforme a divisão territorial em questão - Centro e Subcentros....	129
Figura 31- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de meio a um salário mínimo conforme a divisão territorial em questão - Centro e Subcentros.....	130
Figura 32- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de um a três salários mínimos conforme a divisão territorial em questão - Centro e Subcentros.....	131
Figura 33- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de três a cinco salários mínimos conforme a divisão territorial em questão - Centro e Subcentros.....	132
Figura 34- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de cinco a dez salários mínimos conforme a divisão territorial em questão - Centro e Subcentros.....	133
Figura 35- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de dez salários mínimos conforme a divisão territorial em questão - Centro e Subcentros.....	134
Figura 36- Bairros com o número de domicílios com o total de rendimento per capita conforme a divisão territorial em questão - Centro e Subcentros.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Total de alfabetizados e não alfabetizados conforme as classes de rendimento nominal mensal com 10 anos ou mais de idade por situação de domicílios	104
Tabela 02 - Total de domicílios com rendimento mensal per capita, segundo as classes de rendimento.....	105
Tabela 03- Tipos de domicílios particulares permanentes e o número de morador(es) existente.....	106
Tabela 04 - Pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas conforme idade/anos por bairros localizados no Subcentro Pinheirinho.....	114
Tabela 05- Total e porcentagem de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas por bairros localizados no Subcentro Pinheirinho	115
Tabela 06 – Pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas conforme idade/anos por bairros localizados no Subcentro Próspera.....	117
Tabela 07- Total e porcentagem de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas por bairros localizados no Subcentro Próspera.....	118
Tabela 08 – Pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas conforme idade/anos por bairros localizados na área Central.....	122
Tabela 09- Total e porcentagem de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas por bairros localizados na área Central da cidade.....	123
Tabela 10- Rendimentos mensais per capita por domicílios dos bairros localizados no Subcentros Pinheirinho.....	136
Tabela 11- Rendimentos mensais per capita por domicílios dos bairros localizados no Subcentros Próspera.....	138
Tabela 12- Rendimentos mensais per capita por domicílios dos bairros localizados na área Central da cidade.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DSTT – Divisão Social do Trabalho Territorial.
E.F.D.T.C – Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina
ESUCRI – Faculdade e Escola Superior de Criciúma
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IPEA – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada
PIB – Produto Interno Bruto
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
TC – Terminal Central de Transporte Coletivo
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
ZC – Zonas de Centros
ZI – Zonas Industriais
ZM – Zonas Mistas
ZR – Zonas Residenciais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Problemática da pesquisa: objetivos e objeto de estudo.....	19
Método e procedimentos metodológicos: uma perspectiva teórica metodológica.....	24
Estrutura metodológica da pesquisa: técnicas, indicadores e variáveis de estudo.....	27
CAPÍTULO I	30
A HERMENÊUTICA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DESIGUAL DE CRICIÚMA: SUA CONSOLIDAÇÃO NO ESPAÇO E NO TEMPO	30
1.1- Criciúma: cidade média com importância na organização regional do espaço urbano e intraurbano.....	33
1.2 - A organização territorial e morfológica do espaço intraurbano de Criciúma.....	38
1.3 - A dialética da cidade: entre permanência e ruptura dos processos de transformação do espaço urbano e intraurbano de Criciúma.....	49
CAPÍTULO II	55
RELAÇÕES DE PODER: UMA POSSIBILIDADE METODOLÓGICA PARA UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	55
2.1 - A produção do espaço a partir das relações de poder: premissa para fragmentação e disputa por territórios.....	60
2.2- Produção do espaço: da fragmentação territorial a segregação socioespacial.....	66
2.3- O Estado e/ou produtores e reprodutores do espaço: Afinal! Quem são os agentes produtores da segregação socioespacial.....	71

CAPÍTULO III.....	82
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE CONCEITUAL....	83
3.1- Gênese e considerações sobre o conceito de segregação.....	84
3.2 - Contexto e práticas dos agentes (re)produtores do espaço urbano segregado.....	88
CAPÍTULO IV.....	99
ESPAÇO URBANO DE CRICIÚMA E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	99
4.1- Educação e renda: variáveis e indicadores da segregação socioespacial.....	101
4.2 – Renda: estratificação econômica e segregação socioespacial.....	125
CONSIDERAÇÕES.....	145
REFERÊNCIAS.....	153

INTRODUÇÃO

Pensar no processo de urbanização brasileira nos remete a pensá-lo a partir de uma teoria geográfica e urbanística, no qual deve ser vista como processo, forma e conteúdo dessa forma o “desenho urbano”. As manifestações das carências da população são questões a serem analisadas diante do que Santos (2009) denominou de subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, nos diversos momentos históricos, portanto, é uma acumulação histórica no espaço e no tempo.

No Brasil, em especial a partir de 1950 estas carências e subprocessos passaram a ter maior destaque e segundo Elias (2006) requer uma contextualização sobre os principais processos vetores das transformações pelas quais o país vem passando nos últimos cinquenta anos. Período que ocorreu significativas transformações sociais e econômicas, pois o país deixou de ser essencialmente agrário/rural tornando-se um país industrial/urbano. Neste período o Brasil passa a ter sua essência econômica voltada para a indústria produzindo significativas e complexas transformações na sociedade e sobre o território brasileiro.

Esta transição do modelo produtivo brasileiro produziu uma nova dinâmica econômica sendo que o “capital agrícola” tende a fixar-se neste momento nas cidades, *lócus* da produção e acumulação de riquezas, sobretudo, receptora de uma demanda significativa de pessoas desterritorializadas da produção agrícola ocasionando assim o êxodo rural. Muitos paradigmas que marcavam profundamente a vida social, econômica e política do país foram “quebrados” neste percurso. Desse modo, a partir de meados do século XX, sobretudo, nos períodos mais recentes o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com a pobreza, cujo *lócus* passa a ser cada vez mais a cidade, como bem caracterizou Santos (2009).

Este processo de urbanização associado ao processo de industrialização gerou uma concentração industrial nas regiões sul e sudeste do Brasil, impulsionando o crescimento das cidades que passa a exigir maior e mais infraestrutura e requerimentos em serviços, que conforme Elias (2006) elas não estavam previamente dotadas, alcançando em partes a sociedade e o território brasileiro.

A partir dos anos de 1970, o processo de urbanização brasileira alcançara novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Quantitativo, pois mais pessoas migraram para cidade devido ao processo de mecanização do campo e, qualitativo, pois as cidades passaram a ser *locus* de produção científica para dar suporte a tal transição. Esta sucinta cronologia do processo de urbanização coaduna-se com o conceito de Santos (2009) quando menciona que:

Desde a revolução urbana brasileira, consecutivo a revolução demográfica, dos anos de 1950, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número e da população respectiva – com núcleos com mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades com tamanho intermediário, para alcançarmos depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável dos números de cidades milionárias e grandes cidades médias. (SANTOS, 2009, p.77)

Desse modo, o processo de urbanização brasileira gerou uma organização interna de nossas cidades, grandes, médias e pequenas apresentando de modo geral problemas e diferenças sociais, estruturais e econômicos. Este contexto do crescimento urbano ocasionado pelo capitalismo, marcado por profundas disparidades tendem a ampliar a dimensão e a diversidades dos conflitos urbanos como bem conceitua Sposito (2006). Ora - se na lógica capitalista os investimentos tendem a se concentrar em determinado ponto do espaço geográfico, definido pela própria lógica capitalista pode se compreender conforme Pontes (2006) que a organização espacial brasileira nos últimos trinta anos e, em particular do seu espaço urbano, é o reflexo de um modelo de desenvolvimento, definido no âmbito do capital, que em função de sua melhor reprodução, privilegiou determinados pontos do espaço geográfico com objetivo de investimento.

Esse fato contraditório por excelência do capitalismo pode ser analisado com maior relevância na colocação de Pontes (2006) quando conceitua que:

Alguns núcleos nunca alcançam a expressão urbana outros, então, após serem beneficiados por investimentos que permitem o alavancamento de suas economias, perdem, de um momento para o outro, esse fluxo de capitais, acarretando desemprego e pobreza, e levando-os a conhecer a estagnação e a decadência. Mas, se alguns perdem nesse modelo de

desenvolvimento comandado pelos agentes do capitalismo, outros centros saem ganhando, em conformidade com a lógica reprodutiva do capital (PONTES, 2006, p.327).

Nesse sentido, nota-se que o processo de urbanização no Brasil aconteceu e acontece de forma heterogênea e combinada no espaço, criando especificidades quanto a sua organização, seja intrarregional, ou intraurbana. Dessa forma, o fenômeno urbano tem sido estudado e interpretado a luz de diferentes concepções filosóficas e escalas ao longo do século XX e início do século XXI. As cidades do mundo contemporâneo são formas híbridas da ação de uma diversidade de agentes que produzem e reproduzem o espaço de forma desigual. Pois, pensar o espaço urbano sempre nos faz reportar a inúmeros problemas, principalmente de ordem social sob as mais diversas formas de violência, miséria, marginalização, fome, trânsito caótico, serviços públicos insuficientes ou inexistentes, desemprego, moradias precárias e a perda da identidade social e espacial das populações urbanas, dentre outros.

O sistema vigente de produção capitalista por sua própria característica desenvolve-se de forma desigual e combinada no espaço e no tempo e seu aprofundamento promove a concentração da renda e o aumento da pobreza, paradigma das desigualdades socioespaciais. Com a expansão capitalista as cidades se tornam *lócus* econômico, um produto do capitalismo, segregando grande parte da população dos seus benefícios.

Daí a necessidade de analisar que o desenvolvimento do capitalismo se dá de forma diferenciada, combinando características “atrasadas e avançadas” devido às dimensões econômicas, tecnológicas, culturais e políticas. E, mesmo que o capitalismo necessite e/ou produza diferenças regionais, sociais e econômicas no espaço, não se pode aceitar tal mecanismo como um processo natural. Estes desequilíbrios e desigualdades são oriundos de um modelo de urbanização, aparentemente desordenado com planejamento inadequado ou sem planejamento, que pelo menos evidencie o social. Sobretudo, nota-se em várias cidades brasileiras a descontinuidade da malha urbana com distribuição e acesso desigual dos bens de consumo coletivos nas cidades, que se caracterizam pela fragmentação do espaço e pela diferenciação e segregação socioespacial.

Portanto, a produção do espaço no momento atual constitui um elemento central, tanto do ponto de vista da realização do processo de acumulação capitalista quanto do ponto de vista da (re) produção da vida. Assim, entender o urbano em sua dinâmica implica na busca da compreensão de fatores e causas que levam as relações sociais assimétricas. É nesta espacialidade cotidiana de indivíduos e de grupos sociais, elaborados pelos que constroem e reconstróem a paisagem e vida urbana que é possível identificar as causas, contradições e os resultados da diferenciação e segregação socioespaciais.

Desse modo, entender o significado do termo segregação e diferenciação socioespacial passa, necessariamente, pelo entendimento do que vem a ser o fenômeno urbano. Por sua vez, entender o urbano não é possível sem a compreensão da segregação e diferenciação socioespacial. A ciência geográfica, apesar de suas controvérsias envolvendo suas dimensões sociais apresenta uma vasta literatura sobre questões sociais e para temáticas que tratam da reprodução dos espaços urbanos e das relações sociais neles construídas.

Diante do contexto histórico da evolução do pensamento geográfico o que se pode analisar é que os estudos recentes sobre produção do espaço, segregação e diferenciação socioespacial têm algo de diferente dos anteriores, pelo fato de que a segregação e diferenciação socioespacial atualmente são abordadas através de perspectivas teóricas que “descartam” a interpretação naturalista e positivista, diante da mudança de paradigma metodológico da ciência geográfica.

Nesse sentido, o fenômeno era visto como um acontecimento natural, próprio de um processo de urbanização do homem que com a mudança metodológica e paradigmática passa a ser discutido a partir da compreensão de que é originário do modo de produção capitalista e como “opção” de grupos sociais específicos. Tal mudança de paradigma de análise deste processo, talvez esteja no fato de que a segregação e diferenciação socioespacial é uma realidade que se encontra em qualquer cidade do mundo contemporâneo e, as análises feitas anteriormente não davam mais conta de explicar tal fenômeno urbano.

Portanto, apoiando-se em uma perspectiva científica sobre o processo e produção do espaço urbano orientado por um recorte teórico e que não eximi, contudo, das fragilidades que esta abordagem acarreta para o entendimento e compreensão sobre tal fenômeno. Perspectiva esta que buscou pesquisar de forma dialética, ora com abordagem quantitativa, ora qualitativa **“a produção capitalista**

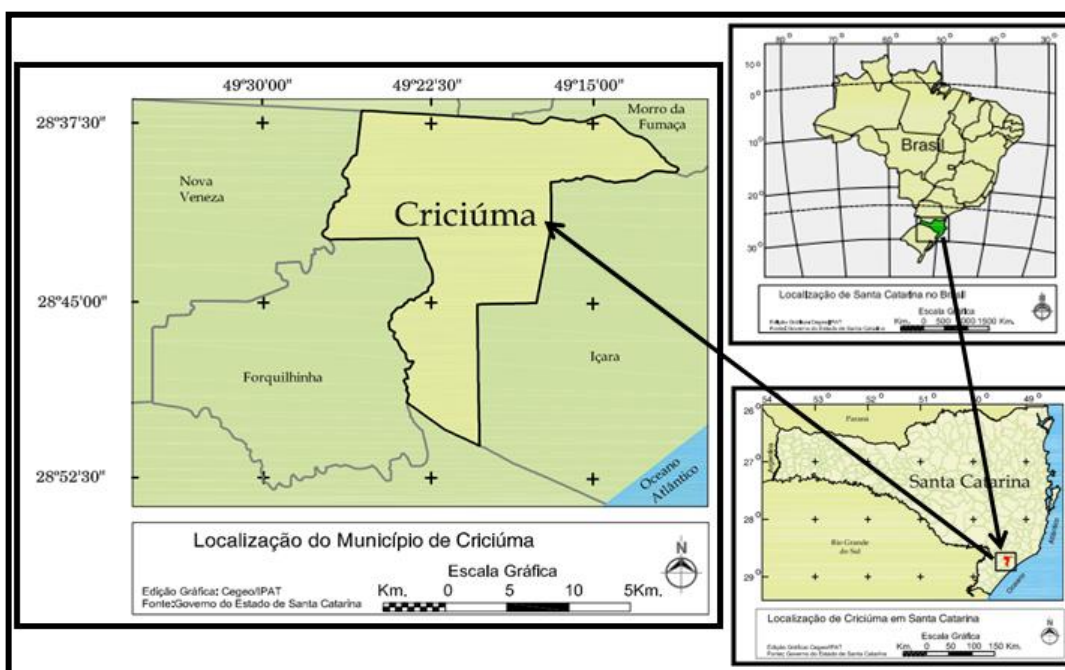
do espaço e o processo de segregação e diferenciação socioespacial, destacando os agentes, sobretudo, o papel do Estado como agente produtor e reproduzidor das relações de produção no espaço e sobre o espaço na cidade de Criciúma, localizada no estado de Santa Catarina”.

Por fim, são destacados alguns processos que levaram à diferenciação do espaço a partir das estruturas presentes na cidade orientada para o mercado, rentáveis, lucrativas e excludentes que modificam as práticas socioespaciais e as condições de sociabilidade entre os cidadãos diante do confronto entre capital e trabalho, identificando assim, como as dimensões econômicas subjagam as dimensões políticas e socioespaciais por meio de um controle social abrangente orientado por uma modernidade cooptada, reprodutora de individualismos e de processos de despolitização.

Problemática da pesquisa: objetivos e objeto de estudo

A cidade de Criciúma localiza-se ao Sul do Estado de Santa Catarina, mais precisamente na região carbonífera no extremo sul catarinense ocupando a posição de maior cidade desta região e uma das cinco maiores de SC conforme a figura 01.

Figura 01- Localização Geográfica de Criciúma-SC



Fonte: IPAT(2007)
Org.: FELACIO. M. F 2012.

Sua população, segundo o IBGE (2010) é de 192.308 mil habitantes, sendo que as outras quatro cidades mais populosas respectivamente são: Joinville com 515.288 mil habitantes, Florianópolis com 421.240, Blumenau com 309.011 e São José com 209.804 mil habitantes.

O desenvolvimento econômico de Criciúma teve como base a atividade agrícola, posteriormente a exploração do carvão mineral. Esta por sua vez, permaneceu até a década de 1970 como a principal e maior responsável pelos investimentos e renda na cidade. A decadência da atividade mineradora a partir da década de 1970 provocou um processo de diversificação da atividade econômica de Criciúma, como por exemplo, cerâmica, calçados e vestuário. “Essa produção diversificada mantém-se até os dias de hoje ao lado da extração de carvão remanescente” (GOULARTI, 2003, p. 9-10).

Atualmente, Criciúma tem no setor de prestação de serviços sua principal fonte de arrecadação, como é possível verificar utilizando dados do IBGE (2010). O montante oriundo da arrecadação das respectivas atividades econômicas, ou seja, o PIB é de: 3.566.411,00 bilhões de reais, sendo que o setor agropecuário contribui com 20.762,00 milhões de reais, industrial 1.114.491,00 bilhão de reais e o setor de serviços contribui com 2.041.613,00 bilhão de reais, por fim arrecadações através de impostos sobre produtos líquidos de subsídios contribuem com 38.954.50 milhões, resultando assim no PIB per capita de 18.552,25 mil reais.

Do total de 192.308 mil habitantes residentes em Criciúma, 50,8% são pessoas do sexo feminino e 49,2% são do sexo masculino. Vale ressaltar conforme IBGE (2010) que do número total de habitantes 98,6% residem na área urbana e 1,4% residem na área rural. Assim sendo, 167.414 mil habitantes possuem 10 anos ou mais de idade, dentre eles 67.466 mil habitantes são homens e 58.398 mil são mulheres. Diante disso, Criciúma possui 125.864 mil habitantes de 10 anos ou mais de idade com rendimentos declarados.

A partir destes dados relacionados ao PIB é importante ressaltar que a diferenciação da renda é fruto da estratificação em níveis sociais dentro da economia capitalista e para a sociedade capitalista a apropriação e distribuição desigual da riqueza produzida socialmente são paradigmas para exclusão, marginalização ou inclusão ao acesso dos meios de consumo, sejam eles coletivos ou individuais.

A partir desses dados elencados anteriormente é possível verificar de forma sucinta e genérica que teria assim habitantes “excluídos” dos meios de consumo básico. Por exemplo, no que diz respeito à saúde conforme IBGE (2010), Criciúma possui 151 estabelecimentos de Saúde com atendimento básico e emergencial, dentre eles 94 estabelecimentos são de iniciativa privada, apenas 56 são públicos e municipais e apenas 01 estadual. Desta forma por predominar atuação privada no setor de saúde a partir dos estabelecimentos de saúde e por ser percebível a ausência ou abandono do Estado nos serviços essenciais e básicos¹, ressalta-se o papel do poder municipal, ou seja, do poder público, na construção, organização e distribuição de instituições e equipamentos de uso coletivos ou individuais, sobre o território, contribuindo para diferenciação morfológica da cidade e no uso desigual do território e do espaço urbano.

O poder municipal graças às legislações tem muitos poderes sobre a produção do espaço, poderes que advém ao que parece de uma longa tradição, reforçada pelo fato de que numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiários e imobiliários se constituem em férteis campos de atuação para as elites locais (CORRÊA, 2002, p.26).

Criciúma, a partir da década de 1990 é vista como *lócus* atrativo do setor imobiliário principalmente com a aplicação de políticas voltadas para financiamento habitacional através do governo federal nos últimos anos. Em função disso seu desenvolvimento econômico na região da AMREC² caracteriza-a como cidade pólo regional³ devido à concentração de boa parte das estruturas comerciais, educacionais, industriais, institucionais, de saúde e de prestação de serviços.

Nesse sentido, ressalta-se que juntamente ao crescimento econômico de Criciúma tem-se o crescimento populacional e, utiliza-se um recorte temporal de

¹ Elenca-se como serviços básicos infraestrutura, equipamentos e serviços fundamentais, como redes de energia e de saneamento básico, creches, escolas, postos de saúde, transporte coletivo, coleta de lixo e pavimentação de ruas.

² AMREC- Associação de Municípios da Região Carbonífera. Esta região é considerada administrativa instituída pelo governo estadual e que abrange cerca de onze municípios, entre eles Criciúma, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

³ Para explicação de Criciúma ser considerada uma cidade pólo será desenvolvido um subtítulo posteriormente.

pouco mais de uma década para contextualizar seu crescimento populacional. De acordo com o IBGE, Criciúma no ano de 1996 possuía 158.482 mil habitantes, nos anos 2000, 170.420 mil habitantes, em 2007, 185.506 mil habitantes e em 2010, Criciúma apresentara um total de 192.308 mil habitantes.

Este crescimento populacional e o resultado do desenvolvimento econômico desigual e combinado conforme Harvey (2003) resulta em espaços diferenciados, territórios com maior ou menor concentração de atividades econômicas com mais ou menos equipamentos urbanos, que influenciam na configuração socioespacial de forma heterogênea com constantes modificações engendradas pelo capitalismo e pela dinâmica de certas atividades econômicas que alteram consideravelmente a valorização do espaço.

Dessa forma, o espaço é amplamente marcado por desigualdades e desequilíbrios na sua produção que é levado a estágios distintos de desenvolvimento social, econômico e político, sendo que tais fatores espacializam-se na cidade. Constituindo-se assim, uma relação de dependência hierarquizada das funções dos respectivos espaços, com maior ou menor desenvolvimento econômico e social, sobretudo, infraestrutural, estabelecendo-se uma relação de centro e periferia a partir das atividades econômicas existentes na estrutura interna da cidade.

Outro fator que ocasiona uma heterogeneidade no espaço urbano de Criciúma está no fato de a mesma apresentar uma urbanização verticalizada e concentrada acarretando e resultando uma especulação imobiliária e do solo urbano na cidade. Este processo de urbanização presente em Criciúma contribui de certa forma para ordenamento e crescimento periférico sem se preocupar com coesão territorial e social da cidade, fora da ótica capitalista. Conseqüentemente é perceptível o aprofundamento das desigualdades que se manifestam territorialmente entre áreas “pobres”, desprovidas de toda a “urbanidade” e áreas “ricas” nas quais os equipamentos urbanos e infraestruturais se concentram, reforçando a dualidade social e econômica da (e) na cidade.

Este processo de urbanização gerou do ponto de vista geográfico uma questão fundamental, um problema a ser estudado e compreendido. Definir qual o estágio da desigualdade socioespacial presente na cidade de Criciúma em escala territorial, bem como sua complexidade estabelecida entre as políticas públicas os interesses dos capitalistas e da sociedade civil na organização da cidade e do

espaço. Comparando e localizando dessa forma os padrões de segregação socioespacial presente na cidade.

Assim sendo, a pergunta balizadora desta pesquisa é: **Quais os diferentes agentes produtores e/ou reprodutores do espaço socialmente, economicamente e territorialmente desigual, que são atuantes no processo de segregação e diferenciação socioespacial?** A interrogativa parte da hipótese de que, para o capitalismo e seu processo de acumulação são necessárias desigualdades sociais, territoriais e econômicas, gerando o processo de produção e acumulação capitalista no espaço.

O capitalismo produz e reproduz o espaço amplamente marcado por desigualdades e desequilíbrios na sua produção que leva a estágios distintos de desenvolvimento social, econômico e político, estabelecendo dessa forma uma relação produtiva de forma heterogênea na cidade. É necessário mencionar que podemos compreender a respectiva produção heterogênea do espaço com cunho científico Geográfico, sobretudo, dentro dessa perspectiva com base em uma Geografia Crítica, materialista, histórico e dialética, marxista por excelência, cujo seu objeto de estudo é o Espaço Geográfico ocupado, apropriado, produzido e reproduzido pelo homem por meio de uma correlação entre objetos naturais, culturais, políticos e econômicos. Compreendendo assim, que a ciência geográfica busca, entre outras coisas, explicar e entender a dimensão socioeconômica na produção e/ou reprodução capitalista do espaço ocupado.

A partir desta concepção geográfica – da epistemologia geográfica, compreende-se que o espaço geográfico deve ser analisado sobre a ótica dialética, diante das relações de produção e reprodução do espaço, da realidade histórica, produto da obra humana, criada pelo próprio homem, saindo da visão determinista ou fatalista sendo possível de ser explicada e compreendida na esfera científica.

Sobre a concepção científica e o pensar geográfico é importante ressaltar que o objetivo central desta pesquisa é caracterizar os padrões de segregação e diferenciação socioespacial a partir da compreensão do processo de (re)produção do espaço pelos agentes econômicos e sociais, sobretudo, o papel do Estado como agente (re)produtor das relações de produção no espaço e sobre o espaço.

Método e procedimentos metodológicos: uma perspectiva teórica metodológica

Por entender que esta pesquisa necessita da utilização de método(s) e técnica(s) para compreensão detalhada do objeto de estudo, busca-se conceituar tal importância. Conforme Oliveira (2007, p. 43) “pode-se dizer que a metodologia de pesquisa compreende a utilização de método(s) e que pressupõe o estabelecimento de procedimentos didáticos, metodológicos e técnicos”.

É necessário analisar que a metodologia de pesquisa conforme Maren (1995 apud OLIVEIRA, 2007) trata de estudos e pesquisas através da utilização de métodos e discursos. Sobretudo, por se pensar na cientificidade e na abordagem científica entendida “como princípio do pensamento e da reflexão que norteia a compreensão e a construção da ciência e deve apontar caminho através do qual chegar a algo ou um modo de fazer algo” (TURATO, 2003, p. 43).

Desse modo, podemos analisar o método de pesquisa como sendo o caminho escolhido para atingir o(s) objetivo(s) da pesquisa. O método científico é o modo pelo qual os “pesquisadores constroem seus conhecimentos no campo da ciência, sendo compreensível que, na realidade, o método seja basicamente (filosoficamente) único para todos os saberes” (TURATO, 2003, p. 149). Entende-se que o método “significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa, procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso fixado” (CHAUÍ, 1994, p. 354).

Nesse sentido, “o método pressupõe um planejamento, com utilização de instrumentos técnicos adequados para consecução dos objetivos predeterminados” (OLIVEIRA, 2007, p. 48). Podemos analisar o método como sendo um procedimento adequado para estudar, analisar ou explicar um determinado problema ou fenômeno. A maneira como iremos estudar determinado problema ou fenômeno pode ser analisado partindo de uma visão geral das coisas para uma visão particular, ou seja, parte-se dos princípios já reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis para se chegar a determinadas coisas. Essa análise da realidade pode ser compreendida a partir da dedução, nesse sentido, a utilização dessa abordagem leva-nos a partir do já conhecido para o desconhecido.

Esse tipo de raciocínio é meramente formal, tendo sido utilizado pelos racionalistas como Descartes, Spinoza e Leibniz, “que afirmavam ser a razão a única forma de se chegar ao conhecimento verdadeiro, ou seja, o conhecimento decorre de princípios a priori, evidentes e irrefutáveis (OLIVEIRA, 2007, p. 49)”. No sentido contraditório temos o método indutivo, no qual busca na indução uma visão do particular para o geral, para assim, tirar suas próprias conclusões. Nessa perspectiva, Oliveira (2007) afirma que o indutivo é o método fundamental das ciências naturais e sociais. Porém, a indução não é um raciocínio único, ela pode compreender um conjunto de procedimentos, uns empíricos, outros lógicos e outros indutivos.

A ideia de Oliveira (2007) vem ao encontro do pensamento metodológico no sentido de mostrar de forma sucinta a maneira de analisar determinado fenômeno, seja assim analisado, do geral para o particular ou do particular para o geral. Nessa perspectiva o método dialético por excelência faz essa variação escalar para o estudo de determinado fato ou fenômeno. Portanto, com base no método dialético buscam-se caminhos e fundamentos científicos para fazer um estudo em profundidade. Podemos compreender que “o método dialético requer o estudo da realidade em seu movimento analisando as partes em constante relação com a totalidade” (OLIVEIRA, 2007, p 53).

A partir desta reflexão, podemos perguntar. Mas o que é dialética⁴? Sobre a concepção ou conceituação da dialética merece destaque o pensamento de Heráclito, que afirmou “tudo se faz por contraste, tudo se processa pelo conflito na luta dos contrários”, evidenciando assim, o princípio fundamental da dialética. Coadunam-se com essas reflexões alguns filósofos, que deram sustentabilidade a dialética como, por exemplo, Aristóteles, Montaigne e Diderot e Hegel, este último fez uma grande contribuição para a evolução do pensamento dialético quando afirmou que “tudo no universo interage”. Hegel juntamente com Marx deu outra contribuição aos princípios da dialética, segundo eles, na vida e no universo nada é mais importante que a matéria. Portanto, negaram a existência do espírito e defenderam a ideia de que todo ser humano é natural e concreto, sendo assim, movido pelos conflitos.

⁴ A formulação deste parágrafo para construção e formulação da resposta sobre o que é dialética? Está embasada no pensamento e colocações de Oliveira (2007, p. 52 -53) que elenca os respectivos autores.

Nesse sentido, Hegel e Marx afirmam que tudo se relaciona e tudo se transforma com mudanças qualitativas e luta dos contrários. Portanto, diante da junção da dialética e da matéria caracterizando estes binômios como materialismo histórico dialético cabe-nos levar em consideração duas características essenciais, “princípios da conexão universal dos objetos e fenômenos e princípio de movimento permanente e do desenvolvimento” (RICHARDSON, 1999, p. 46-47).

No primeiro, parte-se da concepção de que nenhum objeto existe isolado, tudo está conectado visto que os fenômenos da natureza estão interligados e se determinam mutuamente. Dessa forma, o surgimento de um fenômeno o seu desenvolvimento e a sua mudança só são possíveis através das interações e conexões com outros fatores e fenômenos. No segundo momento, parte-se da ideia de que tudo que existe no universo está em movimento e são contradições internas que determinam o movimento de objetos e fenômenos. Nesse sentido, “o desenvolvimento se dá na luta dos contrários sendo resultado de acumulação de mudanças tanto quantitativas, que ocasionam as transformações qualitativas” (OLIVEIRA, 2007, p. 54).

Nessa perspectiva, Hegel e Marx (2009) falaram de uma dialética de toda realidade humana não só do indivíduo, mas, de toda a história da humanidade e a história segundo ambos desenvolve-se segundo a lei da contradição. Nesse sentido, pode-se conceituar a dialética como “arte” da argumentação e da negação. É necessário, pois, analisar que “o homem não pode de uma só vez, compreender que o saber é progressivo e dialético” (OLIVEIRA, 2007, p. 122). A partir dessa concepção científica podemos dizer conforme Marx e Engels (2009) que:

A realidade social não é feita de partes autônomas, que possam ser compreendidas isoladamente. A realidade social é uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes, que tendo o trabalho como sua matriz, vai se configurando ao longo do processo histórico-social. O que significa que nenhuma dessas partes podem ser compreendidas sem que seja apreendida sua relação com os outros momentos a da história social, (MARX; ENGELS, 2009, p.15).

Sendo assim, ressalta-se que este estudo buscou dentre outras coisas a interpretação da realidade com base nos fatos, partindo da concepção materialista e histórica dialética e ciente de que a mesma não é, e não deve ser entendida como

uma verdade absoluta. Não cabe a ciência geográfica apropriar-se do método em questão discutindo os fatos e fenômenos como se fosse à única representação e explicação de todas as coisas, mas sim, ao conjunto de todas as ciências. Assim, para o entendimento de como se dá a produção capitalista desigual do espaço e a forma como a sociedade está inserida neste processo, o espaço deve ser analisado como um conjunto de formas representativas das relações sociais do passado e do presente, as quais se concretizam por meio de processos e funções.

Estrutura metodológica da pesquisa: técnicas, indicadores e variáveis de estudo

Diante da contextualização epistemológica que envolve a ciência geográfica, seu processo científico e sua acumulação ao longo do tempo, legado científico qual me possibilitou apropriar em partes desse vasto saber, construir e reconstruir meu pensar científico, que conduziu dessa forma esta pesquisa. Este legado científico possibilita-me pensar uma realidade heterogênea da cidade de Criciúma que a *priori* parte de meu desconforto, descontentamento e insatisfação diante do paradigma de sociedade vigente, sobretudo, da minha visão empírica da cidade de Criciúma. A *posteriori* busca-se compreendê-la e analisá-la pautado no conhecimento científico, com o intuito de talvez contribuir para modificá-la no sentido de ter uma cidade mais focada no ser ao invés de uma cidade focada para a perversidade do lucro.

Esta pesquisa foi construída e está estruturada em cinco momentos distintos, porém articulados, interdependentes e complementares, cada momento com técnicas e procedimentos metodológicos específicos. No primeiro momento da pesquisa como não poderia deixar de ser, parte da identificação do problema a ser verificado pelo menos do ponto de vista geográfico caracterizando-o como um problema. Principalmente, elencando evidências e dados que reforçam tal problemática de estudo e a importância em estudar tal problema.

Nesta perspectiva, elaborou-se o plano e eixos norteadores da pesquisa, que se inicia, por razões óbvias, na construção e ampliação da fundamentação e reflexão teórica no que tange o desenvolvimento e aprofundamento do modo de produção capitalista sobre a cidade e na cidade, com ênfase na segregação e diferenciação socioespacial a partir das relações de poder e das relações de

produção presente no espaço urbano existente entre classes sociais, os indivíduos e o Estado.

Em razão disso surge à necessidade de caracterizar o local a ser investigado situando-o no espaço e no tempo e com qual viés, concepção e arcabouço metodológico será investigado tal problemática, sobretudo, qual o principal objetivo em realizar a pesquisa. A partir do objetivo geral é necessário desdobramento metodológico e utilização de técnicas para verificar soluções ou possíveis soluções para o problema.

Nesta perspectiva o segundo momento da pesquisa, que resultou no primeiro capítulo buscou caracterizar de forma quantitativa e qualitativa o desenvolvimento social, econômico, morfológico e urbano da cidade de Criciúma, que está intitulado da seguinte forma: ***A Hermenêutica do Desenvolvimento Capitalista Desigual de Criciúma: Sua Consolidação no Espaço e no Tempo***. Este capítulo verifica que o capital em suas mais variadas formas e modo de acumulação, necessita em algum momento fixar-se ao longo da história no espaço e no tempo, de forma desigual fazendo com que tenhamos cidades heterogêneas em seus mais variados aspectos, e que a cidade de Criciúma atual é produto deste processo histórico.

No terceiro momento da pesquisa busca-se pensar o modo de produção capitalista com ênfase na produção do espaço urbano brasileiro no qual se remete inúmeros problemas, primordialmente de ordem social tendo como pressuposto as relações de poder e o resultado dessas relações de poder presente nas relações sociais de produção do espaço urbano. Buscou-se identificar quem são os produtores e reprodutores do espaço fragmentado e segregado, da cidade de Criciúma, este viés intitula o segundo capítulo em: ***Relações de Poder como Possibilidade Metodológica para Análise da Produção do Espaço Urbano***.

No quarto momento da pesquisa consequência do terceiro momento, adentrou-se na análise conceitual do tema focando sua gênese, correntes e vertentes científicas deixando explícito qual concepção epistemológica foi seguida. Neste capítulo verificam-se as práticas dos agentes produtores do espaço urbano, suas funções e poder que desempenham heterogeneamente sobre e na cidade de Criciúma. Caracterizando a necessidade do capital metamorfosear-se seus mecanismos e formas para que possa ocorrer acumulação de riquezas e a produção diferenciada do espaço, destacando o tipo de segregação. Este momento da

dissertação está intitulado de: **Segregação Socioespacial: uma Análise Conceitual.**

Nesse sentido, partindo para o momento da prática buscando então a práxis da pesquisa chega-se no quinto momento da pesquisa que resultou no título: **Criciúma e a Segregação Socioespacial.** Este momento é dedicado para levantamento dos dados, através de fontes primárias e secundárias necessitando de trabalhos de campo. No que tange coleta dos dados os mesmos foram realizados primordialmente através do órgão governamental, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em que consiste levantamento de dados estatísticos sobre a situação socioeconômica e social dos habitantes da cidade. Para reforçar e apoiar esta etapa buscou-se junto a Prefeitura Municipal de Criciúma dados sobre os respectivos aspectos.

Através desta abordagem, procedimentos e técnicas que possibilitou a caracterização socioeconômica dos habitantes da cidade utilizando e abordando variáveis e/ou elementos estatísticos da escolaridade e renda analisou-se as áreas e os bairros do Centro e dos Subcentros na/da cidade. O que resultou na construção de mapas sobre os aspectos educacional e econômico, com o objetivo de mapear e espacializar as áreas e bairros com maior desigualdade de renda e analfabetismo elencando os principais bairros segregados presente na cidade. Estes respectivos mapas são somente conteúdo explicativo da pesquisa, capazes de evidenciar um dado específico, mas, que estão acompanhados de uma análise qualitativa, subsidiada por uma matriz epistemológica que busca, entre outras coisas a compreensão da cidade enquanto mercadoria e obra de forma dialética no espaço e no tempo.

O resultado de todas essas etapas da pesquisa chegou-se no último momento da pesquisa, ou seja, **Considerações.** Este momento mais do que qualquer outro da pesquisa necessita da práxis, do retorno à realidade posta tal como ela é – tese. Seguido pelo desconforto e descontentamento do ser enquanto cidadão e pesquisador tentando responder tais aspectos – antítese, que a *posteriori*, resulta em sintetizar este processo, principalmente encontrar os caminhos para contribuir e provocar mudanças na realidade, sobretudo, encontrar resposta(s) para o problema que conduziu à pesquisa.

CAPÍTULO I

A HERMENÊUTICA⁵ DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DESIGUAL DE CRICIÚMA: SUA CONSOLIDAÇÃO NO ESPAÇO E NO TEMPO

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (LEFEBVRE, 2008).

Busca-se neste capítulo de forma sucinta caracterizar o crescimento urbano e da cidade de Criciúma desde sua gênese até os dias atuais. A ocupação urbana de Criciúma e como qualquer outra cidade brasileira passou e passa por significativas transformações socioespaciais. Essas transformações iniciaram-se quando a base econômica era o setor agropastoril e continuaram posteriormente com setor da mineração, ceramista, têxtil, por fim, o imobiliário.

A busca do entendimento e compreensão do presente remete-se a concepção de que o mesmo apresenta-se como produto histórico dos aspectos sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido, a cidade atual é o produto das relações socioeconômicas contraditórias no espaço urbano ao longo do período histórico.

Para compreendermos o processo de formação da cidade de Criciúma é preciso e necessário analisar duas matrizes históricas de fundamental importância, a saber: “Agricultura e Mineração. Esses dois elementos formam os quadros gerais de toda dinâmica socioespacial e histórica responsável pela configuração do espaço mais geral da cidade” (NASCIMENTO, 2004, p. 385). Nessa perspectiva, o modo de produção agrícola e a mineração darão suporte metodológico para analisar a formação do espaço urbano de Criciúma.

Dessa forma, verifica-se no primeiro momento que a ocupação inicial da cidade de Criciúma foi fundada em terras pertencente ao município de Araranguá, no dia 6 de janeiro de 1880 com a vinda de imigrantes italianos e passou a ser

⁵ O conceito de hermenêutica busca construir conhecimento a partir dos fenômenos humanos que se apresentam em movimento, conectados e em mutação e que requerem uma compreensão e uma interpretação do processo histórico. É, portanto, dentro deste conceito que se busca interpretar e compreender o desenvolvimento capitalista e desigual de Criciúma.

conhecida como o Núcleo São José de Cresciúma⁶. Nesse sentido, até o primeiro quarto do século XX o Núcleo São José de Cresciúma tinha seu desenvolvimento econômico primordialmente na atividade agropastoril. A partir de 1913 com a descoberta e gradativa extração do carvão mineral a atividade agropastoril começa a perder sua importância e espaço.

Em 1919 a extração de carvão ganha força com a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina – E.F.D.T.C. A partir desse período e com desenvolvimento da indústria carbonífera em 1922 foi criada a Sociedade Carbonífera Próspera, fator que induziu a vila de São José de Cresciúma até então distrito de Araranguá a alcançar sua emancipação em 1925. Em função disso, a ocupação do espaço social e urbano presente neste período na cidade passam a ser definidos. Nessa perspectiva, pode-se caracterizar o espaço urbano conforme Nascimento (2004):

O espaço urbano, como recortes da cidade ou como o quadro espacial da cidade como um todo, não é algo natural, no sentido de ter estado ali desde antes da formação da própria cidade. Ou seja, o espaço urbano não é simplesmente expresso em área e definido em quilômetros quadrados. O espaço é obra humana. Ele é produto histórico, porque resulta de todas as ações humanas no decorrer da história daquele específico lugar e da interação deste lugar com o mundo, e é espaço social, porque formado a partir ou de forma concomitante a processos sociais que tiveram como sustentação as condições espaciais daquele lugar, ao mesmo tempo em que as geram. (NASCIMENTO, 2004, p. 386)

Dessa forma, no contexto de transformação histórica e geográfica em Criciúma e diante da própria lógica de crescimento da cidade foram surgindo “divisões internas com estabelecimentos de áreas rurais, vilas operárias, bairros residenciais, áreas industriais, centros comerciais e outros usos” (CÂMARA, 2004, p. 378). Estas divisões diferem a estrutura interna de Criciúma de grande parte das cidades brasileiras com visível dicotomia entre cidade e campo, que de modo geral a cidade pressiona o campo incorporando-o ao tecido urbano. Uma característica de Criciúma pode ser notável no que tange o desenvolvimento da cidade a partir da respectiva organização interna, Câmara (2004) menciona que:

⁶ O topônimo da cidade oriundo da cultura indígena de termos tupis. Que devido a uma taquara existente em grande quantidade as margens do Rio Criciúma, os mesmos chamavam de Cresciúma, Cressiúma ou Criciúma que, definitivamente ficou chamado de Criciúma com sua emancipação.

A cidade de Criciúma se formou a partir de três áreas distintas, ou seja, área central, as áreas rurais e vilas operárias. Dessa forma a área central é responsável pela centralização das atividades administrativas, econômicas e comerciais. As áreas rurais estabelecidas no entorno da área central é caracterizadas pela pequena propriedade rural, com agricultura familiar. E, as vilas operárias, voltadas para uso residencial no entorno das áreas de mineração de carvão. (CÂMARA, 2004, p. 278).

Diante disso, com desenvolvimento e aumento da atividade de extração de carvão e paralelamente a ocupação humana a partir da década de 1940, iniciou-se um processo de crescimento demográfico cuja população “quase que dobrou, passando de 27.000 mil pessoas em 1940 para mais de 50.000 mil pessoas em 1950” (NASCIMENTO, 2004, p. 392). Nesse sentido, a partir da metade do século XX a cidade apresentava uma ocupação mais densa, principalmente ao norte na margem direita do rio Criciúma, passando a constitui um centro urbano com usos diferenciados e funções bem diversificadas.

Até o início da década de 1970 a indústria do carvão passou por um processo de modificação, fato que estava ocorrendo em escala nacional: A mecanização, impulsionada pelos subsídios financeiros dados pelo governo federal com o intuito de aumentar a produção carbonífera. Ainda na década de 1970 houve outro “período de grande crescimento da atividade carbonífera, devido ao choque do petróleo em 1973 e 1979. Criando assim, um aumento da demanda de consumo de carvão energético que perdurou durante a década de 1980” (NASCIMENTO, 2004, p. 392). A cidade ficou assim conhecida como “A Capital Brasileira do Carvão”.

Verifica-se que a atividade econômica carbonífera induziu o crescimento da cidade que pode ser assim dividida em quatro fases conforme Filho:

Na primeira fase foi do descobrimento do carvão até implantação da ferrovia em 1919; a segunda fase, posterior a primeira permaneceu até a Segunda Guerra Mundial, que tinha em sua produção usina de beneficiamento, termoelétrica e produção de gás e coque; a terceira fase período entre a Segunda Guerra os anos setenta do século XX; e a quarta fase, marcada inicialmente pela mecanização das minas, que entrou em declínio a partir de 1985. (FILHO, 2001, p. 40).

A mecanização da atividade mineradora rompendo com a atividade extrativa braçal e passando para mecanização, ocasionou grandes modificações sobre o social, gerou uma crise social não esperada de imediato em muitos mineiros

demitidos. Mais uma vez o governo federal tomou medidas de fomento à economia, dando assim, incentivos financeiros através do BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e atraindo outras atividades econômicas para a cidade.

Esses incentivos por parte do (BNDS) induziram na diversificação industrial da economia da região atraindo o desenvolvimento da indústria cerâmica com maior destaque na instalação da Cerâmica Criciúma S.A na cidade, gerando perspectiva e espaço para outras empresas do mesmo ramo se instalar na cidade, processo este que levou a cidade a ser conhecida como a “Cidade do Azulejo”. O Sul do Estado passa agora a contar além das indústrias da mineração, com as indústrias cerâmicas, têxtil, metalúrgicas e posteriormente de plásticos, entre outras (RODRIGUES, 1998, p. 24).

A partir desse momento a cidade de Criciúma sofre significativas transformações ligadas diretamente nas modificações e alterações do espaço urbano. Tais modificações econômicas, sociais e estruturais, foram de tal importância para a cidade que na década de 1980 tornou-se o principal pólo da região Sul de Santa Catarina, o maior centro de comércio, de serviços e industrial, colocando a cidade na condição de ser o maior centro urbano desta região.

Este processo ocorreu devido seu crescimento urbano gerar concentrações de funções na cidade, sobretudo, devido tal concentração atuar na condição de (re)estruturador do espaço urbano e intraurbano na escala regional. O crescimento urbano de Criciúma influenciou diretamente o crescimento das cidades ao seu entorno, o qual necessitou de uma nova estrutura do espaço intraurbano em sua região que passa a depender cada vez mais da urbanidade produzida na cidade de Criciúma.

1.1- Criciúma: cidade média com importância na organização regional do espaço urbano e intraurbano

O processo de urbanização brasileira remete grandes desafios aos estudiosos desse fenômeno, desafios esses cada vez mais complexos. A dinâmica e velocidade do processo de urbanização, sobretudo, “as alterações no papel de cada espaço

urbano, na hierarquia e redes de cidades e nas transformações intraurbanas são processos que requerem esforços cada vez mais amplos e interdisciplinares para sua apreensão” (MELAZZO, 2007, p. 439).

Sobre esses processos que requerem cada vez mais esforços, está o conceito de “cidade média” que conforme Melazzo (2007) objeto que está a exigir um avanço na formulação teórico-conceitual. Dessa forma, antes de conceituar o que é cidade média é importante e necessário mencionar que a “noção ou possível conceito e expressão cidade média deriva de uma construção intelectual e, enquanto tal, inserida em determinado contexto histórico e geográfico” (CORRÊA, 2007, p. 28).

Na geografia, este conceito pode remete-se em várias discussões devido aos critérios de classificá-las e analisá-las, sendo que esse debate não é recente nesta ciência. O mesmo vem sendo discutido desde a “década de 1970, quando se começa as primeiras tentativas de classificá-las e identificá-las no sistema urbano brasileiro” (JUNIOR; PEREIRA, 2007, p. 315). Até esse período o conceito de cidade média era meramente quantitativo, ou seja, nos aspectos demográficos, sendo denominadas de cidade média as que possuísem população entre 50.000 e 250.000 mil habitantes, posteriormente, conforme Santos (2009) o número foi elevado para 100.00 e 500.00 mil habitantes. Nesse sentido, o conceito de cidade média elencado será feito a partir dos trabalhos de Sposito (2001), Pontes (2001), Santos e Silveira (2001), Filho e Rigotti (2002).

O arcabouço teórico e conceitual sobre cidades médias pelos respectivos autores busca uma nova análise e abordagem metodológica, sobretudo, outra forma de classificar uma cidade como média. A questão então para classificar uma cidade como cidade média passa necessariamente, pelo rompimento da análise meramente quantitativa, demográfica e incluirá novos elementos de análise para classificá-las. Nessa perspectiva, as cidades médias podem ser conceituadas conforme o pensamento de Junior e Pereira (2007) da seguinte forma:

As cidades médias constituem referência para um conjunto de pequenos núcleos urbanos a ela subordinada (pequenas cidade ou centros locais) servindo de ponto de ligação de fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões políticas e investimentos, que por ela se materializam. Portanto, são produtoras/distribuidoras de bens e serviços

exigidos por ela e pelo um conjunto de cidades menores que existem em seu entorno. (JUNIOR; PEREIRA, 2006, p. 316).

Dessa forma, a cidade média passa exercer um papel central na estrutura e hierarquia regional, “dispõe de expressiva localização relativa, constituindo em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços” (CORRÊA, 2007, p. 30).

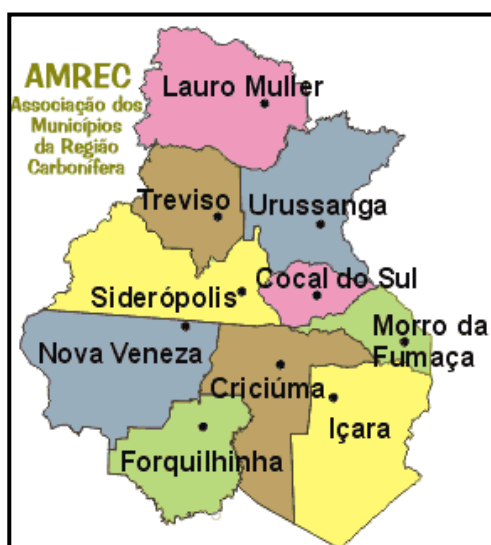
No caso brasileiro é muito forte a relação das cidades, as redes urbanas complementam-se de forma sinérgica, conforme Corrêa (2006) uma rede urbana é o conjunto dos centros urbanos funcionalmente articulados entre si. As cidades não existem de forma isolada, segundo Siebert (1996) elas se articulam entre si, formando redes urbanas organizadas hierarquicamente em função da divisão territorial do trabalho. Assim sendo, o processo de urbanização está hierarquizando e polarizando “rigidamente” os espaços urbanos e os serviços.

A polarização, portanto, é o fenômeno de uma cidade exercer sua influência sobre outras geralmente menores, atraindo sua população devido à concentração dos serviços especializados oferecidos. A cidade que detém a primazia urbana de uma região ou em outras palavras, que polariza uma região denomina-se de cidade-pólo. Esta cidade é considerada a cidade “central” da rede urbana regional mesmo que não se situe geograficamente no centro da região. Assim sendo, conforme Lefebvre (1999) a centralidade de uma cidade é a medida do seu grau de importância para a região, quanto mais influente for uma cidade, maior será a sua centralidade.

Entretanto, a importância de uma cidade média está diretamente relacionada com sua capacidade de influência sobre cidades circunvizinhas, ou seja, “uma cidade média pode ser vista como um centro urbano com condições de atuar no suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia” (PONTES, 2006, p. 334). O fato de uma cidade média atuar como suporte a cidades menores que circunvizinham e exercer influência sobre outra, pode ser explicado conforme Smith (1988), se uma cidade tem influência econômica é devido à concentração espacial está associada à localização dos capitais, entendidos como infraestruturas ou de capital fixo.

De modo geral, verifica-se que a literatura sobre cidade média coloca-a como um elemento fundamental na organização do espaço, sobretudo, do sistema econômico na escala microrregional. A noção de cidade média nesse caso haverá distinção de centro de polarização, conforme Filho (2007) o conceito de cidade média não deve ser confundido necessariamente com a noção de centro de polarização regional e microrregional. Nesse sentido, Criciúma por “centralizar” funções e atividades econômicas essenciais exercendo influência econômica, política e cultural, pode assim ser classificada como cidade média, tanto no sentido quantitativo, ou seja, populacional, conforme a figura 02 a seguir, quanto no sentido econômico, com influência no espaço microrregional.

Figura 02: Hierarquia populacional dos municípios da região da AMREC



Fonte: AMREC (2012)

Criciúma	192.308
Içara	58.833
Forquilha	22.548
Orleans	21.393
Urussanga	20.223
Morro da Fumaça	16.126
Cocal do Sul	15.159
Lauro Muller	14.367
Nova Veneza	13.309
Siderópolis	12.998
Treviso	3.527

Fonte: IBGE (2010).

Org.: FELACIO. M. F.

Nessa perspectiva, no que tange a questão econômica e social Criciúma concentra em seu território aspectos dos quais as respectivas cidades da região AMREC não encontram em seu território, evidentemente, guardado as suas proporções. Essa concentração conforme o pensamento de Smith (1998) é resultado da concentração de capital na cidade. Dessa forma, Criciúma concentra uma Universidade, neste caso a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, uma Faculdade, denominada Escola Superior de Criciúma – ESUCRI, faculdades

SENAC e SENAI com prestação de alguns cursos de graduação, todas são instituições privadas e apenas uma instituição pública de ensino, a saber, Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC. Estas instituições atraem uma demanda acadêmica que extrapola os limites da região AMREC, tendo forte influência na economia da cidade.

Outro fator essencial que coloca Criciúma na condição de centralização regional está relacionado com a questão da mobilidade. Conforme a figura 03, o único terminal rodoviário da região que liga os respectivos municípios com a cidade de Criciúma e, conseqüentemente Criciúma com as demais cidades do estado de Santa Catarina e para outros estados do Brasil, está localizado em Criciúma.

Figura 03- Terminal Rodoviário de Criciúma-SC



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL (2012)

Local: BAIRRO SÃO JOSÉ/CENTRO DA CIDADE

Mas a principal centralidade de Criciúma é no sentido econômico, sendo que todo capital produzido em Criciúma, seja pela construção civil, pela extração de

carvão, atividade têxtil, cerâmica, prestação de serviços e principalmente pela atividade imobiliária, reflete fortemente na região da AMREC. Região esta, que possui os outros dez municípios que apresentam atividade econômica, voltada para indústria cerâmica, rizicultura, extração de carvão e de modo geral agricultura familiar.

Portanto, todo capital originário desses municípios recebem influência direta da produção econômica da cidade de Criciúma por ofertar serviços para a população circunvizinhas das quais não encontram nas suas respectivas cidades e municípios, colocando assim, Criciúma na condição de cidade central da Região em análise. Conforme Anjos (2007) pode-se dizer que Criciúma é uma cidade pólo, pois Criciúma polariza a Região Sul do estado de Santa Catarina a partir de um pólo estendido que compreende cidades circunvizinhas. Nesse sentido, Criciúma pode ser vista como centro regional, “pois devido a sua capacidade de concentrar elementos necessários à reprodução da vida e no sistema capitalista, a reprodução do próprio sistema” (ALVES, 2011, p. 112).

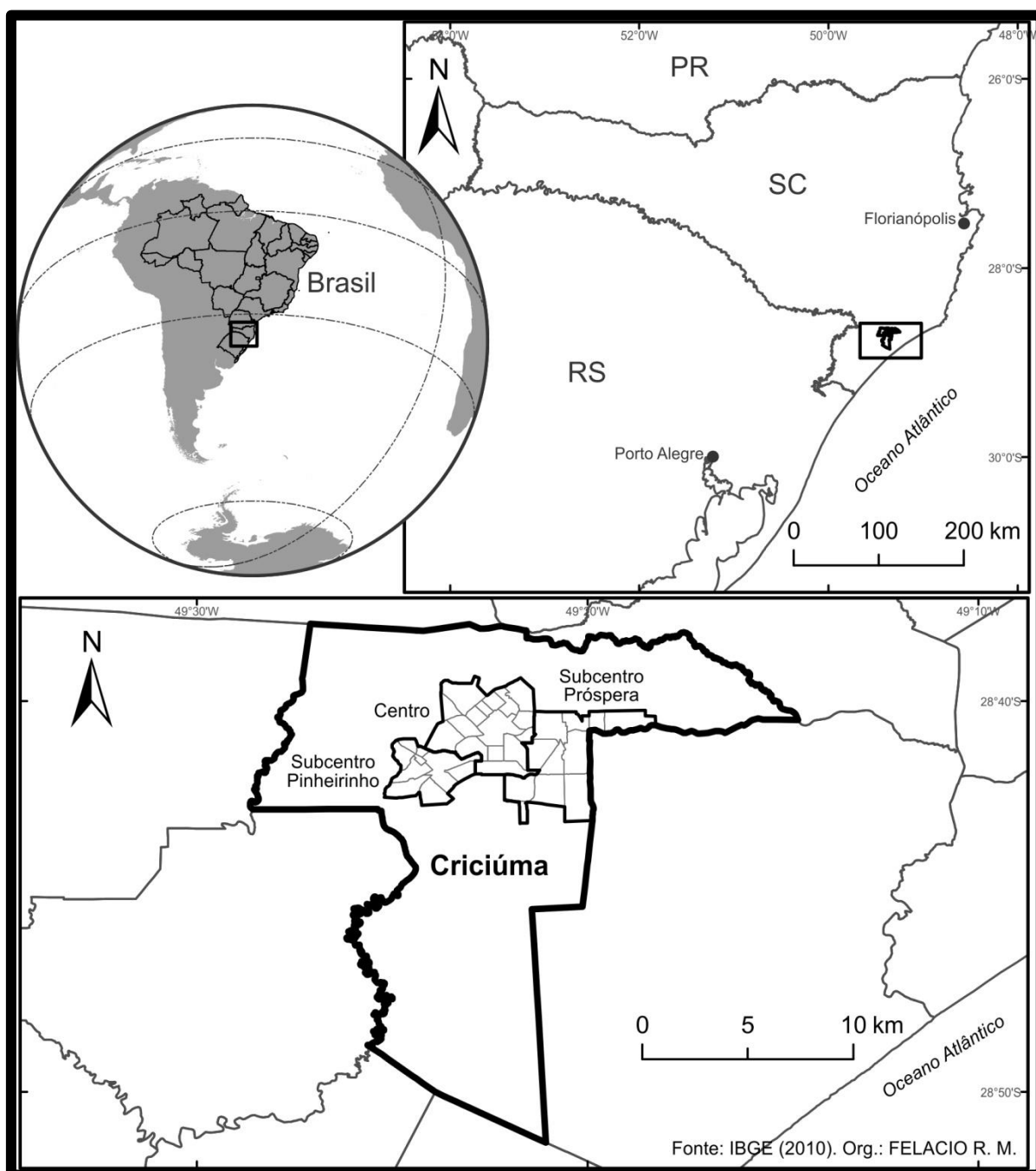
Segundo Lefebvre (1986), o centro é mais do que funcionalidade econômica e política. Ele é um referencial social, é vida cotidiana. Desse ponto de vista, a centralidade pensada para o espaço urbano regional é construída conforme os interesses econômicos em busca da produção e distribuição dos objetos fixos e fluxos pelo território regional, construindo dessa forma uma hierarquia funcional diante da disponibilidade de atividades econômica. Sobretudo, pelo fato de quanto maior a cidade maior será a reprodução do capital e das relações de produção. Justamente por isso pode gerar o processo de valorização e desvalorização espacial a partir de sua respectiva função, conforme Lefebvre (2008) menciona, essa divisão funcional existe de acordo com suas funções econômicas, sendo que a centralidade se dá onde existe a possibilidade de acúmulo de capital, nas suas mais variadas esferas de produção.

1.2 A organização territorial e morfológica do espaço intraurbano de Criciúma

Para entender o processo de urbanização, do espaço urbano e intraurbano de Criciúma é importante mencionar que o processo de urbanização não é homogêneo. Conforme Corrêa (2007) é o resultado de um processo em contextos econômicos,

políticos e sociais heterogêneos em um mundo desigual fragmentado e articulado. Nesse sentido, a cidade de Criciúma é representada, organizada e regionalizada conforme demonstrado na figura 04 que se encontra a seguir diante do processo, neste caso, histórico da ocupação e organização do seu território.

Figura 04- Localização: divisão territorial e morfológica da cidade de Criciúma-SC



Este processo desenvolveu um modelo econômico que organizou seu espaço urbano no primeiro momento em áreas específicas distintas social e economicamente, com contradições sociais oriunda dos diferentes tipos de usos e funções que a cidade incorporou no seu processo histórico. Esse processo resultou em uma fragmentação do espaço com áreas específicas, podendo ser analisadas a partir do pensamento de Corrêa (1989) e Rolnik (1999), ambos analisam este desenvolvimento e organização do espaço a partir de formas, funções e processos sociais. É a partir desta teoria que será analisado a organização espacial da cidade de Criciúma, frisando que não se tem intuito de ficar desqualificando ou qualificando determinadas áreas e bairros da cidade, não é esta a questão. Mas sim, caracterizar o contraste urbanístico e a desproporção de infraestrutura presente em determinadas áreas e bairros, evidenciando as diferenças socioespaciais e econômicas.

Dessa forma, o uso do solo urbano e a organização espacial de Criciúma caracterizada anteriormente como cidade média, criam uma relação de centro e periferia sobre o solo urbano, mencionado pelo IPEA (2000) “como uma aglomeração urbana dualista “centro/periferia” com maior ênfase neste início de século”, apresentando uma configuração urbana com concentração das classes que retêm a maior renda em determinados bairros “privilegiados ou áreas privilegiadas” da cidade com mais e melhor infraestrutura e, bairros ou áreas com menos infraestrutura, quase inexistente, configurando desigualdade em sua morfologia urbana.

Assim, pode-se identificar em Criciúma uma morfologia, organização e divisão territorial da cidade a partir do comércio, serviços, áreas industriais e áreas rurais remanescentes da seguinte forma: área central e subcentros, conforme delimitados na figura 05. De certa forma, a divisão do território, passa a ser feita a partir das atividades distribuídas sobre o mesmo caracterizando a diferenciação do espaço intraurbano. Ora, se a área central, conforme representada na figura 06 a seguir, recebe o respectivo nome não é pelo fato de ser o centro geográfico, mais sim, por ser o local de concentração das atividades, do comércio, serviços, das agências bancárias, concentração dos negócios e da vida econômica da cidade.

Figura 05- Delimitação territorial: Centro, Subcentro Próspera e Pinheirinho da cidade de Criciúma-SC

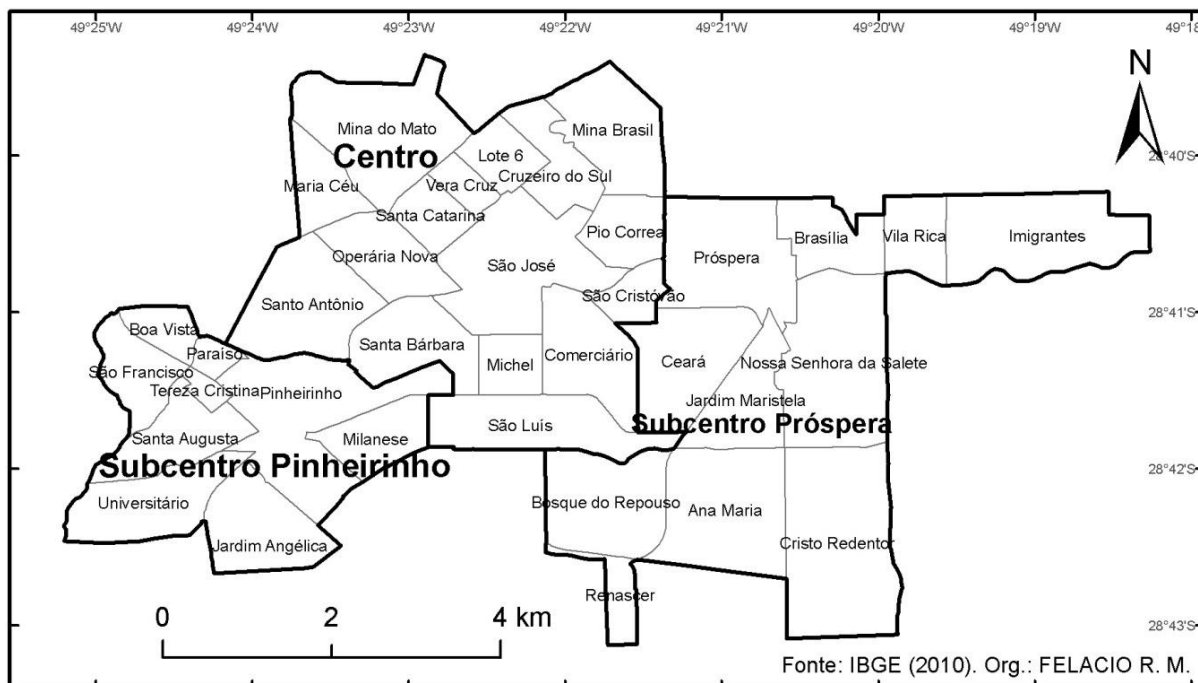
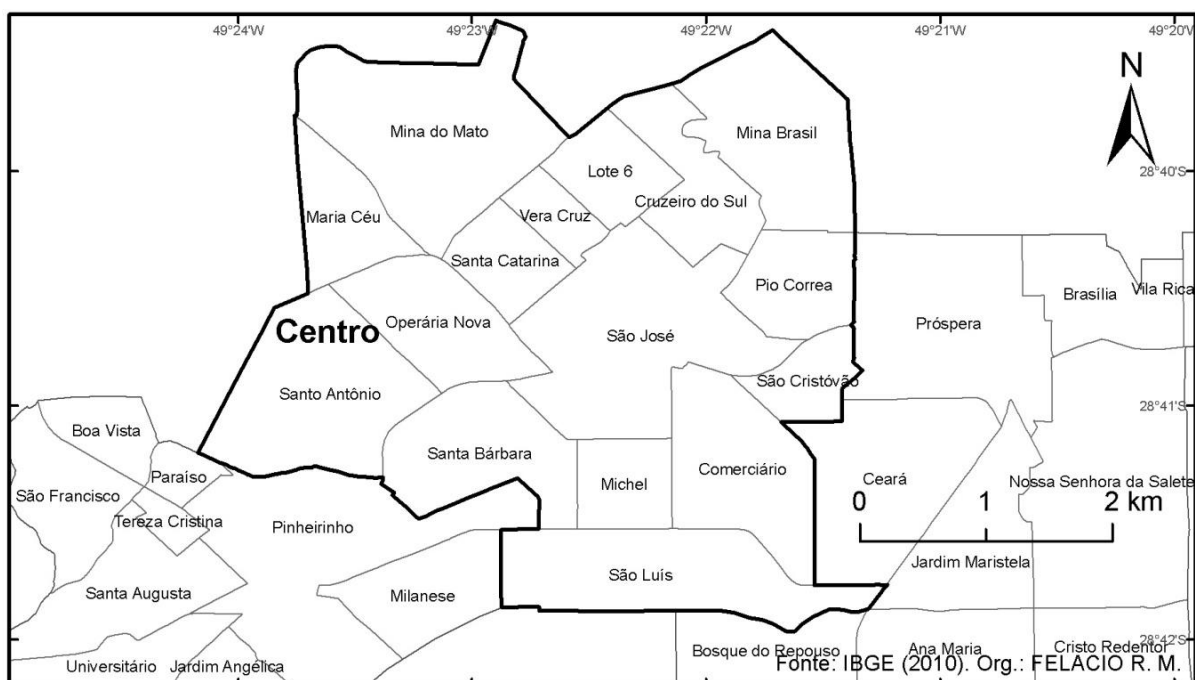


Figura 06- Delimitação territorial do Centro de Criciúma-SC com seus respectivos bairros



Nessa perspectiva o Centro de Criciúma é caracterizado por apresentar tais atividades que por sua vez induz a concentração populacional e adensamento das construções de edifícios, galerias e lojas comerciais. Assim, o uso verticalizado do espaço é ascendente, impulsionado pela localização⁷ com maior e/ou melhor, infraestrutura, neste caso, água, esgoto e energia disponível, maior disponibilidade de transporte coletivo e proximidade e disponibilidade de serviços básicos, como mercado, farmácia, entre outros fatores que resultam em uma paisagem urbana verticalizada em Criciúma.

A partir dessa contextualização podemos verificar que Criciúma apresenta um Centro, premissa para criar um subcentro. Ora, se existe centro, portanto existe subcentro. Mas, por qual motivo e que subcentro existe? Primeiramente, a resposta à existência de subcentro resulta da valorização do solo urbano, descentralizando algumas atividades comerciais e de serviços do centro da cidade, com intuito de atender uma demanda localizada fora da área central. E, o subcentro, conta com filiais de agências bancárias, clínicas médicas, postos de saúde, centros administrativos, entre outros aspectos, no entorno do centro.

Nessa acepção a estrutura interna morfológica da cidade de Criciúma apresenta conforme Filho (2007) um centro relativamente complexo com grande número de equipamentos e alguns subcentros, a forma e função variam grandemente de área para área na morfologia interna da cidade. Essa hierarquia infraestrutural faz com que ocorra uma disparidade na distribuição de equipamentos coletivos de uso social, como por exemplo, (creches, escolas e postos de saúde).

Portanto, os benefícios trazidos pela urbanização no que tange o uso e ocupação do territorial são feitos de forma desigual. Sendo assim, podemos verificar a partir da morfologia interna da cidade na qual “denúncia” um modelo de cidade que não é mais contíguo e concentrado, mas sim, apresentando descontinuidade e uma ocupação segmentada evidenciando a segregação espacial da cidade. Essa questão da “complementaridade e a concorrência que se estabelece entre o Centro e Subcentros no interior da cidade não geram, necessariamente, a integração, o que se observa é a fragmentação da cidade” (SPOSITO, 1999a, p. 95). O pensamento de Sposito vem ao encontro da realidade morfológica de Criciúma, pois a morfologia mais perceptiva em Criciúma conforme Whitacker (2007) é a disseminação de

⁷ Este termo será discutido com maior evidencia em capítulos posteriores, a partir de VILLAÇA (1998).

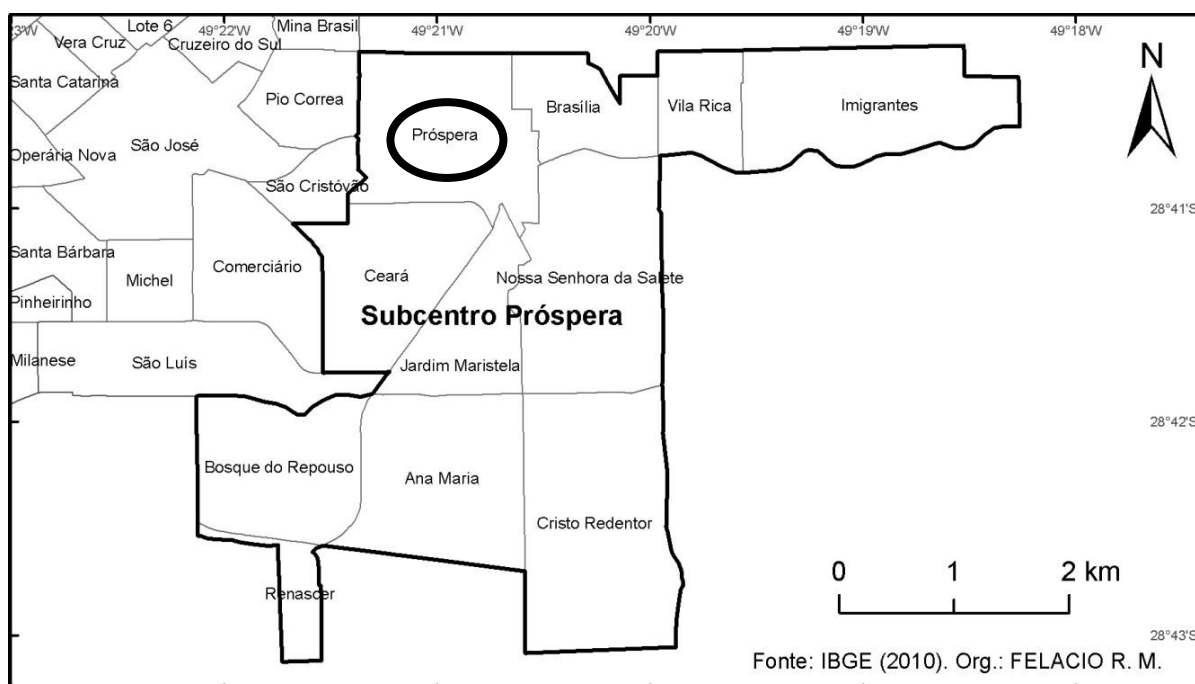
espaços exclusivos a determinadas funções e aqueles exclusivos a determinados usos.

É em busca da compreensão dos diferentes usos e funções do espaço intraurbano com seus papéis e funções definidas em uma rede hierarquizada do tecido urbano de Criciúma, da hierarquização da cidade em Centro e Subcentros que iremos analisá-la. O centro, nesta hierarquia detém a tecnologia, a infraestrutura e a presença financeira, “guardadas a sua proporção e importância na escala geográfica”, com maior proporção. Enquanto que os Subcentros dispõem de mão de obra e mercado promissor para expansão da tecnologia, infraestrutura e a presença financeira.

Nesse sentido, desenvolve-se uma relação social de dominação entre Centro e Subcentros. É o que será analisado com a utilização de figuras que irão auxiliar na leitura da realidade indicando onde e criando uma visão da cidade quanto ao uso do território. Esta análise é necessária para caracterizar os padrões de diferenciação e segregação socioespacial da cidade a partir de algumas características básicas do Subcentro, como a existência de atividades, de comércio, serviços financeiros e transporte. Criciúma apresenta conforme essa análise metodológica os Subcentros Próspera e Pinheirinho respectivamente com grande importância na organização do espaço intraurbano de Criciúma.

Nesse sentido, o primeiro Subcentro a ser analisado será a Grande Próspera nome este dado conforme a divisão administrativa, ou como o senso comum costuma dizer, “Região da Grande Próspera”. O propósito aqui não é descrever o processo histórico desse Subcentro, mas sim, sua importância no espaço intraurbano de Criciúma. Esta “região” como os criciumenses costumam referir-se fica localizada na parte Leste da cidade, que conforme a agência do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas localizada em Criciúma classifica-a de Grande Próspera, elencada na figura 07.

Figura 07- Delimitação territorial do Subcentro Próspera e os respectivos bairros localizados na cidade de Criciúma-SC



Este Subcentro da grande Próspera o principal bairro Próspera conforme IBGE (2010) possui 3.261 mil habitantes e a partir da hierarquia estabelecida na escala local tem influência direta e, maior nos seguintes bairros: Brasília, Nossa Senhora da Salette, Jardim Maristela e Ceará, somando segundo IBGE (2010) 10.928 mil habitantes localizados conforme a figura 07 elencada anteriormente.

Quanto aos bairros que sofrem subordinação econômica e prestação de serviço, de modo geral no que tange infraestrutura de uso coletivo ou individual podemos mencionar com influência menor, porém, significativa os bairros Cristo Redentor, Ana Maria, Renascer, Vila Rica, Bosque do Repouso e Imigrantes, que juntos somam segundo IBGE (2010) 13.313 mil habitantes.

Portanto, a partir desse recorte espacial incluindo 11 bairros e um total de 27.502 mil habitantes o bairro Próspera atua como centralizador de algumas atividades básicas e necessárias sobre o território. Como por exemplo, uma (UPA) Unidade de Pronto Atendimento 24h, seja, para atendimento médico rotineiro ou emergencial, duas agências bancárias uma do Banco do Brasil S.A e outra do banco Bradesco S.A. E, está localizado neste bairro um Terminal Urbano de ônibus, atuando como distribuidor e articulador do transporte coletivo para os bairros

vizinhos e principalmente com o Centro da cidade. Esta questão vai ao encontro do pensamento de Villaça (2001), quando analisa que os estabelecimentos presentes em Subcentros nada mais são que uma réplica do Centro principal atendendo uma parte da cidade, ao passo que o Centro atende a todo o espaço urbano.

Está questão verificada até o momento colocando o bairro Próspera como um Subcentro no espaço intraurbano de Criciúma pode coadunar-se no primeiro momento com a ideia de Sposito (2002) quando menciona que o surgimento dos Subcentros estão ligados a expansão do Centro, que não comportava mais o papel de única área comercial e de serviços da cidade devido expansão territorial urbana, o que aumentou a distância da população para o centro principal. Assim, os Subcentros vão surgir em áreas de alta densidade habitacional em que há uma convergência do sistema de transporte urbano coletivo.

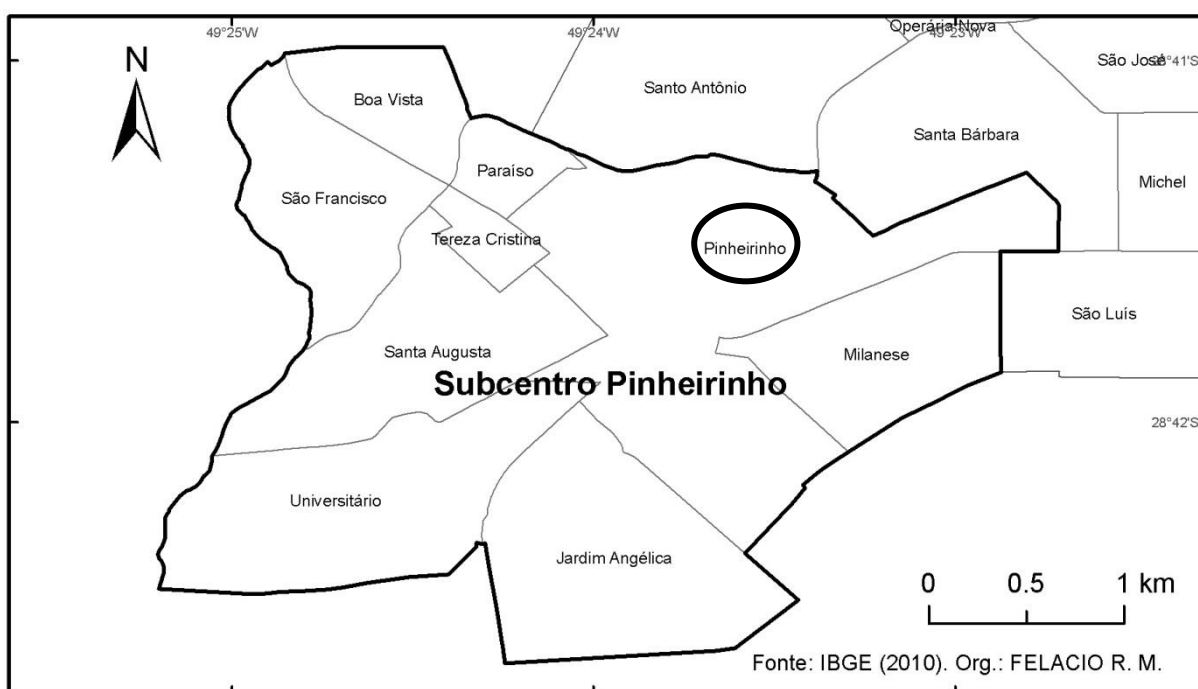
Nesse sentido, a construção do bairro Próspera e conseqüentemente sua valorização no espaço resultando em Subcentro, tem sua gênese atrelado com o capital oriundo da rizicultura investido por dois empresários residentes no município vizinho Morro da Fumaça. Os respectivos sócios adquiriram em 1989 lotes em área já super valorizadas da “Grande Próspera”, pois apresentavam uma significativa infraestrutura disponibilizada pelo poder público, ou seja, “necessidade de expansão do tecido urbano”. Neste local, o capital investido resultou na construção do Criciúma Shopping Center em 1996, dessa forma, implantaram o espaço do consumo para promover o consumo do espaço.

Nessa perspectiva, o Estado atuando também como agente econômico junto com outros agentes tiveram papel fundamental para produção e consumo do espaço, criando condições e fatores locacionais que induziram os agentes imobiliários investir na produção e reprodução do espaço da Grande Próspera colocando na condição de Subcentro. Este bairro por contar com Criciúma Shopping Center assume uma centralidade significante tanto na escala municipal quanto na escala regional, colocando e reforçando Criciúma como cidade pólo por atrair parcela da população tanto dos bairros de Criciúma, como de municípios circunvizinhos para atividade do consumo.

Tal análise metodológica da cidade continua a partir do recorte geográfico e analítico do segundo subcentro Pinheirinho representado na figura 08, página seguinte. Este bairro conta atualmente segundo IBGE (2010) com 5.621 mil habitantes e exerce influência sobre os bairros Jardim Angélica, Universitário,

Milanese, Santa Augusta, Tereza Cristina, Paraíso, Boa Vista e São Francisco. Juntos somam 14.257 mil habitantes, que integrando com o bairro Pinheirinho totalizam 19.878 mil habitantes.

Figura 08- Delimitação territorial do Subcentro Pinheirinho e os respectivos bairros localizado na cidade de Criciúma-SC



Para que possamos compreender por qual motivo o bairro Pinheirinho consolidou-se no espaço e no tempo como Subcentro é necessário mencionar que sua gênese está atrelada com a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina – E.F.D.T.C a partir de 1919. Neste bairro o crescimento populacional e arquitetônico, no primeiro momento, estava margeando a Ferrovia e a partir de 1980 com a efetiva construção da Avenida Centenário interligando este bairro ao Centro da cidade até o bairro Próspera. A construção do Terminal Urbano de ônibus coletivo – Terminal Pinheiro, por volta de 1996 fez com que este bairro entrasse com grande importância na hierarquia das funções presentes na cidade.

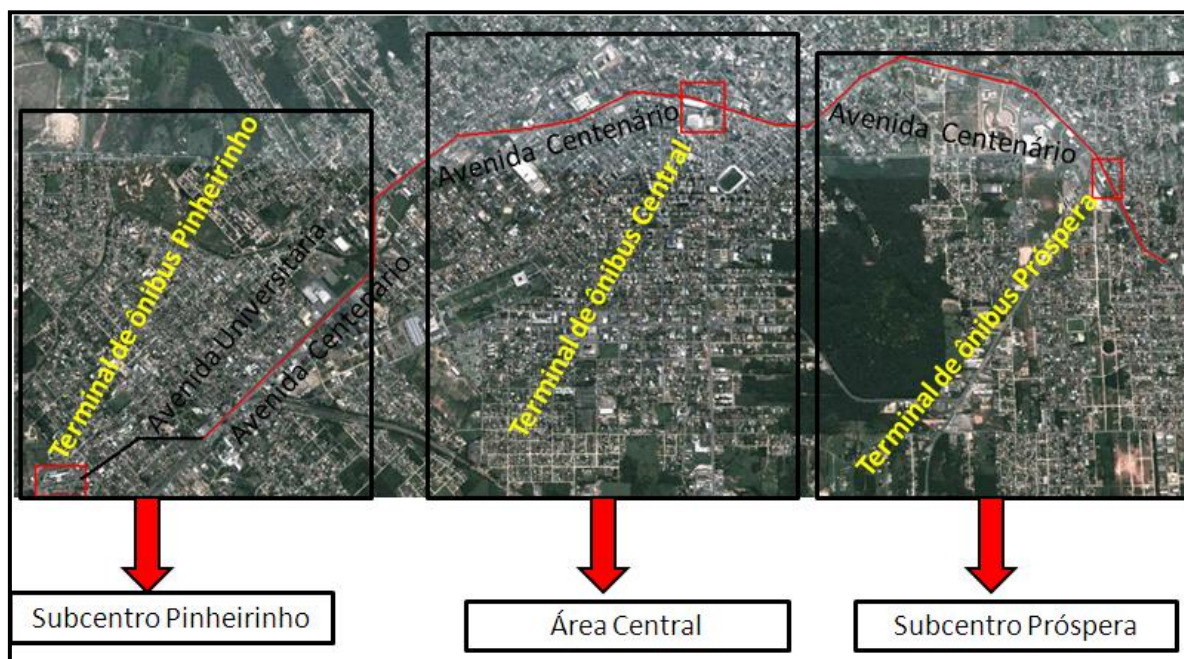
Desse modo, o Bairro Pinheirinho por contar com uma agência bancário do banco Bradesco S.A, uma casa lotérica, uma agência da empresa brasileira de

Correios e Telégrafos e mercados, recebe cotidianamente pessoas oriundas dos respectivos bairros elencados na figura 08, sobretudo, por estar próximo ao bairro Universitário que recebe uma demanda de estudantes oriundos de outras cidades e estados brasileiros, colocando-o na condição de receptor de pessoas que buscam realizar seus afazeres básicos sem precisar deslocar-se até o Centro. Nesse sentido, este bairro exerce poder de funcionalidade com grande significância, evidentemente, guardado sua proporção, no espaço geográfico de Criciúma.

Partindo dessa descrição funcional, podemos caracterizar o espaço intraurbano de Criciúma e sua estrutura funcional constituído então de dois Subcentros e um Centro. O Centro, por sua vez, busca atender todo o espaço urbano da cidade, pois constitui de toda urbanidade presente na cidade, principalmente por apresentar quantidade infraestrutural com maior proporção do que nos subcentros, caracterizando dessa forma como centro. Mas, principalmente por conter em seu território o Terminal Central de Transporte Coletivo (TC).

O terminal central de ônibus é responsável por articular e distribuir toda rede de transporte coletivo da cidade, exercendo o papel de integrar os demais bairros com o Centro, seja com maior ou menor intensidade, através da sua função de nó central da rede urbana de transporte de ônibus coletivo da cidade. Nesse sentido, o espaço intraurbano de Criciúma está constituído de três terminais de ônibus e uma avenida denominada de Centenário. Esta avenida é o principal corredor de circulação e concentração das atividades comerciais e prestação de serviço em suas margens, principalmente por ligar e integrar os respectivos terminais com os bairros conforme figuras 09 e 10. A Avenida Centenário é o espaço de circulação intraurbano mais importante da cidade é através dela que Criciúma concentrou e expandir sua morfologia urbana, sobretudo, seu espaço urbano.

Figura 09- Terminais - Central, Próspera, Pinheirinho e Avenida Centenário localizados em Criciúma-SC



Fonte: GOOGLE EARTH (2012)

Org.: FELACIO. M. F

Figura 10- Terminal Central, Próspera e Pinheirinho localizados em Criciúma-SC



Fonte: GOOGLE EARTH (2012)

Org.: FELACIO. M. F

1.3 - A dialética da cidade: entre permanência e ruptura dos processos de transformação do espaço urbano e intraurbano de Criciúma

Como é sabido, na construção do pensamento geográfico brasileiro principalmente a partir de 1970 influenciado por duas correntes geográficas, uma da América Angla Saxônica e outra Européia, questionando o pensamento geográfico até então vigente na geografia quais problematizaram a capacidade de explicar o mundo e suas transformações. Neste momento, parafraseando Corrêa (2011) de crítica ao conhecimento estabelecido no âmbito da ciência geográfica permitiu construir os fundamentos da noção de “produção do espaço” sob a orientação do materialismo histórico e, com isso, favoreceu o movimento de passagem da noção de organização do espaço para a de produção do espaço. Portanto, a partir deste momento a cidade passa a ser um local visto epistemologicamente e por excelência dialética.

A partir de uma geografia capaz de orientar o entendimento da realidade e pensar o espaço na totalidade da produção social capitalista, buscar-se-á neste subcapítulo uma contextualização no que tange a dinâmica social e econômica da cidade de Criciúma. Sobretudo, da cidade atual fragmentada territorial e socialmente, mas com uma grande articulação conforme sua necessidade em seus mais variados espaços e territorialidades. Esta cidade, como qualquer outra cidade brasileira, por excelência dialética em sua funcionalidade e sociabilidade deve ser analisada como uma totalidade, que conforme o pensamento de Arroyo (2006) é importante entender que a cidade como lugar da produção e da reprodução da vida social, permite mais do que qualquer outro local a coexistência dos diferentes, da contradição, do paradoxo – que, por sua vez se expressam e se concretizam na cidade.

Também elencando que o atual Estado capitalista desempenha múltiplos “papéis”, sobretudo, de modo contraditório, principalmente no que tange a produção do espaço, ora privilegiando o econômico, ora o político e, às vezes não na sua totalidade o social. Este atual Estado capitalista insere-se no contexto econômico, político e social e na dinâmica socioespacial presente na cidade. A partir do pensamento de Ueda (2006) no sistema capitalista, a produção do espaço insere-se na lógica da produção capitalista que transforma dialeticamente toda produção em

produto e todo produto em mercadoria. Todo e qualquer território da cidade é constituído por territorialidades de grupos ou classes sociais com diferentes interesses, dessa forma coloca a cidade como *lócus* dos conflitos, mas com algo em comum, à apropriação e consumo do espaço urbano nas suas mais variadas formas.

Dessas acepções podemos caracterizar que a dinâmica da cidade é constituída de territorialidades e, portanto, espaço contraditório, ora muito valorizado, ora não muito valorizado, ora visto como produtivo, ora visto como não produtivo. É construída socialmente de forma dialética tendo como precursores conforme Silva (2007) os diferentes agentes produtores do espaço urbano atuando e competindo num jogo de forças pela sua produção e apropriação de acordo com os impasses travados a partir dos diferentes interesses que afloram em sua realização, como nos embates entre o público e o privado, entre o coletivo e o individual e entre natural e social.

Está lógica conduz de modo geral a produção e reprodução do espaço urbano contemporâneo, que ora é produto, e ora é meio para as relações de produção, sobre o espaço e do espaço. Remetendo ao pensamento de Lefebvre (2008) isto é possível, pois a cidade capitalista deixou de ser obra e passou a ser produto, isto quer dizer que todo e qualquer espaço da cidade conforme pensamento de Marx (1985) apresenta um valor de uso e valor de troca. Na prática, todo e qualquer território da cidade manifesta uma territorialidade essencial para o espaço urbano que segundo Lefebvre (1999) garante a articulação entre forma, função, estrutura e processo, dinâmica esta que se constituiu como produto, condição e meio para as relações capitalistas de produção.

Por outro lado essa dinâmica que se constitui como produto, condição e meio para as relações capitalistas de produção, conforme Sobarzo (2006) fragmenta os espaços e hierarquiza os lugares, uma vez que essas iniciativas potencializam os espaços que dispõem diferentes e novas formas de moradia, consumo, lazer e produção do espaço. Esse processo constante em valorizar e desvalorizar certos recortes espaciais da cidade, também modifica diante do pensamento de Sobarzo (2006) as práticas de consumo comandado por valores subjetivos e ideológicos que expressam o desejo de dispor desses novos espaços.

Ora – o que vemos então na produção do espaço não é necessariamente o espaço como mercadoria, mas sim, os elementos que constitui esse espaço que faz do território o elemento fundamental para produção do espaço de forma

diferenciada, sendo que as práticas de consumo do espaço dependem de uma localização e, a localização conforme Lahorgue (2002) é configurada pela sociedade como um todo, mas, de modo geral é a população com maior poder aquisitivo que dispõem da cidade seus espaços próprios, característica básica para organização territorial e espacial.

A localização de grupos específicos em determinadas áreas da cidade fez com que se buscasse analisar a cidade a partir de uma configuração ou divisão clássica da cidade em centro e periferia. Mas, com a necessidade do capitalismo reproduzir-se, neste caso o capital urbano, criou-se uma dialética econômica em algumas cidades brasileiras resultando uma nova configuração urbana.

A dinâmica do capital que às vezes aparenta reestruturar ou desestruturar certos territórios conforme Sobarzo (2006) cria um “modelo” de cidade, uma nova periferia, uma vez que as classes de maior poder aquisitivo optam por viver longe do centro da cidade. Dessa forma, a dialética entre o par centro e periferia, haja vista pelo tradicional arcabouço teórico metodológico de centro e periferia, (periferia onde vivem as pessoas de baixa renda) tende a ser abdicado. Portanto, conforme o pensamento de Arroyo (2006):

Há uma separação socioespacial considerável de acordo com poder aquisitivo, que se mostra decisivo nas escolhas das áreas a serem frequentadas e evidencia a segmentação existente no espaço urbano. Essas diferenças se sobressaem quando analisadas a partir das novas lógicas da produção do espaço urbano, que criam novas áreas centrais e modificam a noção de complementaridade e concorrência das diversas áreas do espaço urbano, redefinindo as formas, funções e estruturas segundo a ótica da reprodução capitalista. (ARROYO, 2006, p. 217).

Nota-se uma contradição em detrimento à sinergia existente na cidade, essa sinergia existente reflete e condiciona uma heterogeneidade e hierarquia entre os lugares, da dialética entre o binômio centro e periferia. Portanto, “restabelecer a dialética entre centro e centralidade é pensar os lugares como formas-conteúdos diversos que podem atribuir, sem dúvida, novos significados quanto à morfologia socioespacial” (SERPA, 2006, p. 98-99). Tal dinâmica faz com que certas áreas desterritorializem algumas funções e territorializem novas funções. De modo geral, esta dinâmica espacial cria novos conteúdos, formas e funções urbanas que irão caracterizar a cidade atual, como salienta Santos (2006):

A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim, que as épocas se distinguem umas das outras (SANTOS, 2006, p.77).

Nessa perspectiva, compreender a cidade como produto do trabalho social materializado, o capital utilizando-se da categoria trabalho “organiza” o espaço. E seu conteúdo em certo momento adquire forma que se materializa na cidade em local determinado pelas forças produtivas – necessidade do capital metamorfosear-se. Nesse sentido, Criciúma materializou duas divisões básicas no espaço territorial, conforme Câmara (2004) a divisão do trabalho que é reflexo das atividades econômicas, qual a cidade concentra e a divisão social ou a segregação urbana, que reflete a divisão da população urbana em classes sociais. A organização espacial de Criciúma, portanto, pode ser analisada “em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 2000, p.249).

Até este momento foi caracterizado a contradição, o paradoxo da produção, a dialética na produção do espaço, dessa forma pode-se verificar que Criciúma apresenta-se contraditoriamente no espaço. A mesma aparenta fazer parte do novo processo de urbanização das cidades médias brasileira no qual tendem a modificar a centralidade, a relação centro/periferia devido à valorização do uso do solo, no denominado centro da cidade e devido à verticalização chegar ao seu mais alto estágio, fazendo com que as edificações busquem os espaços denominados periféricos para construção de conjuntos habitacionais modificando a morfologia da cidade e, sobretudo, criando uma especulação e valorização de determinadas áreas da cidade que até então não existia.

Este dualismo talvez esteja acontecendo, pois atualmente estão ocorrendo transformações das relações sociais de produção elevando ainda mais a fragmentação do espaço urbano, da sociedade e do território, que “resulta em uma nova divisão social e territorial do trabalho, com grandes impactos na configuração territorial, na estrutura demográfica e do emprego, que culminam com um processo de urbanização” (ELIAS, 2006, p. 291).

Será que estamos assistindo ao surgimento de uma nova configuração urbana? Seguindo o mesmo pensamento, estamos sim vivenciando nova configuração urbana, pois as novas cidades, novas urbanizações, novas periferias, contribuem ainda mais com a dispersão espacial. A configuração urbana caracteriza-se pela “expansão de uma nova periferia com a construção de loteamentos fechados, uma vez que as classes de maior poder aquisitivo, faz a opção de viver longe do centro da cidade” (UEDA, 2006 p. 236).

Neste contexto, Criciúma diante de uma pequena, porém significativa descentralização habitacional induzida pelos programas habitacionais aparenta uma nova forma de produção do espaço urbano, a saber, “mudanças de um elemento da estrutura provocará mudanças em outros elementos, pois a estrutura territorial é socialmente produzida e ao mesmo tempo reage o social” (VILLAÇA, 2001, p.13). Esta descentralização, neste caso do morar, produz uma reestruturação do espaço intraurbano e tem como premissa estruturante o deslocamento do ser humano, ora como fornecedor, quando retém a força de trabalho, ora como consumidor, quando “consome” o espaço, dessa forma a localização específica o espaço intraurbano, pois ela própria também é produto do trabalho humano.

Mas, o que podemos visualizar em Criciúma é uma dinâmica quanto a forma e uso do solo urbano, a produção atual do espaço urbano busca verticalizar os espaços anteriormente visto como periféricos - resultado da especulação do solo urbano, introduzindo e incorporando novas maneiras de produção do espaço. Todavia o capitalismo precisa acumular-se e metamorfosear-se, o estágio atual do capitalismo necessita reproduzir de forma abstrata, ou seja, o capital fictício, dessa forma nada mais fictício do que uma produção do espaço fetichizada pelo morar. Então apoiado na ideia de Lahorgue (2002) não se pode multiplicar a terra, mas é possível multiplicar seu uso.

Conforme Maia (2006) este processo de acumulação do capital é devido a forte desigualdade socioeconômica da nossa sociedade e diferentes níveis de crescimento e do poder aquisitivo, sendo que uma parcela da população fica “fora” do mercado porque não tem capacidade de consumir, neste caso o espaço, diminuindo a demanda solvente para os produtos imobiliários. “Criam-se novos produtos para vender, novas formas, necessidade (s) e estratégia (s) de reprodução do capital, assim, as diversas frações do capital encontram certa unidade no seu objetivo comum, reproduzir sua riqueza vendendo a cidade” (MAIA, 2006, P. 208).

Essa lógica mercadológica do uso da cidade verticalizada que multiplica o uso do solo urbano para reprodução do capital imobiliário não é homogênea, fragmenta e cria sobre o espaço urbano certa descontinuidade e continuidade expressas em dois níveis diferentes, parafraseando Maia (2006) o territorial e o socioespacial ou conforme Santos (2006) resulta um espaço como instância social, conjunto inseparável da materialidade e das ações do homem. Nesse sentido, ficando a seguinte interrogativa: quem são os produtores desse espaço, fragmentado e segregado produzido em Criciúma? E quem são os segregados da/na cidade de Criciúma diante das relações de poder sobre o território?

CAPÍTULO II

RELAÇÕES DE PODER: UMA POSSIBILIDADE METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

“Se há poder, há resistência. Como no jogo físico de ação e reação, o exercício de um poder implica sempre uma resistência, isso é, um poder contrário, um contra-poder. Ninguém exerce poder impunemente, e ninguém é apenas passivo nas relações de poder”. Michel Foucault (2006).

Para se compreender este capítulo é importante ter o contexto do subcapítulo anterior qual buscou caracterizar a cidade a partir dos processos sociais, econômicos e políticos que representam um espaço paradoxal e dialético com rupturas e heterogeneidade em sua totalidade. Dessa forma, buscar-se-á neste capítulo uma literatura e abordagem teórica metodológica para evidenciar que a produção do espaço urbano constitui-se por teias de relações de poder intrínsecas nas relações sociais. Caracterizando dessa forma um espaço socialmente produzido e/ou reproduzido que conforme a concepção de produção do espaço lefebvriana está vinculada com a reprodução das relações sociais de produção, ora - se existe relações é por que temos no mínimo dois sujeitos relacionando entre si, portanto social.

Nesse sentido, o estudo da produção do espaço urbano a partir das relações de poder pode ser analisado conforme Corrêa (2000) como produto da própria sociedade, ou seja, a organização espacial é a própria sociedade espacializada, portanto, produto das relações de poder estabelecidas na cidade. A produção do espaço visto como resultado da espacialização da relação intrínseca entre o poder político e o poder econômico, remete-se a Marx (1977), quando este verifica que se manifestam por meio da luta de classes, estas lutas de classes irão produzir o espaço conforme seus interesses.

Partindo da concepção de Marx e Engels (1977) é com base no trabalho que o ser humano constrói suas relações sociais e ratificando esta ideia e da sociedade dividida em classes, Corrêa (2000) elenca que a organização espacial é produto da

divisão classista, tanto da produção quanto do consumo de bens materiais, sobretudo, do controle exercido sobre as relações entre as classes sociais.

Dessa forma, é visto que a produção do espaço envolve poder, então podemos partir da premissa que existe sujeito que exerce o poder e sujeito que receberá esta aplicação do poder? Para Foucault (2006), não! Pois segundo ele o poder não está nos indivíduos, mas sim nas relações sociais. Isto explica e vai ao encontro por qual motivo este capítulo iniciou-se com uma citação de Foucault, caracterizando a produção do espaço constituído por disputas de poderes que produzirão novas contestações pelos territórios socialmente construídos a partir das relações de poder. Se existe relações de poder em algum momento terão que manifestar-se e materializar-se, sejam na forma de contraste sociais, culturais, políticas, econômicas entre outras, que se difundem em processo de territorialização e territorialidades.

Essas relações de poder que construirão territorialidades, produto da reprodução do capital é inseparável da esfera simbólica do fator político ou do micropolítico segundo as correlações existentes na sociedade. Esta ideia coaduna-se com Lefebvre (2008), pois evidencia que o espaço possui a característica de ser “politicamente instrumental, facilitando com isso o controle da sociedade”, mas essa dimensão tende a ser disfarçada já que assume uma aparência externa de neutralidade, pois a política é um fator fundamental para materializar as relações constituídas a partir do poder econômico.

Do ponto de vista analítico, o mundo contemporâneo é repleto dessas formas de dominação extraeconômicas, políticas e socioculturais e, é sobre estas dominações analisadas em particular na produção do espaço urbano, conforme considera Lefebvre (1999) como a importância fundamental do espaço ou sua relação com a reprodução das relações sociais considerando-o como produto.

Nesse sentido, essa abordagem metodológica de produção do espaço é reforçada pela tese de Carlos (2001). Para esta autora podemos analisar a produção do espaço a partir das seguintes esferas: a primeira que tem como premissa a dominação, neste caso política, premissa para segunda – qual seja – acumulação do capital, que de forma dialética são responsáveis pela última esfera – realização da vida humana. Como resultado da articulação destes três fatores, temos a produção de um espaço diferenciado que opõe dominação e apropriação, no sentido proposto por Lefebvre (1999) distinto da propriedade propriamente dito.

Nesta perspectiva analítica e metodológica com o intuito de compreender e caracterizar as relações de poder em suas mais variadas escalas na produção do espaço cabe mencionar de qual poder e concepção de poder será evidenciada. Portanto, na primeira abordagem recorrer-se a Marx e Engels que por volta de 1837 a 1846 fizeram uma crítica sobre alguns autores alemães, quais expressavam a maneira idealista de pensar e esboçaram os fundamentos da concepção materialista da história. Karl Marx e Friedrich Engels de certa forma foram os pioneiros a estabelecer uma disjunção entre as relações de poder e os dispositivos gerenciadores centrados no Estado.

Parafraseando Espíndola (2010), o poder está presente em toda parte, tanto nos grandes tratados comerciais, sobretudo nas relações sociais de produção, como nos pequenos empreendimentos locais, assim, como nas relações interpessoais. O poder apresenta-se como uma instância comum desdobrando-se e ramificando-se em numerosos nós que mediam outras relações sociais.

Dessa acepção podemos verificar uma análise de poder “que revertem em agenciamentos microscópicos na forma dos micropoderes, mostram a espacialidade da vida social, (espaço externo), o espaço vivido e socialmente produzido” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 51-61). O que se apresenta na concretude social, portanto, são relações rizomáticas⁸ de poder que se conjugam a mecanismos centralizadores de poder todos alimentados pela luta das classes sociais e entremeadas como quiasmas⁹, por hábitos que incorporam dispositivos mentais e simbólicos tornando o jogo de poderes interrelacionados, ao mesmo tempo, irreconhecível e palatável para as componentes irredutíveis da sociedade, os seres humanos.

Em meio desta combinação complexa que inclui elementos atuantes em diversas direções e trajetórias, formam-se combinações entre ações e objetos. Formam-se o que podemos denominar territórios constituídos pelo poder em territórios de conflito, de luta social, onde agenciamentos contraditórios relacionados

⁸ O rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; (...) Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. (...) O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. (DELEUZE, 1995, p. 32)

⁹ Quiasma, aqui exposto vai ao encontro do pensamento Deleuze, quando menciona que, o entrecruzamento reversível de todas as coisas anula o início. Tudo circula sem cessar. O Encaixamento é uma inserção recíproca.

à contra poderes e demandas fractais, ou seja, necessidades geradas pela mudança das coisas de época pela qual a humanidade está passando operam em contraponto as instâncias de poder institucional legitimadas, é aí que se observa a resistência, mas é aí também que se constitui o território de ação dos poderes. É neste território, enfim, que podemos averiguar os poderes em ação e definir como as relações por eles formalizadas através da luta social se estabelecem na realidade concreta.

Elencados com essa perspectiva por alguns geógrafos, como Claval (1979), Raffestin (1993) e Santos (2004), esses autores complementam o quadro teórico inicial das relações de poder nas quais podem ser trabalhadas em estudos sobre a produção do espaço social e territorial de forma desigual e por ações e objetos técnicos associados a várias formas de manifestação dos poderes, neste caso sobre os territórios privilegiados ou não, socialmente construídos e disputados por uma relação física e simbólica de poder.

Parte-se do entendimento de que essas relações de poderes manifestam-se, concretizam, reproduzem-se em um território socialmente e culturalmente fragmentado, mas articulado com territorialidades mais variadas possíveis. E que para Santos (1979), o processo de produção desse território é fruto de contradições já que nele estão envolvidos interesses contraditórios e conflitantes do capital. Desse modo, é possível perceber claramente que o território condiciona a localização dos atores, pois determina a incorporação de técnicas sobre o território, como rodovias, objetos técnicos ligados à produção, veículos, insumos técnicos científicos (como, por exemplo, à propaganda), dentre outros.

É necessário, portanto, analisar que há “acentuada especialização de tarefas no território que é tanto mais sutil quanto necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico, toda produção é técnica mais também socioeconômica” (SANTOS, 2009, p.43). Contudo Santos (2009) ressalta que a informação em todas suas formas é o motor fundamental do processo social e circulação dos fluxos e, o território nesse caso é equipado com objetos fixos para facilitar a sua circulação dos fluxos. Na medida em que tais recursos mostram-se alienados no território corroborando com a especialização do trabalho nos lugares, produz-se desta forma, o que Santos e Silveira (2000) designam de “regiões do mandar e regiões do fazer”. São essas relações contraditórias de poder, um dos fatores que geram a segregação socioespacial.

Corroborando com esta questão Marx (1985) elenca que o capital necessita de criações de condições físicas que facilitem o comércio, meios de comunicação e transporte, à aniquilação do espaço pelo tempo torna-se para ele uma necessidade. Nesse sentido, Santos (2009) menciona que:

O território, não é apenas o teatro do jogo econômico. O território é base comum de operação para todos os atores produtores do espaço. O papel do estado é determinante e decisivo, pois por excelência cabe ao Estado as escolhas dos territórios para a instalação de infraestrutura e equipamentos, com objetivos específicos para atender certas atividades, (SANTOS, 2009, p. 118).

O próprio poder público nesse sentido torna-se por excelência, criador privilegiado de escassez, no que tange a infraestrutura, pois devido à escolha por determinados territórios estimula a especulação fundiária e fomenta a produção do espaço, conforme Santos (2009):

Principalmente nos espaços da cidade, o estado se vê como incapaz de resolver os problemas de habitação empurra ou faz com que a maioria da população resida nas “periferias” empobrece ainda mais os mais pobres, forçando a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público se exime de oferecer (SANTOS, 2009, p. 123).

Ressalta-se que a transformação ocorrida sobre o território resulta em uma organização a partir de modelos desenvolvimentistas ideológicos impostos pelos detentores do poder. E ao “Estado cabe por excelência à responsabilidade de organizar o território. Ora, a vontade política é o fator por excelência das transformações sociais, políticas e econômicas”. (SANTOS, 2009, p.140). Assim, entende-se que o território não deve ser considerado neutro e passivo e que “as diferenças das formas espaciais provêm apenas de características físicas ou climáticas ou mesmo de fenômenos de dominação elevadas ao estatuto de leis intangíveis” (PIRES 2006, p.48).

Mas, sim, deve-se analisar que as leis de dominação do território que aparentam ser intangíveis, mas que criam territorialidades que são dominadas e comandadas por alguns agentes produtores do espaço. O território deve ser visto

como fator importante nas mudanças recentes das hierarquias espaciais, pois o mesmo materializa as relações de poder constituídas a *priori*, havendo dessa forma hierarquias de poder, haverá assim, hierarquia de subordinação sobre o território.

2.1 A produção do espaço a partir das relações de poder: premissa para fragmentação e disputas por territórios

Na literatura geográfica existe uma contradição entre o que se constitui a *priori* o espaço ou território? Será o espaço a *priori* constituído de relações de poder que produzem o território e territorialidades ou será as relações de poder a partir do território que cria os espaços diferenciados? Esse arcabouço metodológico será evidenciado a partir do pensamento de Lefebvre (2008) para qual o espaço é premissa para que seja produzido o território. Esta teoria é corroborada com a afirmação de Raffestin (1993), para quem se deve pensar a realidade partindo do pressuposto que o espaço é anterior ao território, portanto:

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático os territórios são espaços políticos por excelência, onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

A partir das relações de poder entre os diferentes agentes¹⁰ produtores do espaço e geradores de territorialidades que produzem um tecido urbano fragmentado/descontínuo territorialmente e conforme o pensar de Arroyo (2006), criando e / ou recriando o processo de seletividade territorial e espacial que reforçam a tendência histórica de desenvolvimento desigual e combinado. Grosso modo, essas seletividades estão em constantes mudanças em função das estratégias definidas por esses agentes, pela busca de lugares mais rentáveis. Ora, essas dinâmicas são oriundas do próprio sistema capitalista de produção, sendo que este modo de produção vigente necessita e precisa de circulação diferenciada do excedente que cria e recria uma hierarquia entre os lugares. Portanto, “essas formas

¹⁰ Sobre os agentes produtores do espaço será priorizado o subcapítulo 2.3.

de produção e utilização do excedente são decididas – ora pelas empresas – ora pelo Estado que muitas vezes representam as mesmas, e não a sociedade como um todo” (ARROYO, 2006, p. 77).

No sistema capitalista, o excedente toma a forma de lucro e as possibilidades de lucro – de realizar a mais-valia – são diferentes em função do uso do território que essas empresas e/ou agentes possam efetuar. Entretanto, essa relação de dominação está sujeita sempre a uma variação de escala dinamizada pelas relações de poder responsáveis pelo tipo de atividade que se busca em cada área da cidade.

Portanto, em determinado local da cidade existirá uma especialização do trabalho que a partir de Santos (2009) ocasionará uma divisão territorial tanto do ponto de vista da materialidade quanto do ponto de vista da dinâmica interpessoal, ou seja, existe uma (DSTT) divisão social do trabalho territorial.

De modo geral a divisão do trabalho é responsável por criar cidades e áreas dentro da cidade com determinada especificidade fragmentando o território a partir do trabalho, que se materializam, conforme Pires (2006) sobre o território de três formas:

a) territórios de aglomerações, o território se desenvolve pela acumulação quantitativa de atividades;

b) na especialização, o processo de desenvolvimento está fundado na estrutura organizacional do tecido econômico dominado por uma atividade industrial ou um produto;

c) na especificidade, a produção de um território se caracteriza pela elaboração de um modo de coordenação entre os agentes econômicos.

Nota-se, portanto, que é sobre essa perspectiva que se discute o planejamento atual da cidade buscando o “desenvolvimento” a partir desta lógica, sobre o território. Desse modo, o território é visto como área e com características econômicas, políticas e culturais específicas, sendo que os aspectos econômicos e políticos, abordam elementos culturais da constituição dos territórios e de suas articulações. Este território para Bagnasco (1988 apud SAQUET 2010) além de área, formas espaciais etc. é conexão e articulação, é fruto e condição da dinâmica socioespacial. Seguindo esta lógica Anastasia e Corò (1996 apud SAQUET, 2010) entendem o território como produto do processo histórico e, ao mesmo tempo como força produtiva e mecanismo para acumulação capitalista, pois o capital necessita em primeiro lugar territorializar-se.

O território, nesta perspectiva é fruto da integração do mercado entre diferentes agentes produtivos é enraizamento e articulação/fluxo é, ao mesmo tempo, condição para articulação o que se denomina de integração versátil. Para os respectivos autores citado anteriormente, o território, explicitamente é economia e, implicitamente, também é política, cultura, conhecimento e experiências locais.

Portanto, os deslocamentos diários são dinamizados pelos agentes do capital para os quais a mobilidade da força de trabalho é fundamental, pois esta, como afirma Marx (1985) é a única que gera mais-valia. A relação centro e periferia, do bairro, da cidade, da região, nesse sentido, estão relacionadas com os centros das funções e atividades e com a hierarquia e divisão do trabalho materializada sobre o território. Sendo assim, a divisão do trabalho gera uma subordinação e uma relação de poder conforme a sua função no sistema produtivo capitalista, buscando assim, uma integração a partir da fragmentação.

Usando as palavras de Oliveira (1989) uma característica clássica do desenvolvimento e da produção capitalista no/do espaço é sem dúvida, o da integração territorial diante da fragmentação do território e da divisão da sociedade em classes. Esta contradição, integração a partir da fragmentação é necessidade básica para a expansão e dominação do sistema capitalista, paradigmas que fizeram com que a produção capitalista chegasse ao seu mais alto grau de desenvolvimento desigual, contraditório e com classes sociais com distintos interesses.

Desse modo, a divisão da sociedade em classes sociais distintas vinculadas com as disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada são mecanismos para a produção do espaço e de territórios fragmentados que conforme Soares (2006) são notórios diante das atividades econômicas e da informação sobre o território. Tal fragmentação cria uma espécie de homogeneidades internas às áreas e, conseqüentemente, heterogeneidades entre as mesmas, “tornando o tecido urbano composto por áreas que apresentam dinâmicas que negam a possibilidade de funcionamento de um conjunto articulado” (SILVA, 2006, p. 217). Ou seja, o que Lefebvre chamaria de uma heterotopia¹¹.

Este processo evidencia que a essência da urbanização está na contradição, está no fato conforme Silva (2006) de a cidade representar um valor de uso

¹¹ O conceito heterotopia é encontrado na obra de Henri Lefebvre e Michel Foucault, mas, o mencionado aqui é o conceito de Lefebvre. Já o lugar outro, ou o outro lugar é definido por Lefebvre como heterotopia.

complexo e importante para a produção e circulação de mercadorias e, no entanto, ela em si mesma não ser uma mercadoria. Nota-se que a lógica de produção do “espaço urbano e os interesses que a engendram provocam um processo de fragmentação do espaço urbano, decorrente da emergência de áreas que podem ser diferenciadas claramente pelo padrão de rendimento¹²” (SILVA, 2006, p.217).

A cidade entendida como um espaço fragmentado e dividido em classes é local de conflitos em busca de interesses, seja do capital, do Estado e dos habitantes, que de certa forma reivindicam algo em comum, o direito à cidade. A cidade nesse sentido é o reflexo da sociedade a que está associado. “No sistema capitalista ela reflete a estrutura social classista ao apresentar formas heterogêneas entre produção da vida e de moradia” (CARLOS, 2007, p. 22). Com maior ênfase neste início de século, apresentando em sua configuração urbana uma concentração das classes que retém a maior renda em determinados bairros “privilegiados ou áreas privilegiadas” da cidade configurando em sua paisagem urbana desigualdades socioespaciais.

A cidade, nesse sentido, é o local cujo se materializa a divisão da sociedade em classes e paradigmas para a reprodução das relações de produção, as cidades tornam-se, entre outras coisas, aglomerados populacionais, tornam-se por excelência *lócus* econômico, matéria prima e produto do capitalismo. A cidade é o centro da mercantilização onde tudo se torna mercadoria, conforme Sposito (2002) é o local onde se concentra a força de trabalho, os meios de produção em larga escala é o local de gestão e decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção comandando a divisão territorial do trabalho. Paraphraseando Harvey (2005) a cidade capitalista é a arena da mais intensa desordem política e social ao mesmo tempo em que é uma testemunha monumental das forças que movem e se movem dentro da dialética do desenvolvimento desigual capitalista. Utilizando as palavras de Villaça, (2001) podemos verificar por qual motivo a produção do espaço fragmenta o território produzindo territorialidades no que tange a produção do espaço:

¹² Exemplos de objeto que podem deixar visível à fragmentação do espaço urbano podem ser notados através de ruas, avenidas, escolas, hospitais mercados entre outros, disponíveis relativamente com melhor qualidade em determinados pontos do território urbano.

Não é processo de produção da vida, mas, sim, o de consumo que mais interessa ao urbano, é a partir deste ponto que a questão primordial para a produção do espaço seja a localização do indivíduo e sua acessibilidade ao centro de bens e serviços das cidades é neste palco que ocorre a disputa entre as classes sociais pelas melhores localizações (VILLAÇA, 2001, p. 42).

Estas disputas pelas melhores localizações características típicas das cidades capitalistas atual é um dos fatores que dão origem a segregação socioespacial. “Assim social e politicamente as estratégias de classes (inconsciente ou consciente) visam a segregação socioespacial” (LEFEBVRE, 2008, p. 90). A partir deste ponto observamos uma questão primordial para a apreensão do espaço urbano, a localização do indivíduo e sua acessibilidade ao centro de bens e serviços da cidade. É neste “palco” que ocorre a disputa entre as classes sociais pelas melhores localizações. Santos (2000) nos mostra a importância da localização no espaço intraurbano quando escreve que:

Cada homem vale pelo lugar onde está o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 2000 p.81).

Dessa acepção verifica-se que o ponto do território, no qual Santos (2000) se refere foi construindo diante de relações de poderes, que geraram locais “melhores ou piores”. Ora, o lugar não é bom ou ruim por excelência, mas sim, pelos mecanismos e fatores disponíveis agregados a este local, como por exemplo, a localização de um bairro “nobre” sobre o território. Reforçando o papel da localização Harvey (2005) menciona que o “processo social de determinação do salário é parcialmente modificado por mudanças na localização das oportunidades de emprego (por categorias) comparadas com mudanças em oportunidades residenciais (por tipo)” Harvey (apud VILLAÇA, 2001 p.151).

A melhor localização, geralmente é aquela que possui as melhores amenidades e uma boa acessibilidade ao centro de bens e serviços. Essa

acessibilidade é fruto de um trabalho socialmente produzido. Todos os terrenos têm graus de acessibilidade diferentes entre si, então há uma disputa pelas melhores localizações e esta disputa produzirá uma fragmentação do território.

Desse modo a segregação socioespacial e as desigualdades econômicas baseiam-se em uma apropriação do espaço que dá prioridade aos fatores econômicos, o que leva a luta de classes, desigualdades e segregação socioespacial. Ganha evidência um processo bastante diferenciado de valorização da terra urbana o que consolida pronunciadas desigualdades socioespaciais que marcam a configuração territorial da cidade. Nesse sentido, o uso que se faz da terra no que tange o morar pode ser analisado conforme Corrêa (1989) quando destaca que essa disputa produzirá duas formas de segregação, a autosegregação que se refere a segregação das classes dominantes e a segregação imposta aos grupos sociais em que as opções de como e onde morar são pequenas ou nulas.

Para Corrêa (1989) a segregação tem duplo papel podendo ser a forma e manutenção dos privilégios da classe dominante e também mecanismo de controle social desta mesma classe sobre os demais grupos sociais, que revela a necessidade de manutenção dos grupos sociais desempenhando papéis previamente destinados dentro da divisão social do trabalho. Lojkin (apud VILLAÇA, 2001, p.146) menciona que a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo que por sua vez é determinado pela (DSETT) divisão social, espacial e territorial do trabalho.

Diante disso, verifica-se que o sistema capitalista de acordo com a condição social e o papel social desempenhado pelos ocupantes de um determinado espaço urbano se configura em territorialidades representativas de grupos e classes sociais que aí se reproduzem. Por exemplo, pode-se considerar a distribuição territorial da população envolvendo os que vendem e os que compram a força de trabalho, esta relação constrói e reconstrói conforme Rodrigues (2010) novas espacialidades urbanas e perpetua a elaboração, manutenção e produção de espaços onde os diferentes grupos sociais se estabelecem.

Com base na afirmação de Rodrigues (2010) afirma-se que a separação espacial e social entre “pobres e ricos” é historicamente construída, pois, na medida em que o espaço urbano vai crescendo os agentes passam a assumir no espaço urbano o seu lugar, isto ocorre segundo a ideia de Santos (1979) pois o sistema

econômico é discriminatório, portando a segregação socioespacial pode ser vista como uma forma disfarçada de discriminação social tendo como premissa sua condição econômica sobre o território diante do contexto sociopolítico e na forma de distribuição da população urbana baseada em aspectos econômicos, torna-se critérios importantes para a separação entre os diferentes agrupamentos sociais que assumem no espaço urbano uma disposição bem definida.

Esta perspectiva metodológica remete-nos a pensar a apropriação do espaço a partir da distinção e articulação entre formas, funções e processos que em virtude das novas tecnologias de comunicação, sobretudo, da nova forma do seu uso colocando em questão a supremacia da contiguidade do território conforme Sposito (2011) deve ser levado em conta para que seja possível a compreensão da posição que uma dada função ocupa sobre o território, que por sua vez, apresentará uma forma específica.

Esse processo segundo Carlos (2001) não revela em sua totalidade a gênese do espaço, mas revela as possibilidades, os limites e os diferentes usos do espaço pelos habitantes. Esta ideia coaduna-se com Lefebvre (1999), pois a forma urbana é cumulativa de todos os conteúdos, seja da cultura ou modo de viver dos indivíduos ou do nível técnico que se materializa sobre o território, por exemplo, nas formas de casas e edifícios. E, por fim, a relação de poder impregnada na produção do espaço fragmenta o território que segundo Lefebvre (1999) está vinculado à dialética dos conteúdos, das diferenças e contradições dos conteúdos e que sem dúvida, tudo se acomoda e vive no espaço urbano.

2.2- Produção do espaço: da fragmentação territorial a segregação socioespacial

Atualmente as cidades brasileiras – isto não é novidade – apresentam-se heterogeneamente em seus mais variados aspectos, sejam culturais, sociais e políticos, com mais ou menos infraestrutura, guardadas as suas proporções, entre outros aspectos. Mas, de modo geral as cidades brasileiras apresentam um fator em

comum deixaram de ser obra e passaram a ser produto¹³ gerando inúmeros problemas sociais, sobrepondo o econômico ao social. Dessa forma a cidade no seu estágio atual é o local por excelência para as expressões e materialização dos processos sociais é ponto de mercado, onde tudo é passível de ter valor de troca e de uso.

A cidade, portanto é produzida dialeticamente entre as relações vigentes no modo de produção capitalista e no próprio processo de urbanização, tal dialética podem coadunar-se com Sposito (2002) quando evidencia que a cidade nunca fora um espaço tão importante e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo, sobretudo, por tais relações que produzem a cidade que possibilita-nos caracterizá-la como forma e a urbanização como processo.

Nesse sentido, busca-se analisar a urbanização como processo e o espaço, neste caso geográfico entendido como objeto de estudo da Geografia apropriado, produzido e reproduzido pelo homem por meio de uma correlação entre objetos naturais, culturais, políticos e econômicos que ocasionam a produção do espaço urbano e constituído por território fragmentado. Ampliando o conceito de produção, portanto, capitalista do espaço Lefebvre (2008) nos diz que devemos compreender esta fragmentação como uma construção inter-reativa entre o espaço e as relações sociais que se apresentam paradoxalmente fragmentadas e articuladas. Corrêa (2002) menciona que esta fragmentação:

Corresponde à divisão deste em espaços menores, de acordo que se fará de cada uma das partes, ou seja, área do comércio, industrial, residencial de alto e de baixo padrão, e a articulação corresponde às relações de interdependência entre as partes feitas pelos fluxos de pessoas, veículos e mercadorias (Corrêa, 2002, p. 7).

Esses processos de fragmentação ocorrem e são possíveis devido à ação dos atores e/ou agentes responsáveis pela organização do espaço, que por sua vez, são responsáveis pelos processos e criação de espaços físicos e simbólicos na

¹³ Essa análise metodológica da cidade vista como produto pode ser vista em Lefebvre, que menciona que as cidades até o advento do capitalismo era vista mais como obra do que produto está lógica muda definitivamente com a revolução industrial.

cidade, como a centralização, descentralização, coesão social e territorial, territorialização, desterritorialização, segregação social e territorial.

Neste sentido, toda dinâmica na produção capitalista do espaço de uma forma ou de outra são relações capitalistas de produção pautadas nas relações sociais e nas contradições de classes. Este processo contraditório e desigual é o paradigma capitalista de acumulação de riquezas, a contradição neste caso é premissa para acumulação de riquezas e também da reprodução das relações sociais de produção as quais se concretizam por meio de mecanismos econômicos, políticos e sociais no espaço e no tempo.

Pensar a produção do espaço a partir desse aspecto é pensar o espaço da contradição, dos conflitos é pensar à vida cotidiana considerando suas potencialidades e limitações, nas palavras de Lefebvre (2008) é pensar a produção do espaço a partir de determinações históricas envolvendo os aspectos políticos, econômicos e sociais que ocorrem simultaneamente e contraditoriamente. Dentre muitos autores que analisam o processo de produção e reprodução do espaço a partir desse paradigma contraditório que produzirá a partir da luta de classe a fragmentação do território, recorre-se a Harvey (2003) para explicar que – o incontrolável processo de produção do espaço urbano passa efetivamente a incorporar essas características contraditórias de forma cada vez mais intensa representada pelo efêmero, pelo fragmentário e pelo descontínuo espaço urbano.

Partindo desse entendimento no que tange a produção do espaço contraditório, a cidade pode ser vista então como objeto de luta e de fato, um lugar de luta de toda ordem, seja do morar e viver na cidade, do deslocar-se e trabalhar, diante da abundância e às mazelas, entre vários elementos, que se dá a consciência primária da realidade social. A cidade nesse sentido está impregnada de objetos e coisas que materializam de forma heterogênea o estágio atual da técnica, mas também apresenta as relações sociais, conforme Lefebvre (1999) a cidade não se limita a fabricação de coisas e sim a produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, manifestação do intelectual das ideias produção das representações e da própria consciência.

Nessa perspectiva a produção da própria consciência reforça a produção do território fragmentado diante da reprodução material e simbólica que envolve a produção do espaço. Neste sentido, verifica-se um deslocamento da esfera produtiva para a esfera da reprodução da vida, conforme Carlos (2004) verifica-se

uma territorialidade uma forma de apropriação na/da cidade, que por sua vez envolve o ato de produzir novas territorialidades reforçando a fragmentação territorial.

Poder-se-ia utilizar então todo o poder explicativo das múltiplas forças dialéticas no espaço onde múltiplas forças externas e internas, passadas e presentes, políticas, econômicas e sociais se enfrentam constantemente. Tais são alguns exemplos dessa interminável lista de maneiras das quais o capital encontrou de usar o espaço como instrumento de acumulação e poder. Ora – o espaço é essencialmente um espaço social. Ora, se o espaço é um espaço produzido, uma formação espacial, o mesmo não seria uma formação espacial se o processo de produção não fosse, em verdade, um processo de reprodução social.

Assim, nessa perspectiva numa formação econômico-social toda vez que se reproduz as relações de produção estará na verdade, com a reprodução destas, reproduzindo a estrutura de classes. A formação espacial e a formação econômico-social com que se confunde são resultado e agente impulsor do processo de desenvolvimento e da história dos homens, o processo de desenvolvimento é processo de acumulação. Lembra Lefebvre (1999) a análise que distingue os fatos, as formas, os aspectos e os momentos de um desenvolvimento deve também preparar a síntese determinando as ligações internas que existem entre esses elementos. Portanto, é preciso considerar que a realidade histórica não se apresenta homogênea, mas ao contrário, ela se faz de modo desigual e combinado, no tempo e no espaço. Segundo Lefebvre (1999) isto ocorre pelo fato de:

O capital impõe à cidade sua lógica centrada na produção e reprodução do espaço e das relações de produção do mesmo, no qual está organizada como *locus* privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, a cidade se transforma também em produto do capital, segundo as mesmas leis econômicas que regem a produção. O espaço privilegiado da reprodução da sociedade fica, então, subordinado à lógica do capital. (LEFEBVRE, 1999, p. 20).

Assim sendo, à lógica do capital (o modo de produção vigente) é (dês) estruturador por excelência produz estruturas e (re)produz de forma constante no espaço, que é dinâmico, pois as relações sociais são dinâmicas estendendo suas atuações sobre suas periferias de modo a acomodar seus provedores e trabalhadores, gerando amplas áreas urbanizadas no seu entorno. Nesse sentido,

cabe ratificar esse processo partindo do arcabouço teórico conceitual elaborado por Lefebvre (1999) quando explica tal fenômeno com as seguintes constatações sobre a reprodução das relações de produção, sobretudo, da produção do espaço.

O tecido urbano sintetiza, assim, o processo de expansão do fenômeno urbano. O que é, então, o urbano no mundo contemporâneo, esse tecido que nasce nas cidades e se estende para além delas? O urbano, entendido desta forma, é uma síntese da manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social. O urbano ou o espaço urbano-industrial contemporâneo, metáfora para o espaço social (re)definido pela urbanização, se estende virtualmente por todo o território através do tecido urbano, essa forma socioespacial herdeira e legatária da cidade caracteriza o fenômeno urbano contemporâneo e a sociedade urbana. (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

A cidade, a partir dessa reflexão expressa à divisão socioespacial do trabalho, *lócus* do excedente, do poder e da festa, cenário privilegiado da reprodução social, ficando assim subordinada à lógica do capital. Cada vez mais as cidades ou o espaço político e sociocultural formado a partir delas tornaram-se o centro da organização da sociedade e da economia, nas escalas local, regional e nacional. As cidades definem as formas de organização da população e localização das atividades econômicas materializadas no espaço. E o urbano é produto abstrato dessas relações de produção e reprodução social e econômica é visto como forma, maneira, meio de viver e conviver na cidade.

O espaço urbano dessa forma pode ser visto como um produto abstrato de toda e qualquer forma da produção das relações de produção é verificado também como produto e reflexo da sociedade desigual e fragmentada, conforme Corrêa (2002) desigual por ser reflexo social e esse mesmo espaço é um condicionante social, fragmentado, pois é onde as diversas classes sociais com interesses divergentes vivem e se reproduzem e cada classe mantém relações sociais com as demais com intensidade muito variável.

Nesta acepção a cidade a partir do pensamento de Souza (2003) é o local em que se produz, comercializa e consome bens, em que as pessoas trabalham se organizam e interagem de acordo com interesses e valores diferenciados, mas também de ser o principal local dos conflitos sociais. Conforme Corrêa (2002) por ser o local onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades

localizadas na cidade no próprio espaço urbano e na produção e reprodução da vida.

2.3- O Estado e/ou produtores e reprodutores do espaço: Afinal! Quem são os agentes produtores da segregação socioespacial?

Buscou-se através da literatura em questão compreender e discutir como essas relações de poder manifestam-se espacialmente sobre o território urbano e na cidade, sobretudo, como se constitui o espaço urbano a partir das relações de poder e das relações sociais de produção. Neste momento, cabe destacar os agentes capitalistas que (re)organizam o espaço a sua maneira que propositalmente ou não produzem a cidade segregada e fragmentada territorialmente. Para que seja possível compreender tal processo é necessário neste caso verificar e caracterizar os principais agentes produtores do espaço e as relações de poder entre os agentes capitalistas que se apropriam e utilizam-se da mediação do poder público municipal, que em muitos casos, este também é um agente capitalista (re)produtor da cidade do espaço urbano e intraurbano.

Em busca de caminhos para tal entendimento sobre quem são os capitalistas ou agentes produtores do espaço, Corrêa (2011) ressalta que é necessário analisar os papéis que desempenham os agentes produtores do espaço. Para este autor os agentes sociais são quase sempre os mesmo de outras proposições que são eles: proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários o Estado e os grupos sociais “excluídos”. O que muda na produção do espaço então? Segundo Corrêa (2001) muda-se a variação de escala na qual estes agentes irão atuar sua temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista.

Outra abordagem metodológica e científica é a feita por Souza (1994) esta menciona que no Brasil verificam-se pelo menos três tipos de agentes produtores do espaço urbano, a saber, os incorporadores, os construtores e os vendedores, que guardadas as realidades e especificidades não é simples identificá-los, pois podem assumir os três papéis. É a partir desse arcabouço teórico que será analisado as estratégias e formas de (re)produzir o espaço de Criciúma.

As estratégias dos agentes produtores e modeladores do espaço são feitas de várias maneiras e formas de atuar sobre o território da cidade e, uma das mais eficientes nesse caso é o Plano Diretor. Essa estratégia ficou visível em Criciúma com a discussão do Plano Diretor que foi atualizado e aprovado em 28 de dezembro 2012 antes do término do mandato do prefeito e vereadores(as). O fato é que em torno de todo eixo discutido em nenhum momento em sua essência priorizou-se uma discussão sobre o social com ênfase em melhores equipamentos urbanos de ordem coletiva e individual, principalmente no que envolve educação e saúde.

Mas sim, o poder público municipal buscou delimitar através desta ferramenta constitucionalmente aparada quais áreas ou territórios da cidade irão ser utilizadas, seja para área industrial, residencial, comercial, ou seja, não passou de uma mera delimitação de funções e zoneamento do solo. Este processo ocorre pelo fato de que a terra urbana conforme Corrêa (2011) pode ser e é interesse de vários agentes (pessoas) principalmente objeto de interesse dos promotores imobiliários, de empresários e do Estado.

Nesse sentido, se a cidade pode ser vista como uma divisão de interesses, a sociedade também pode ser analisada a partir de uma divisão de classes geralmente antagônicas e influenciada, sobretudo, pelo capital que utiliza a política como uma ferramenta de materialização do poder da classe dominante. Então é obvio que os vereadores(as) em sua grande maioria representam a classe dominante, que por sua vez, irão defender os interesses econômicos e políticos dos detentores de capital, pois os trabalhadores quase em sua totalidade, principalmente os mais precarizados, são desprovidos de poder econômico, sobretudo de poder político sobre a cidade e também na cidade.

Outra estratégia da classe dominante que detém o capital é na busca de benefícios aos produtores e modeladores do espaço com base no seu maior interesse a terra urbana. Corrêa (2011) elenca ainda que o espaço produzido reflete essas estratégias e práticas espaciais, sendo que a atuação do poder público municipal insere-se neste contexto econômico, político e social. Cabe a ele (poder público), entre outras coisas, estabelecer e construir o marco jurídico de produção e uso do espaço, de produzir a condição de produção para outros agentes sociais, ou seja, infraestrutura. Sobretudo, atuar como controlador do mercado imobiliário por ser dono de glebas de terras e de taxar à propriedade fundiária.

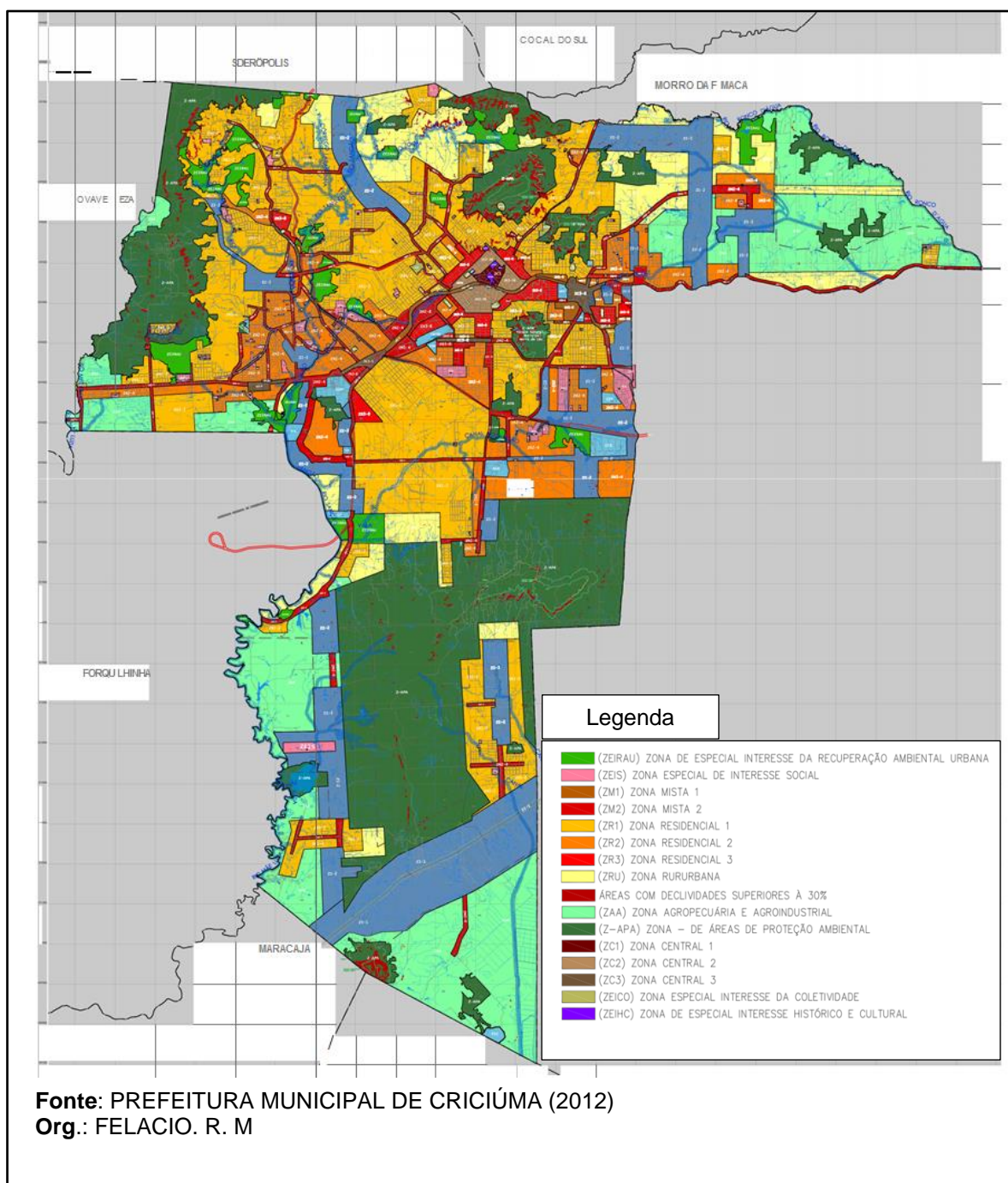
Ora, o solo urbano é fragmentado conforme os interesses antagônicos de capitalistas distintos, podemos então verificar as espacialidades das relações sociais a partir das relações de poder e interesses, este fato coaduna-se com Foucault (2006) quando menciona que o poder está nas relações sociais, dessa forma nos remete a pensar o poder público municipal a partir da ideia de Carlos (2011), pois o mesmo não é neutro, mas sim, sujeito da ação. Mas como ele atua na produção do espaço já que nesse caso ele é um agente produtor do espaço?

Se o plano diretor é uma ferramenta política então o poder público municipal atua no campo da dominação política, nessa situação Carlos (2011) elenca que a natureza da intervenção de tal esfera garante a exploração multiforme e a igualdade na exploração mútua e recíproca, enquanto a lei garante a igualdade e, nesta, a manutenção da desigualdade assegurando as condições de reprodução através das relações de dominação. Mas como isto é feito?

Podemos verificar tal estratégia de atuar sobre a cidade, a partir do plano diretor (2012) no Art. 126. Intitulado **O Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal** que divide o território em “áreas, setores, regiões e zonas; definem a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura e das condicionantes socioambientais”. Diante desse instrumento, pode-se verificar que a cidade é dividida com base no uso do solo ocasionando uma fragmentação do território, uma diferenciação quanto ao seu uso, forma e função.

A diferenciação quanto ao uso está atrelada a divisão social e econômica, dessa forma o solo urbano tem dois valores conforme Harvey (2005) valor de uso e valor de troca, devido à necessidade do solo urbano o valor de uso do solo torna valor de troca e passa a adquirir forma, pois passa a ser mercadoria para outro agente que resultará em uma função, necessidade de reprodução do capital. Este trinômio uso, forma e função representam uma divisão em zonas e áreas distintas que podem ser verificado na figura 11.

Figura 11- Zoneamento e uso do Solo do município e cidade de Criciúma-SC



A partir do zoneamento do solo representado na figura 11 e concomitante ao Art. 140 do plano diretor de Criciúma é perceptível a divisão do território levando-se em questão algumas formas de utilizar o solo urbano com interesses entre os detentores de capital que necessitam dividi-lo. Portanto o plano diretor é *dividido*

conforme as zonas determinadas de acordo com seus usos predominantes, não exclusivos, e as seguintes características gerais de ocupação definidas da seguinte forma:

Zonas de Centros (ZC): caracterizadas pela maior concentração de atividades e funções urbanas de caráter setorial de serviços e transporte e foi dividida em zona Central 01 (um) (ZC1) que corresponde ao núcleo urbano inicial do Município. Esta zona é caracterizada pelo Plano Diretor com condições físicas e de infraestrutura inadequada para ocupação intensiva, mas que predomina as atividades comerciais e de serviços.

A segunda Zona Central 02 (dois) (ZC2) o Plano Diretor caracteriza-a como zona que apresenta condições físicas e de infraestrutura favoráveis à ocupação intensiva predominando as atividades comerciais, serviços e residenciais. Por fim, Zona Central 03 (três) (ZC3) de centros secundários e corredores comerciais constituídas pelas áreas dos centros de bairros, com interesse na densificação, ou seja, tornar denso o processo habitacional, comercial e de serviços. A partir desse zoneamento do solo podemos verificar que o capital circulando nas respectivas áreas será conduzido pelos agentes e produtores do espaço donos dos meios de produção atrelados aos promotores imobiliários.

Outra fragmentação territorial presente em Criciúma com base no Plano Diretor é sua utilização em Zonas Residenciais (ZR) este zoneamento conforme o Art. 142, presente no plano diretor é destinar territórios para uso residencial exclusivo e não exclusivo atrelado ao uso comercial não atacadista, prestação de serviços e indústrias de pequeno porte, de forma heterogênea e que se encontra dividida da seguinte forma.

I - Zona Residencial (ZR1): caracteriza-se pelas condições físicas com restrições à ocupação e disponibilidade de infraestrutura urbana permitindo uma ocupação de baixa densidade populacional e integrada às atividades de comércio e serviços não conflitantes com o uso residencial.

II - Zona Residencial (ZR2): caracteriza-se pelas condições físicas favoráveis à ocupação com disponibilidade de infraestrutura urbana, permitindo uma média densidade populacional integrada às atividades de comércio e serviços.

III - Zona Residencial (ZR3): caracteriza-se pela proximidade das áreas geradoras de emprego justificando uma ocupação do solo que possibilite maior densidade populacional e otimização e aproveitamento da infraestrutura urbana.

Seguindo esta análise, sobre a produção do espaço a partir da fragmentação do solo verifica-se no Art. 143, que faz a junção do capital industrial, mercantil, imobiliário entre outros de forma mista, ou seja, Zonas Mistas (ZM) destinada ao uso misto e diverso de natureza comercial, prestação de serviços, indústrias de médio porte. Esta forma de zoneamento desdobra-se em Zona Mista 01 (um) (ZM1) que corresponde ao prolongamento do eixo principal (Avenida Centenário) e pela proximidade da ZC 02 (Zona Central 02), interligando esta zona com os Bairros Pinheirinho e Próspera. E Zona Mista 02 (dois) (ZM2) que se caracteriza pela proximidade aos eixos de ligação intermunicipais permitindo a integração dos diversos usos, comercial, industrial e instalações de estabelecimento de apoio às ZI (Zonas Industriais).

E, o último ponto a ser analisado no que tange a fragmentação do território premissa para a espacialização do capital e sua reprodução são as Zonas Industriais (ZI) presente no Art. 144 do Plano Diretor que recebe a destinação para uso industrial de grande porte e complementado com o uso de serviços e comercial, relacionados à atividade industrial, sendo permissíveis usos residenciais atrelados aos usos industriais, subdividida em:

I - Zona Industrial 01 (ZI1): zona que pela sua distância das áreas densamente ocupadas apresenta boas condições de acesso e adequadas condições de sítio, permitindo instalações de indústrias de grande porte.

II - Zona Industrial 02 (ZI2): que pela sua localização contígua a infraestrutura existente à área urbanizada e de boa acessibilidade, permite a concentração de indústrias de médio e grande porte.

Nesse sentido, diante da utilização do solo urbano delimitado no plano diretor que fragmenta o território em áreas e zonas específicas, exceto as zonas industriais que por força da “lei” deve enquadrar-se em alguns critérios. Portanto, cabe ao poder público municipal construir ferramentas para que o capital industrial consiga alcançar estes critérios. Mas, essa forma de fazer e delimitar o uso do solo urbano é no mínimo paradoxal e contraditório, sendo que no próprio Plano Diretor é possível verificar alguns princípios norteadores elencados no Art. 6º com contradições muito bem explícitas.

O primeiro tópico a ser verificado, pode ser a partir da lógica de contribuir e viabilizar a promoção da “*igualdade e a justiça social*” em seu território. Ora, deveria ser de competência do poder público buscar mecanismos para que seja ele o

principal agente eliminador das desigualdades e injustiças sociais e não um mero contribuinte em busca da igualdade social, até pelo fato de ser redundante tal objetivo, pois eliminando a desigualdade concomitantemente elimina-se a injustiça social.

Outro ponto tanto quanto paradoxal ou contraditório é o tópico que menciona *“redução da segregação socioespacial”*. Contraditório, pois a forma que se divide o solo urbano visando apenas o interesse quanto ao seu uso produzirá padrões de segregação socioespacial diferenciado e, paradoxal pelo fato de mais uma vez afirmar que existe segregação socioespacial e que não é objetivo do poder público municipal eliminá-las, mas apenas reduzir diante de outro objetivo, segundo Plano Diretor (2012) *“igualdade de acesso aos equipamentos e serviços públicos e justa distribuição dos equipamentos e serviços públicos pelo território”*.

Ora - se o próprio Plano Diretor afirma que existe segregação socioespacial e que o objetivo através desse instrumento político não é eliminá-la, mas sim reduzir, então de que modo haverá distribuição justa e igual dos equipamentos e serviços públicos sobre o território? Sendo que isto se agrava ainda mais com a lógica de *“recuperação dos investimentos públicos municipais que resultaram na valorização de imóveis urbanos”*. Mais uma vez, o poder público municipal reforçando a especulação imobiliária e criando mecanismos e construindo infraestruturas para a valorização do uso do solo urbano de modo diferenciado reforçando, sobretudo, seu papel de agente quanto à produção do espaço e modelador do espaço segregado.

E essa acepção e análise do território da cidade dividida em áreas ou zonas com diferentes funções tem como premissa a necessidade de materializar o capital nas suas distintas formas para que possa assim se metamorfosear-se, *“objetivando sua reprodução continuada encontra-se dividido em frações, o industrial, o comercial, o financeiro e sua articulação com os demais setores da economia”* (CARLOS, 2011, p. 64). Nesse sentido, o capital dividido em frações, seja o industrial, comercial ou financeiro, entre outras formas de capital, encontra-se nas *“mãos”* de determinadas classes sociais, portanto, também agentes produtores e modeladores do espaço.

Neste processo, à reprodução do capital e a produção de um espaço dominado, aparece como condição de realização da reprodução, é produto do fato de que determinada atividade econômica só pode se realizar em determinados lugares do espaço fragmentando-o constantemente (CARLOS, 2011, p. 64).

A dominação do espaço visto como condição para reprodução do capitalismo é produto da contradição de classes representadas por agentes com interesses e necessidades distintas que tendem a fragmentar o espaço. Santos (2006) evidencia o espaço como um conjunto indissociável de objetos e de sistemas de ações, evidenciou também que a ação é um processo de interesses dos agentes hegemônicos, portanto, contraditório. Haja vista que à lógica de dominação dos agentes aqui mencionados retentores de capital, irá produzir conforme Carlos (2011) uma extensão e generalização do espaço como propriedade privada e que irá reproduzir uma contradição entre o espaço produzido enquanto valor de uso e o espaço produzido enquanto valor de troca.

A contradição entre a produção espacial e apropriação privada a partir de Carlos (2011) desdobra-se na contradição entre a produção de um espaço voltada pelas necessidades econômicas de alguns indivíduos, neste caso através da própria política e na própria necessidade natural da reprodução da vida social e, desejos vinculados à realização da vida humana. É aí que entram em ação outros agentes e estratégias com significativa importância no que tange a produção do espaço.

Entram em questão neste momento, os proprietários dos meios de produção que detém capital sejam os donos de indústrias, fábricas, galpões, maquinários, os proprietários fundiários, que a partir da definição do zoneamento do uso do solo têm o interesse em incrementar seus ganhos de capital com a especulação imobiliária, com a retenção da terra que são visadas pelos promotores imobiliários agentes atuantes a partir de aquisição de áreas urbanas para construir residências, condomínios e vendidos(as) para diferentes classes sociais com diferentes condições financeiras. Mas estes agentes têm algo em comum, são grandes consumidores e produtores do espaço urbano de modo seletivo, contraditório e conflitante.

Lojkine (1997) descreve que estas contradições e seletividades são ampliadas com base nas “leis” de acumulação de capital que a partir da divisão do uso do solo materializa uma divisão social e territorial do trabalho com contrastes e interesses antagônicos. Tal interesse e seletividade sobre o uso do solo feita pelos agentes produtores do espaço, a saber, o estado, proprietários da terra, promotores imobiliários e donos dos meios de produção, todos com poderio econômico e estrutura política atrelada ao poder público para conduzir os interesses, ora individuais ora coletivos, promovem o processo de segregação socioespacial.

Estes agentes produzem a segregação socioespacial, pois o zoneamento e divisão da cidade em áreas com funções econômicas, social e territorial diferentes tendo como premissa os interesses dos respectivos agentes produtores do espaço irão ser responsáveis segundo Lojkine (1997) pelos mecanismos de formação dos preços do solo. Este processo ocasiona a segregação socioespacial e logicamente as classes de mais alta renda ficam com as terras mais caras e as de mais baixa renda com as mais baratas.

Porém, cabe mencionar a contestação de Villaça (2001) sendo que para ele o valor do solo urbano é construído, pois a classe com maior renda seleciona para si áreas conforme seus interesses construindo áreas com status sociais e econômicos, sobretudo com maior infraestrutura e construindo o fator localização. Portanto é essa forma de apropriação conforme Villaça (2001) que irá produzir a segregação sendo que não resta alternativa pra a classe mais baixa a não ser ocupar áreas com menor infraestrutura. Nota-se que a partir desse breve aporte teórico e principalmente sobre a ideia de Villaça (2001) que é mais apropriada, busca-se a explicação sobre os principais agentes, suas práticas e formas de atuarem em Criciúma.

Assim, a atuação dos agentes imobiliários, proprietários de terra e o poder público municipal atrelado atualmente com políticas públicas para habitação implantadas pelo governo federal apoiando-se no marketing, fetiche e propaganda da casa própria, do morar, produzem áreas socialmente e economicamente diferenciadas com infraestrutura heterogênea. Este processo ocorre, pois os interesses dos respectivos agentes produtores do espaço e os processos dominantes que alimentam as práticas sociais intrínsecas nas estruturas políticas e econômica dominante são conforme Castells (1999) organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das praticas sociais, o que reafirma o quanto é intrínseca a relação entre espaço e política.

Esta relação entre espaço e política utiliza-se também do Plano Diretor, documento que é obrigatório ser feito por municípios com mais de 20.000 (vinte mil habitantes) conforme o estatuto da cidade Lei Federal, 10.251/2001. Esta lei pode contribuir, entre outros objetivos, para realização da reforma urbana e resgatar o direito à cidade que conforme Rolnik (2009) com o estatuto da cidade o Brasil passa a dispor de uma estratégia inovadora possibilitando à ampliação do acesso a terra urbanizada para moradia das camadas populares.

O fato é que este documento transmite seu objetivo e poder ao plano diretor, que por sua vez é o mecanismo que materializa e media os conflitos entre os donos dos meios de produção, dos proprietários da terra, promotores imobiliários, Estado e sociedade civil. Este último grupo, com poder político e econômico menor tampouco dividido entre a luta de grupos diferenciados, um grupo que tem todo o sistema infraestrutural resolvido quase em sua totalidade e outro grupo inferior que tem seus problemas infraestruturais quase que inexistentes.

À lógica de produção da cidade, sobretudo do urbano, ocorre e se (re)define a partir de campo de forças econômica e política que busca a reprodução e acumulação do capital em suas mais variadas formas contraditórias entre os interesses públicos e privados, sobrepondo os interesses individuais diante do coletivo. Harvey (2005) comenta que o direito à cidade não é só um direito de acesso ao que já existe, mas o direito de participar da construção e da reconstrução do tecido urbano de modo condizente com a necessidade das populações urbanas.

A orientação ideológica das elites governantes diante do campo das práticas sociopolíticas e os interesses dos agentes produtores do espaço, a saber, grandes proprietários de terras, empresários, representantes do capital e especuladores imobiliários, não buscam em sua lógica de acumulação de riquezas induzirem as políticas públicas com a equivalência do acesso aos bens e serviços públicos, sobretudo, acesso e permanência a educação¹⁴ com melhor qualidade.

Este processo pode ser verificado a partir das construções de moradias, pois nesta esfera econômica pode-se ter a articulação dos agentes que produzem e “consomem” o espaço e a cidade a partir da lógica mercantilista. Esta análise será feita utilizando o financiamento habitacional minha casa minha vida a partir de 2005 implantado pelo governo federal, que conforme Rolnik (2009) houve avanços na oferta de recursos, sobretudo, incluindo as famílias com rendas mais baixas, cuja renda mensal situa-se entre zero a três salários mínimos que historicamente são aquelas “excluídas” dos financiamentos.

O programa do governo federal “minha casa minha vida” pode ser visto como um ponto positivo, pois está incluindo uma parcela da sociedade que não tinha as condições de ter a casa própria, tornando-se possível com o financiamento

¹⁴ Este assunto será abordado em um tópico posterior.

habitacional feito primordialmente pela Caixa Econômica Federal visando diminuir o déficit habitacional e isto é fundamental e necessário.

É negativo, pois não promove a justiça social e nem prevê ou busca fazer a reforma urbana. Sendo que este programa habitacional pode ser visto a partir da teoria de Keynes de fomento à economia, neste caso através da produção de moradias e pacotes econômicos com o intuito de impulsionar à economia. Este programa mesmo estimulando e gerando empregos e movimentando a indústria da construção civil não se atém com o direito à cidade, tampouco, com a questão da diminuição ou extinção da segregação socioespacial.

CAPÍTULO III

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

“É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características”. (MARICATO, 2001, p. 51).

No capítulo anterior foi abordada como as relações de poder subjugam a produção do espaço sobrepondo o econômico em detrimento do social de forma que se tenha um espaço segmentado socialmente e fragmentado territorialmente, apresentando territorializações nas mais variadas formas a partir da produção e/ou reprodução do espaço. Neste capítulo em particular, será abordada a literatura a partir dessas relações de poder que produz a cidade, direcionando o mesmo para caracterização da diferenciação, sobretudo, da segregação socioespacial.

As transformações no sistema produtivo capitalista imposto pela nova forma de globalização gerando uma nova forma de DSTT (divisão social territorial do trabalho) com grandes consequências sobre a dinâmica urbana aliada a um desenvolvimento acelerado e extensivo, que se traduz em uma dinâmica progressiva da produção, reprodução, concentração e centralização do capital são os aspectos balizadores dessa temática.

A importância de se estudar este processo conforme Hughes (2004) se deve ao fato de que nas cidades esse fenômeno está intrinsecamente relacionado com a precarização do mercado de trabalho e com o desemprego que afetam proporcionalmente as camadas mais pobres e com menos escolarização. Este processo atrelado com a desigualdade da renda e a precarização do trabalho colocando o trabalhador em condição vulnerável, sem eximir o fenômeno da violência são questões sociais importantes para o entendimento da diferenciação socioespacial ratificada por Sposito (2006) qual afirma que não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho.

No Brasil, conforme Ribeiro (1997) os índices de concentração de renda marcam a estratificação econômica e diante da dinamização da industrialização e do

processo de urbanização acelerado nas últimas décadas, fez com que ocorresse uma reestruturação produtiva que reestruturou as relações sociais de produção. Este processo, principalmente a partir de 1980 resultou em uma configuração urbana que coaduna com que Maricato (2003) descreve como imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada e, sua expressão mais concreta pode ser vista através da segregação e da diferenciação socioespacial.

Partindo da premissa que a segregação e a diferenciação socioespacial são consequências das relações de poder que buscam, entre outras coisas, o uso e apropriação do espaço urbano com valor de uso e valor de troca diferenciado sobre a cidade, podemos fazer a junção do binômio sócio e espacial. É a partir das relações sociais que se produz o espaço, portanto social, e espacial pelo fato dessas relações se expressarem e se metamorfosearem a partir do uso, ocupação e produção do espaço, ambos os processos se materializam e podem ser vistos através da segregação socioespacial. Ora – a segregação nesse sentido então é a divisão social do espaço urbano com objetivos, interesses sociais e econômicos distintos? E as diferenças socioespaciais estão diretamente relacionadas com as funções que o sistema capitalista de produção necessita e produz na cidade?

Busca-se em Lefebvre (2008) a resposta, sendo que caracteriza a divisão das cidades com base em suas funções econômicas e presença de diferentes classes com interesses antagônicos. E, em Harvey (2004) qual elenca que a diferenciação socioespacial está atrelada a diferenciação da renda e padrão cultural, quando ambos se apresentam de modo ou estágio razoavelmente semelhante, tende a residir no mesmo recorte territorial da cidade e observa-se territorialmente e socialmente materializadas. Por fim, Castells (2000) destaca que a renda é um dos mecanismos, a premissa para distribuição e locais de residência sobre o território citadino. Dessa forma a estratificação social e a diferenciação da renda podem ser vistas na cidade através da segregação socioespacial no espaço urbano.

Então se a diferenciação da renda é premissa para estratificação social e que para o modo de produção capitalista esse fator é fundamental para acumulação diferenciada de riquezas e cada vez mais fundamental no processo de urbanização. Fundamental pelo fato de que na sociedade atual a renda é premissa para toda e qualquer relação de compra e venda é requisito primordial para estar “incluído” na sociedade de consumo.

Assim, desigualdade na apropriação, distribuição e acesso à renda, resulta em acesso diferenciado do solo urbano, pois é mercadoria e premissa para produção e reprodução do espaço seu valor é construído a partir da própria produção do espaço. Então a segregação socioespacial passa a ser produto da produção do espaço, dos conflitos e lutas de classes que produz este espaço diante das relações de poder econômico e político.

3.1- Gênese e considerações sobre o conceito de segregação socioespacial

Para que não fique dúvida sobre qual conceito de segregação aqui mencionado é importante e necessário um pequeno resgate histórico, sobre este conceito. Necessário, pois em sua grande maioria o conceito é uma síntese de determinada realidade elaborado por algum pensador, portanto, não estático, o conceito de segregação não foge a esta dinâmica. A temática sobre segregação entra na literatura na Escola de Chicago por volta de 1930 e 1940, com a necessidade de alguns pensadores explicarem por quais motivos diferentes locais da cidade recebiam diferentes funções, principalmente com base em diferentes classes de renda sobre o território citadino estadunidense como um processo natural e espontâneo ao processo de urbanização.

Este arcabouço teórico e metodológico era analisado no primeiro momento por Park e depois com Mackenzie no âmbito da Ecologia Humana, que pode ser verificado no contexto estadunidense a partir da separação de línguas, raças e culturas diferentes. A segregação era vista como a concentração de tipos diferentes de população dentro de uma comunidade onde cada área segregada resulta de atributo de seleção que o caracteriza por dominante ou não. Martins (2009 apud VIGNOLI, 2000) elenca que este tipo de segregação trata-se da instalação de determinados grupos sociais em parcelas específicas da cidade e da tendência de evitar a mescla social nas subunidades territoriais.

Este arcabouço teórico e conceitual sobre segregação obteve mudanças a partir de 1960 e 1970 devido à influência do pensamento marxista tendo como precursores Lefebvre, Lojkin e Castells, que tiveram suas contribuições desenvolvidas na Escola de Sociologia Urbana Francesa. Embora abordassem a

segregação de forma diferenciada os mesmos buscaram estudar e compreender a segregação diante das contradições das relações sociais inerente ao processo de urbanização capitalista do espaço.

Diante dessa pequena contextualização sobre a gênese do conceito de segregação socioespacial oriundo das contradições no que tange o processo de urbanização desenvolvidos pelos respectivos autores mencionados anteriormente, cabe elencar outros pensadores tais como Harvey, Preteceille e Marcuse. Não eximindo a grande importância do pensamento científico brasileiro sobre a temática e viés marxista, não cabe citar todos, mas o que considero ter importante contribuição científica como Santos, Corrêa, Maricato, Souza, Villaça, Carlos e Sposito.

Este legado científico possibilita-me pensar a segregação socioespacial a partir de uma expressão espacial que se materializa no espaço e pode ser vista como um meio de reprodução social e, neste sentido, o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade, sendo que a segregação socioespacial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro. É um processo que se origina conforme Corrêa (1997) em uma organização espacial com forte disparidade social, econômica e infraestrutural entre elas.

Diante da organização espacial com forte disparidade entre elas, o processo de segregação socioespacial traz significativos problemas sociais, sendo que a classe com menor poder aquisitivo residem em áreas da cidade com maiores problemas de saúde, beneficiados com escolas de baixa qualidade, de modo geral com menor infraestrutura, às vezes gastando mais com transporte urbano coletivo. Este processo, no qual uma população é forçada a se aglomerar em uma área espacial definida, de modo geral, localizadas distante do centro da cidade com pouco ou quase inexistência de transporte coletivo, precarização de escolas, postos de saúde entre outros, podem “contribuir para o enfraquecimento das relações sociais e para uma maior violência urbana”.

Assim, a segregação socioespacial corresponde à separação espacial em diferentes áreas do território urbano e “quanto maior é a segregação social menor as chances de interação entre grupos sociais diferentes, o que faz crescer o preconceito entre os grupos envolvidos” Souza (2003 apud MARTINS, 2009, p. 358). A segregação socioespacial é um processo então segundo Roma (2008) resultante

das diferenças, afastamento e isolamento entre moradores e frequentadores de diferentes áreas da cidade. Este processo, associado à dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e aos sentidos do investimento do capital imobiliário, incide sobre as condições e opções de moradia da população, neste sentido, entra a questão e disputa da localização na cidade.

As disputas por localizações urbanas é um processo lento em que as elites procuram garantir para si os melhores acessos a serviços, consumo, cultura e outros atributos urbanos produzidos coletivamente através do trabalho social. As relações de poder e conflitos sociais presentes na segregação socioespacial são basicamente produtos da luta de classes que acontecem na produção e consumo do espaço urbano, são lutas históricas e marcadamente coletivas. Essas relações de poder manifestam-se em “segregação involuntária, que ocorre quando o indivíduo ou uma família se veem obrigados, pelas mais variadas forças (e poder), a habitar uma área, ou deixar de habitar uma área ou bairro da cidade” (VILLAÇA, 2001, p. 147).

Essa disputa pelas “vantagens e desvantagens do espaço construído” faz com que a estruturação do espaço urbano tenha origem na luta de classes que se processa segundo padrões territoriais marcados pela segregação socioespacial. Tais condições são determinadas basicamente conforme Villaça (2001) pela localização urbana definida como aquela na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato, que envolvem deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo é uma manifestação da disputa por melhores localizações dentro da cidade, na apropriação diferenciada das “vantagens e desvantagens do espaço construído”.

Nesse espaço construído emerge contradições quanto à estruturação interna das cidades e na própria organização do espaço, que por sua vez, emergem na paisagem¹⁵ e morfologia da cidade. As contradições obedecem prioritariamente à lógica de localização, camadas populacionais de mais alta renda tendem a concentrar-se e produzir localizações com mais e melhor infraestrutura. Nesse sentido, a variável renda é fundamental, pois existindo desigualdade quanto ao acesso à renda, existirá desigualdade também ao acesso dos equipamentos urbanos de uso coletivo e individual, desigualdade de acesso à urbanidade da cidade e na distribuição de infraestrutura na e pela cidade.

¹⁵ Ressalto que o conceito de paisagem exposto é de Milton Santos, pois me refiro somente à parte visível.

Estes contrastes são percebíveis também através do acesso a habitação e aos meios de consumo coletivos que serão diferenciados segundo a camada social que se localiza e mora de modo diferenciado na cidade, “já que o acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo e material de construção vão espelhar mais nitidamente as diferenciações de classe” (CARLOS, 1994, p. 95).

Neste momento é importante elencar que os mecanismos utilizados para conceituar o que venha a ser segregação socioespacial são bastante amplos e é fundamental não confundi-los com exclusão social. Etimologicamente segregação não se confunde com exclusão social ambos têm significados diferentes e não podem ser entendidos estaticamente, mas como dinâmica que podem mudar no espaço e no tempo, sendo que, segregação sempre remete a algum tipo de diferenciação no uso do território ou da apropriação do espaço, já exclusão remete a algo externo, fora das relações sociais presentes no espaço.

O que temos são formas diferenciadas da apropriação do espaço que Martins (1997) comenta que para o sistema capitalista não existe exclusão, existem contradições, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos que estão incluídos de forma precária no modo de produção capitalista em termos daquilo que é racionalmente, conveniente e, necessário a mais eficiente (e barata) reprodução do capital. O que temos então é uma precarização de alguns espaços e deficiências infraestruturais sobre determinados territórios.

Tais contradições são reforçadas e orientados pela pós-modernidade e pelo sentido mercadológico da produção do espaço que o vejam como uma espécie de espetáculo que encena um brilho superficial, pois não abarca as possibilidades do encontro e do inusitado entre os diversos grupos sociais do espaço urbano. Pelo contrário, afasta-os por meio da segregação socioespacial que se desdobra, de acordo com Corrêa (2002), em dois processos típicos e visíveis das nossas cidades atuais a autosegregação e segregação imposta, ambos os fenômenos produzem aspectos de uma modernidade circunscrita, parcelar e, portanto, fragmentada, reafirmando a premente necessidade da produção da cidade transformada em mercadoria que implica-se na proliferação de processos sociais contraditórios.

Desta forma, penso que a segregação socioespacial como parte explicativa dos processos de produção e da organização do espaço nas cidades capitalistas enquanto fenômeno socioespacial apresenta disparidades socioespaciais atrelado às diferenças socioeconômicas. Portanto, resultado das relações entre os agentes

produtores do espaço e dos grupos sociais, compreendendo um conjunto de valores construídos e produzidos juntamente com a sociedade, com atribuições imaginadas e determinadas pelo poder dominante e pelos múltiplos interesses dos agentes produtores do espaço.

3.2 – Contexto e práticas dos agentes (re)produtores do espaço urbano segregado

Este subcapítulo examina as formas de como são feitas as ações dos agentes no que tange a produção do espaço urbano de Criciúma tendo em vista diferentes estratégias e práticas com interesses divergentes, mas articulados entre si. Primeiramente será feito a caracterização do poder público municipal, tendo como premissa a discussão feita anteriormente sobre o Plano Diretor qual deixou evidente a atuação do Estado como mediador e/ou agente na produção do espaço urbano e produção da cidade.

Partindo do pressuposto que é de responsabilidade da esfera municipal regular a estrutura fundiária e selecionar o território da cidade para os devidos fins e uso, conduzir o crescimento econômico e social, prestar serviços básicos e essenciais à população, a saber, educação, saúde, transporte público coletivo, entre outras funções. Mas, sobretudo, de ser o receptor e mediador dos investimentos públicos feitos pelas esferas de governo estadual e federal, priorizando quais locais da cidade serão investidos e quais obras serão feitas podendo elas diminuir ou eliminar as desigualdades sociais e a segregação socioespacial ou reforçar o dualismo e crescimento de ambos os fenômenos.

Atualmente alguns bairros de Criciúma tornaram-se verdadeiros “canteiros de obras” no que tange a infraestrutura de pavimentação subsidiadas pelo governo estadual e federal. Revitalizou-se a principal avenida da cidade, à Avenida Centenário, as principais ruas e avenidas do centro da cidade e algumas em seu entorno. Ou seja, o poder público municipal tem que se mostrar presente na produção da cidade transformando a cidade em produto do capital, principalmente por ser responsável em construir infraestrutura.

Nesse sentido, seguem algumas ilustrações sobre as principais obras feitas pelo último governo municipal a partir 2008 até 2012 na cidade, atreladas com noticiários que reforçam e destacam que o poder público municipal está presente na cidade, fazendo obras e “melhorias na/pela cidade”. Conforme podemos verificar a partir de alguns recortes jornalísticos e manchetes, intituladas da seguinte forma: Continua os trabalhos de revitalização de ruas e calçadas em Criciúma, entre outras obras importantes para “melhorar a qualidade de vida dos criciumenses”. Como se pode verificar em algumas fotos que se encontram nas figuras12 e 13.

Figura 12- Obras de revitalização em trechos da Avenida Centenário em Criciúma-SC



Figura 13- Obras no bairro São José localizado no centro da cidade de Criciúma-SC



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA
Org.: FELACIO. R. M

Esta prática do poder público municipal de construir e revitalizar ruas e avenidas abre espaço para atuação dos donos dos meios de produção do setor de pavimentação captar recursos públicos. Evidentemente que infraestrutura é fundamental e necessária, não estou negando e contrariando esta questão, mas o que é perceptível em Criciúma é uma valorização de áreas diferenciadas da e na cidade, diante da produção diferenciada do espaço intraurbano, resultando em um consumo heterogêneo do espaço urbano. Desta forma é importante mencionar que a presença do Estado, sobretudo do poder público municipal na produção do espaço diferenciado é de fundamental importância, sua atuação na produção do espaço intraurbano interfere na localização e valorização do espaço urbano heterogêneo. Mas de que forma?

A partir de financiamentos e investimentos para produção, construção e revitalização de vias e rodovia, construção e instalação de saneamento básico,

como água, luz e esgoto, concomitante às vias e rodovias que agregam e produzem valor sobre os imóveis. Também é direcionado investimento para produção de meios de consumo que em tese buscam atender o coletivo, como por exemplo, a construção do Parque das Nações Cincinato Naspolini, no bairro Próspera, inaugurado 27 de setembro de 2011, em um terreno com mais de 100.000 m² em frente ao Criciúma Shopping destinado a espaço de “lazer e entretenimento”, como pode ser verificado nas figuras 14 e 15.

Figura 14- Parque das Nações em fase de construção localizado no bairro Próspera Criciúma-SC



Fonte: GOOGLE EARTH
Org.: FELACIO. R. M

Figura 15- Parque das Nações concluído: localizado no bairro Próspera Criciúma-SC



Fonte: GOOGLE EARTH
Org.: FELACIO. R. M.

Dessa forma o poder público municipal estabelece e constrói mecanismos para que outros agentes produtores do espaço ajam no contexto. Dê que maneira? Ora – se o Estado é responsável por produzir infraestrutura, então os proprietários fundiários se apropriam deste fator para produzir uma especulação imobiliária, sendo que, conforme Lahorgue (2002) um mesmo pedaço de terra pode ser utilizados de diversas maneiras, como a construção de um edifício comercial, residencial, uma casa, um estacionamento, quase que infinitas possibilidades para a utilização com grandes vantagens locais.

Enfim, o que estas questões anteriormente citadas podem ter a ver com a segregação socioespacial? Primeiro ponto, o poder público municipal apresenta assim duplo papel, pois é o responsável pela construção e aplicação do plano diretor, sobretudo, responsável por administrar todo e qualquer recurso financeiro de ordem pública, portanto, produtor das desigualdades sociais e econômicas. Diante

disso, verifica-se que as construções dessas vantagens locais sobre o território citadino abre espaço para atuação dos promotores imobiliários, estes promotores irão se apropriar de estratégias mercantilistas através das propagandas publicitárias ou por signos visíveis de uma determinada distinção para vender e consumir espaço se apropriando do fator localização.

Lefebvre (1976 apud LAHORGUE, 2002) elenca que através do espaço, o que se produz e reproduz é um tempo social, sendo que o adquiridor é comprador de uma distância a que une seu fixo a diferentes lugares, seja com centro de comércio, de ócio de cultura e de trabalho. Essas distâncias faz com que tal lugar seja mais ou menos atraente para “consumi-lo” e habitá-lo.

Esta é uma das estratégias dos promotores imobiliários de venderem os imóveis com propagandas carregadas de semiologia, que de modo geral, sua essência busca separar a cidade por classes e grupos sociais tendo como premissa à renda, a localização, lazer e principalmente vendendo a privação e refúgio para que estejam “isentos da violência”, como é perceptível na figura 16 e 17 que caracteriza uma das ações feita pelo agente imobiliário.

Figura 16- Propaganda feita pelos promotores imobiliários em Criciúma-SC utilizando-se do fator localização.

SOL DI TOSCANA RESIDENCIAL
A PARTIR DE R\$ **89.500,00**

O SOL NASCEU PRA TODOS

CAIXA Minha Casa Minha Vida

- SACADA COM CHURRASQUEIRA*
- AMPLA ÁREA VERDE
- PISTA CAMINHADA / CICLOVIA
- CAMPO DE FUTEBOL
- CAMPO AREIA
- PLAYGROUND
- 2 SALÕES DE FESTAS
- 1 OU 2 VAGAS DE GARAGEM
- BICICLETÁRIO
- PÓRTICO DE ENTRADA

2 E 3 DORMITÓRIOS

PRÓXIMO A COLÉGIOS, UNIVERSIDADES, SUPERMERCADOS, FARMÁCIA E CENTROS COMERCIAIS

SANTA LUZIA CRICIÚMA

LANÇAMENTO PRÉ

Fonte: CONSTRUFASE (2012)
Org.: FELACIO. R. M

Figura 17- Propaganda feita pelos promotores imobiliários em Criciúma- SC utilizando-se do fator localização.



VENEZIANO
RESIDENCIAL E COMERCIAL

FONTANA
CONSTRUTORA

Construtora Fontana
Privilegio é viver em Criciúma próximo a dois dos maiores supermercados da cidade, próximo de escolas, corpo de bombeiros e com toda a segurança e tranquilidade de um local sossegado e de fácil acesso. E o melhor, numa estrutura que te ofereça lan house, academia e brinquedoteca privativos para os moradores.

Fonte: FONTANA (2012)

Org.: FELACIO. R. M

Esta forma de fazer propaganda apresenta e visa de modo geral dois requisitos fundamentais para que possa ser vendido o local e “consumir” o espaço, transformando-o em valor de uso. Primeiramente, o valor do imóvel que está atrelado à localização, ou seja, o que Villaça (2001) elenca adéqua-se muito bem nessas estratégias de “vender” o espaço tendo como premissa a localização. Conforme Villaça (2001) a condição de deslocamento do ser humano está associada ao ponto do território urbano, dessa forma a acessibilidade é mais vital na produção de localização no que na disponibilidade de infraestrutura.

No segundo momento à renda, para que seja possível, por exemplo, usufruir dos programas habitacionais como **minha casa minha vida** que segmenta a cidade conforme as classes de rendimento e homogeneiza certas áreas da cidade. Este tipo de propaganda apresenta um viés e ideologia de segmentação da cidade que separa em áreas “segura privada de violência e constituinte de segurança” e de todos os aspectos para o lazer em seu interior, “transferindo” o que deveria ser prioridade, espaços públicos coletivos na cidade para espaço privado e selecionados que atenda um grupo específico de pessoas.

Estas propagandas feitas pelos agentes imobiliários os quais possuem importância na produção do espaço urbano e tem o poder de elevar o preço do solo e dos imóveis ou desvalorizá-los com base no marketing. As propagandas sensacionalistas apropriam-se e beneficiam-se da heterogeneidade de infraestrutura e da distribuição dos equipamentos urbanos de forma diferenciada, tais como, escolas, postos de saúde, entre outros fatores, para construir áreas com maior ou menor valor de mercado, como podemos visualizar em algumas figuras a seguir com intuito de caracterizar as morfologias das residências:

A) - Áreas residências: com grande heterogeneidade residencial e dispersa pela cidade.

Figura 18 - Heterogeneidade morfológica e residencial da cidade, bairro Renascer e São José de Criciúma-SC



Foto **A**: Fonte, SILVA. Localizada no bairro Renascer.

Foto **B**: Fonte de SULINFOCO. Localizada no bairro Renascer.

Foto **C**: Fonte de PANORAMIO. Localizada no bairro São José.

Foto **D**: Fonte de PHOTOBUCKET. Localizada na praça do congresso bairro São José.

B)- Bairros residenciais de alto padrão: aprestando melhor infraestrutura, caracterizado por construções verticais e/ou horizontais, de alto padrão e grande valorização do solo; como consta na figura 19, que caracteriza o bairro Pio Correa, considerado o bairro mais caro para morar.

Figura 19- Bairro Pio Correa cidade de Criciúma-SC com uso residencial caracterizado de alto padrão



Fonte: SKYSCRAPERCITY (2012)

Na foto **A**, vista parcial do bairro Pio Correa e aos fundos da foto parte do bairro Comerciário. Na foto **B**, bairro Pio Correa e seu principal acesso no primeiro plano e aos fundos parte do centro da cidade próximo a Praça do Congresso. Na foto **C**, encontra-se a pracinha do bairro e na foto **D** uma a principal rua do bairro.

C) - Bairros de médio padrão: apresentando a homogeneização a partir de características das duas divisões anteriores conforme a figura 20.

Figura 20- Bairros Comerciário e São Cristóvão localizado na cidade Criciúma-SC com pequena homogeneização residencial e econômica



Fonte: SKYSCRAPERCITY(2012)

D)- bairros de baixo padrão: visível na figuras 21 e 22 por exemplo, com deficiência de infraestrutura, conseqüentemente com menor valor do solo, constituídos de loteamento populares públicos ou privados.

Figura 21- Precarização e inexistência de infraestrutura bairro Renascer localizado na cidade de Criciúma-SC



Fonte: PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS (2009).

Figura 22- Precarização dos bairros Cristo Redentor e Boa Vista localizado na cidade de Criciúma-SC



Fonte: PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS (2009).

CAPÍTULO IV

O ESPAÇO URBANO DE CRICIÚMA E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

No decorrer dos capítulos anteriores apresentaram-se algumas ideias e aspectos com o intuito de contextualizar a gênese do crescimento urbano e da cidade de Criciúma com foco no seu desenvolvimento capitalista desigual e combinado e sua consolidação no espaço e no tempo. Este crescimento fez de Criciúma uma cidade média com importância na organização regional do espaço urbano e intraurbano da região da AMREC.

Esta contextualização e caracterização do desenvolvimento econômico desigual da cidade de Criciúma possibilita-nos analisar a dialética da organização territorial e morfológica do espaço urbano e intraurbano da cidade. Cidade esta, constituída de permanência e ruptura envolvendo os processos de transformação e produção do espaço urbano a partir das relações de poder que fragmentam e disputam os territórios envolvidos na produção do espaço fragmentado socialmente e segregado espacialmente.

Buscou-se caracterizar e identificar quem são os agentes produtores e reprodutores do espaço, suas formas e estratégias de atuarem sobre/no espaço urbano amplamente marcado por desigualdades e desequilíbrios na sua produção que é levado a estágios distintos de desenvolvimento social, econômico e político. Sendo que tais fatores espacializam-se na cidade a partir das práticas dos diferentes agentes produtores e/ou reprodutores do espaço social, territorial e economicamente desigual atuantes no processo de segregação e diferenciação socioespacial.

Diante do arcabouço teórico e científico desenvolvido até o momento, possibilita-nos verificar os padrões de segregação socioespacial existente. Desta forma, parte-se da premissa conforme Villaça (2001) de que nenhum aspecto da sociedade poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade. Sendo que a segregação socioespacial do ponto de vista político é

produto e produtora dos conflitos sociais. Separa-se a cidade porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade mais visível é a diferença socioespacial, mais acirrado poderá ser o confronto econômico, político e social.

Para verificar, caracterizar e contextualizar tal confronto elenca-se alguns aspectos nos quais reforçam o estudo sobre a segregação socioespacial que conforme Villaça (2001) se articula explicitamente com a desigualdade e a dominação social e econômica de uma classe social sobre outra classe social. Desta perspectiva o primeiro aspecto a ser mencionado segundo a estrutura metodológica de Villaça (2001) é verificar como se dá a relação entre a segregação socioespacial e a totalidade das estruturas social e urbana, para que façamos um estudo mais completo de tal fenômeno.

O segundo aspecto que deve ser elencado é que a “velha” relação entre dominação e segregação socioespacial se materializa no espaço urbano e que esta segregação não pode ser analisada somente a partir dos bairros, mas diante da totalidade da cidade capaz de explicar as relações indicadas no sentido de explicar a segregação socioespacial e não apenas denunciá-la, descrevê-la ou medi-la.

Não basta, portanto, nem denunciar, nem medir a segregação socioespacial em nossas cidades a partir dos bairros, por conjuntos de bairros, das pequenas, médias e grandes cidades, metrópoles ou megalópoles é preciso explicá-la e contextualizá-la. Conforme Villaça (2001) trata-se de buscar a quantificação e não há como descartar a utilização de indicadores tais como renda e aparência de bairros/habitações – morfologia, acrescido de outro fator essencial – alfabetização.

Ora – as cidades brasileiras em seu contexto político, econômico e social, historicamente são por excelência, segregadas, desiguais socialmente e economicamente, a desigualdade está na gênese do sistema capitalista, este segrega por excelência. O sistema capitalista necessita segregar para reproduzir-se, a cidade não seria diferente sendo que é uma das formas de materializar o sistema capitalista. Nesse sentido, por qual motivo verificar a segregação socioespacial em Criciúma? Sendo que é fato que temos segregação socioespacial nesta cidade e em qualquer outra cidade brasileira. O que muda de uma cidade para outra são os padrões de segregação e que tipo de segregação encontramos em determinada cidade (?), as pessoas são segregadas de quê? Onde estão os segregados da/na cidade de Criciúma? É o que se busca responder nos itens a seguir com base em indicadores ou variáveis no que tange os níveis de educação e renda.

4.1- Educação e renda: variáveis e indicadores da segregação socioespacial

No Brasil a questão educacional sem dúvida é um ponto importante e essencial, talvez o principal fator e mecanismo que deve ser destacado para que tenhamos melhores condições de vida, diminuição e até mesmo eliminação das desigualdades sociais e econômicas. É necessário evidenciar este indicador que auxiliará no entendimento e conhecimento da realidade social dando visibilidade a desigualdade que pode estar atrelada ao nível educacional. Haja vista a predominância do ensino público sobre o privado e o sucateamento e aplicação do neoliberalismo na educação pública, seja a nível federal, estadual e municipal.

É importante mencionar que não cabe nesta dissertação uma mera descrição de dados e dos fatos, tampouco uma afirmação e explanação da verdade absoluta, mas sim que busca, entre outras coisas, atrelar dialeticamente o contexto educacional e econômico com os dados que são aqui trabalhados e com arcabouço teórico científico no que tange a concepção de educação a partir da concepção formulada por Gramsci e Mészáros quais não dicotomizam a educação da questão política.

Partindo desse pressuposto são verificados os indicadores e dados educacionais, elencando o “papel” da educação e da escola propriamente dita na estrutura social e na estratificação socioeconômica. Pois não basta elencar os dados e índices educacionais, mas sim é importante verificar que esses dados educacionais são construídos a partir de políticas e interesses de classes antagônicas, contraditórias e hegemônicas.

Nesse sentido, falar em educação é evidenciar sua relação com o trabalho ou conforme Mészáros (2008) é construir, libertar o ser humano das cadeias do “determinismo neoliberal”, não o simples acesso à escola, mesmo que seja a condição mínima e necessária, mas, não o suficiente para retirar das sombras do esquecimento social pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. A educação deve ser e é o único meio de diminuir tamanha apartheid social e contribuir para modificar a concepção atual de sociedade mercantil. Mas como a educação atuará neste campo social, sendo que a mesma segundo Mészáros (2008) é feita e disponibilizada pelas classes dominantes que impõem

uma educação para o trabalho com o objetivo de manter o “homem” dominado e alienado, colocando à educação como instrumento da sociedade capitalista (?).

Ora – é característico do atual processo produtivo tratar à educação, predominantemente a básica, como mecanismo e instrumento de dominação, colocando-a como mercadoria diante do sistema atual de produção que faz a separação entre capital e trabalho. Sistema este fundado no princípio da propriedade privada dos meios de produção, no qual se alimenta da dicotomia entre capital e trabalho assalariado. Para Marx (1985), o tipo de trabalho característico da sociedade capitalista é o trabalho assalariado no qual necessita de uma vasta força de trabalho, – isto possibilita explicar e entender a crise atual do sistema público de ensino e seus constantes cortes de investimentos públicos em praticamente todas as esferas de ensino. Desta forma a partir da lógica neoliberal cria-se um hiato ainda maior entre o ensino público e privado pois abre maior espaço para colocar à educação como mercadoria.

Ainda citando Mészáros (2008) esta lógica transforma os espaços educacionais em mercantilização da educação, em verdadeiro “shopping centers” em que tudo se vende tudo se compra, tudo tem preço. Este processo atual que defini o “tipo de escola ou a marca social” é “dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional”, (GRAMSCI, 2001, p. 49).

Desta forma, a partir do pensamento de Gramsci (2001) e sua concepção com o processo educacional centrada a partir da função política determina que a educação voltada para os trabalhadores, coloca a escola pública na condição de aparelhos ideológicos e hegemônicos para reprodução do pensamento hegemônico. Gramsci (2001) menciona que a escola é um desses aparelhos de hegemonia estruturada para reproduzir e atender o Estado burguês, principalmente no que tange a preparação de peças para a reprodução e acumulação de capital. O papel da educação, nesse sentido, “em todos os níveis é promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado – para a perpetuação da sociedade de mercadorias, impossibilitando que a mesma sirva para ir além do capital visando uma ordem social qualitativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008. p. 80).

Portanto, a partir dos respectivos autores e suas concepções teóricas que coloca à educação como instrumento de dominação política, econômica e social, mas, sobretudo, por entender que cada grupo social tem a educação necessária e

suficiente para que não possa mudar sua condição de classe social, tampouco sua condição material para sua existência e sobrevivência. Desta forma, evidenciam-se os indicadores educacionais que permitem verificar e analisar a realidade da cidade de Criciúma no âmbito educacional atrelando-a com os níveis de rendimento vigentes na cidade e que os dados em questão são produtos da educação aqui caracterizada expresso em forma de números e índices, buscando assim quantificar tal questão.

Inicialmente serão analisados somente os dados e índices educacionais sobre Criciúma disponíveis pelo **IBGE - Sistema de Recuperação Automática-SIDRA** ano de referência 2010, com o objetivo de construir o perfil educacional da cidade e os dados verificados levam em conta a população residente, por situação de domicílios, sexo e idade. Como já foi mencionado anteriormente Criciúma em sua totalidade possui um montante de 192.308 mil habitantes, sendo que 50,80% são mulheres o que correspondem a 97.701 mil mulheres e 49,20% são homens o que equivalem a 94.607 mil homens. É importante ressaltar que se leva em conta o universo da população residente na área urbana que apresenta um montante de 189.630 mil habitantes que significa 98,61% da população, predominando o sexo feminino com 50,22% o que equivalem a 96.583 mil mulheres contra 93.047 mil homens que corresponde a 48,38%.

Comparando-se a taxa de alfabetização de Criciúma das pessoas com 10 anos ou mais de idade por sexo com taxa nacional, podemos verificar a partir do **IBGE - Sistema de Recuperação Automática-SIDRA** também com ano de referencia 2010, que sobrepõe a nacional. Do total de homens com 10 anos ou mais de idade em Criciúma, 97,6% são alfabetizados, sendo que na escala nacional do total de homens 90,6% são alfabetizados. No universo feminino do total de mulheres com 10 anos ou mais de idade, Criciúma possui 96,7% alfabetizadas contra 91,3% na escala nacional.

É fato que Criciúma sobrepõe o nacional em ambos os aspectos, o que é importante mencionar que estas percentagens representam um total de 162.541 mil habitantes de 10 anos ou mais de idade alfabetizadas e é possível verificar que as mulheres totalizam 82.543 mil habitantes e os homens com 10 anos ou mais de idade alfabetizados somam 79.998 mil habitantes. A questão é que estes dados estão inseridos no universo de 167.274 mil habitantes de 10 anos ou mais de idade, o que podemos verificar que 4.733 mil habitantes não são alfabetizados, deste total

81.956 mil habitantes são homens e 1.958 mil não são alfabetizados, diante de 2.775 mil mulheres diante de um total de 85.318 mil mulheres.

Partindo do pressuposto que quanto maior o nível de escolaridade concomitante tende a ser maior o nível de rendimento, busca-se o cruzamento dos índices de alfabetização atrelando-o ao rendimento nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a condição econômica e os números de alfabetização com as classes de rendimento nominal mensal de Criciúma, expressos na tabela 01.

Tabela 01- Total de alfabetizados e não alfabetizados conforme as classes de rendimento nominal mensal com 10 anos ou mais de idade por situação de domicílios

RENDA	ALFABETIZADOS			NÃO ALFABETIZADOS		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Até 01 salário mínimo	20.813	6.940	13.873	2.187	789	1.400
De 01 até 02 salários mínimos	47.817	23.898	23.919	988	555	433
De 02 até 03 salários mínimos	19.616	13.595	6.021	189	132	57
De 03 até 05 salários mínimos	14.986	10.184	4.802	70	53	17
De 05 até 10 salários mínimos	8.678	5.942	2.736	10	06	04
De 10 até 20 salários mínimos	2.431	1.887	544	03	01	02
Mais de 20 salários mínimos	828	702	126	-	-	-
Sem rendimento	45.576	15.768	29.808	1.240	396	844

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Com base na tabela 01 verifica-se que a maior concentração de habitantes, ou seja, 71.805 mil dentre eles 3.175 mil habitantes não alfabetizados, possuem rendimentos nominais mensais na faixa de até dois salários mínimos. Sendo que, do número total de alfabetizados e não alfabetizados com rendimentos 118.616 mil habitantes, dentre eles 23.000 mil habitantes possuem ganhos de no máximo um salário mínimo o que corresponde a 19,4%.

Estes dados evidenciam a desigualdade de renda e, é perceptível também a desigualdade de rendimento por gênero, nota-se que as mulheres predominam em

50% a mais que os homens entre os habitantes que ganham até um salário mínimo. Esta desigualdade de rendimento por gênero diminui e quase se iguala na faixa entre 01 e 02 salários mínimos que totalizam 48.805 mil habitantes, destes 24.456 mil habitantes são homens e 24.352 são mulheres.

Esta questão da desigualdade de rendimento é de grande relevância de ser analisada pelo fato de todo rendimento acima de 02 salários mínimos estarem concentrados nas mãos de 46.811 mil habitantes corresponde a 39,46% do número total de habitantes com rendimentos. E, 71.805 mil habitantes possuem ganhos de até 02 salários mínimos o que representa 60,54% dos habitantes alfabetizados e não alfabetizados com rendimentos. Por fim, do número total de habitantes que é 165.432 mil, seja com ou sem rendimento, 46.816 mil habitantes não apresentam rendimentos, ou seja, 39,46% do número total de habitantes sem rendimento.

Nesse sentido é discrepante a desigualdade da renda entre os níveis de rendimento, nota-se que dos habitantes que possuem rendimentos 60,54% ganhos de no máximo 02 salários mínimos. Sobretudo, é perceptível a desigualdade entre os níveis de rendimento por gênero, principalmente na faixa de rendimento de 02 até 05 salários mínimos qual predomina o sexo masculino com 23.964 mil habitantes contra 10.897 mil do sexo feminino.

Com base na estratificação da renda representada na tabela 01 é possível verificar dois aspectos. O primeiro, no que se refere à questão de gênero, pois as mulheres possuem os menores rendimentos. O segundo aspecto remete-se ao nível de escolaridade, na medida em que aumenta o nível de rendimento diminui o número de pessoas não alfabetizadas. Diante destes dados é possível evidenciar que existe desigualdade na distribuição da renda por sexo e por nível de escolaridade que refletirá no ganho mensal por domicílio, conforme a tabela 02.

Tabela 02 - Total de domicílios com rendimento mensal per capita, segundo as classes de rendimento

Mais de ½ a 01 salário mínimo	Mais de 01 a 02 salários mínimos	Mais de 02 a 03 salários mínimos	Mais de 03 a 05 salários mínimos	Mais de 05 a 10 salários mínimos	Mais de 10 salários mínimos	Sem rendimento
13.523	22.871	8.319	6.173	3.640	1.329	788

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

A partir da tabela 02 anteriormente apresenta qual caracteriza um universo de 56.643 mil domicílios particulares e permanentes com rendimento mensal per capita, dentre eles 13.523 mil domicílios ou 23,87% possuem rendimento per capita mensal até 01 salário mínimo e 22.871 mil domicílios ou 40,37% entre 01 e 02 salários mínimos. Ou seja, estes dois grupos de rendimentos somam 36.394 mil domicílios com rendimento mensal per capita, o que representa 64,25% dos domicílios particulares permanentes com rendimento de até 02 salários mínimos.

O restante 35,75% ou 14.492 mil domicílios particulares possuem rendimento per capita mensal entre 02 e 05 salários mínimos e 4.969 mil domicílios possuem rendimento de 05 ou mais salários mínimos totalizam 19.461 domicílios. A partir destes dados é possível verificar entre os domicílios permanentes em Criciúma que predominam os domicílios com ganhos per capita mensal de no máximo 02 salários mínimos, ou seja, 64,25% dos domicílios com rendimentos 1,39% ou 788 domicílios não possuem rendimentos permanentes. Estes dados contextualizados com a tabela 03 a seguir possibilitam verificar o(s) número(s) de morador(es) por tipo de domicílio particulares permanente.

Tabela 03- Tipos de domicílios particulares permanentes e o número de morador(es) existente

Números de moradores	Números Casa	Números Apartamento	Números Casa de vila ou condomínio	Números Total
01 morador	4.404	2.395	14	6.885
02 moradores	10.937	4.188	42	15.191
03 moradores	14.053	3.611	31	17.708
04 moradores	11.363	2.009	52	13.429
05 moradores	4.973	418	13	5.407
06 moradores	1.772	83	02	1.858
07 moradores	634	14	-	650
08 moradores ou mais	427	04	01	433

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Analisando-se a tabela 03, pode-se elencar que existe a predominância de domicílios particulares constituídos por 02, 03 e 04 moradores qual apresenta 46.328 mil domicílios, seguidos de 7.265 mil domicílios com 05 e 06 moradores, 6.885 domicílios com apenas um morador e 1.083 domicílios com 07 ou mais moradores. Esta questão associado com o número de domicílios, ou seja, 36.394 mil com rendimentos de até 02 salários mínimos caracterizam a predominância de maiores números de moradores por domicílios com menor rendimento mensal per capita em Criciúma. Nesse sentido, um aspecto que pode ser ponderado e verificado é que os domicílios constituídos por 03 ou 04 moradores, seja casa ou apartamento, são os que têm em maior número, haja vista a predominância de domicílios denominados de casa, a saber, 48.563 mil domicílios contra 12.722 domicílios denominado apartamentos.

Diante destas informações que busca analisar a cidade de Criciúma e construir um perfil social e econômico retratando apenas a população urbana utilizando primordialmente dados relacionados com taxa de alfabetização e distinguindo-os por tipo de sexo e nível de rendimento conforme os domicílios existentes, bem como a quantidade de moradores que neles residem. Cabe a partir desse momento um estudo mais minucioso em busca da construção e caracterização da cidade com base nos respectivos dados em escala intraurbana, ou seja, a partir dos bairros.

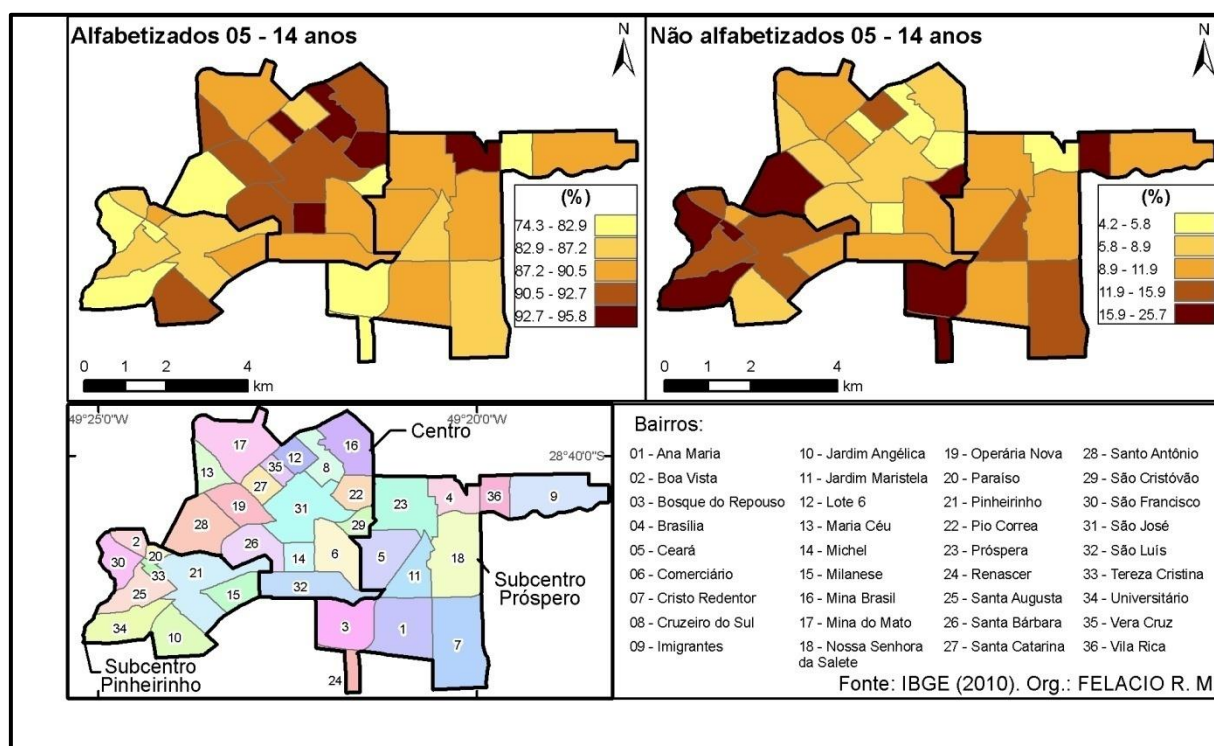
É importante mencionar que os dados e índices elencados posteriormente levam-se em consideração a divisão de bairros utilizados pelo IBGE, qual utiliza e considera bairro somente o que foi criado e amparado por lei e destacando-se principalmente que os dados utilizados retratam e evidenciam somente aspectos da população urbana conforme a metodologia de estudo que divide a cidade em Centro e Subcentros.

Na busca pela compreensão e caracterização do perfil social e econômico a partir dos bairros que integram o Centro e os Subcentros, busca-se verificar os respectivos aspectos no que tange a população urbana. Seguindo, portanto, o mesmo arcabouço teórico e metodológico utilizado em capítulo anterior, qual dividiu a cidade em Centro e Subcentros, conforme a necessidade do capital se metamorfosear. Busca-se através dos dados educacionais e econômicos dos bairros caracterizar a condição econômica conforme os níveis de rendimentos e de alfabetização segundo a idade dos moradores, com o intuito de desmistificar ou

comprovar a visão empírica de que quanto maior o índice de analfabetismo e menor rendimento nominal, maior será a manifestação e precarização das moradias, da pobreza, violência, prostituição entre outros aspectos.

Com base nestes pressupostos mencionados até o momento envolvendo educação e renda, busca-se analisar os respectivos bairros que integram a área Central, Subcentro Pinheirinho e Próspera evidenciando a condição de alfabetização a partir dos grupos de idades entre 05 até 14 anos, entre 15 até 19 anos, de 20 até 29 anos e de 30 anos ou mais. Verificam-se dessa forma, por bairros, as percentagens de alfabetizados e não alfabetizados conforme o grupo de idade representada nos mapas a seguir que envolve as pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas. Portanto, os respectivos mapas levam em conta o total de habitantes por bairros, ou seja, 100% dos habitantes, para poder assim, verificar a percentagem exata dos habitantes alfabetizados e não alfabetizados presentes nos bairros que integram o Centro e os Subcentros, conforme elencados nas figuras.

Figura 23- Percentagem de alfabetizados e não alfabetizados de 05 a 14 anos dos bairros localizados no Centro e Subcentros da cidade de Criciúma-SC

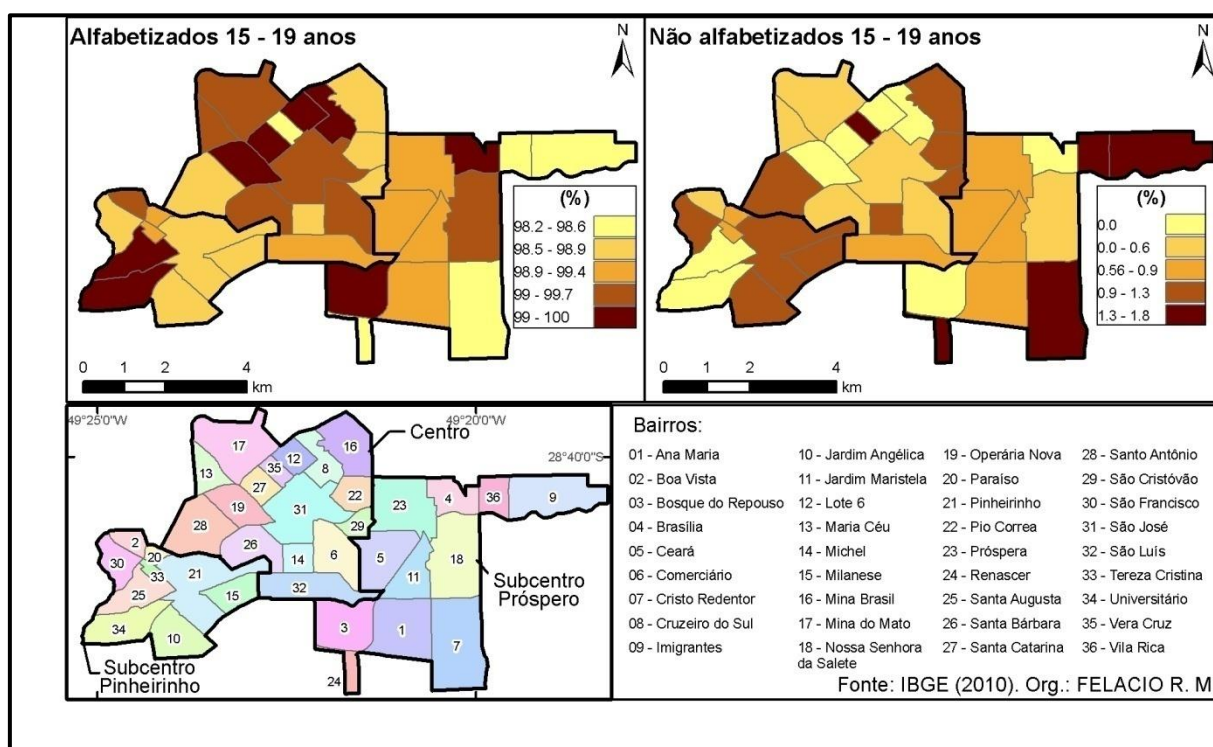


Com base na figura 23 que contém os mapas intitulados da seguinte forma, alfabetizados e não alfabetizados de 05 a 14 anos é possível analisar nos respectivos mapas as percentagens de alfabetização, mesmo ressaltando que os bairros localizados na área Central possuem maior número de domicílios e habitantes e que concentram maior percentagem de alfabetizados, ou seja, 92.7%. A espacialização dos dados deixa nítido o dualismo educacional entre os bairros do Centro comparando-os com os bairros dos Subcentro Pinheirinho e Próspera.

É perceptível que os mesmos bairros que apresentam menor percentagem de alfabetizados a saber, Universitário, São Francisco, Tereza Cristina, Renascer, Bosque do Repouso, Santo Antônio, São Cristóvão e Vila Rica, são os mesmos bairros que apresentam maior percentagem de não alfabetizados e estão localizados predominantemente nos Subcentros, caracterizando assim, que os bairros localizados na área Central concentram a menor percentagem de não alfabetizados de 05 a 14 anos.

Seguindo esta estrutura de análise e comparando as percentagens de alfabetizados e não alfabetizados de 15 a 19 anos presentes na figura 24. Afirma-se que a mesma lógica, o dualismo e contrastes educacionais permanecem também no grupo de alfabetizados e não alfabetizados de 15 a 19 anos. Ou seja, as percentagens sobre alfabetizados e não alfabetizados possibilita-nos afirmar que desde o nível de educação fundamental até o nível médio da educação básica, os bairros localizados nos Subcentros concentram as maiores percentagem de habitantes não alfabetizados, o que corresponde entre 15.9% e 25,7%.

Figura 24- Porcentagem de alfabetizados e não alfabetizados de 15 a 19 anos dos bairros localizados no Centro e Subcentros da cidade de Criciúma-SC

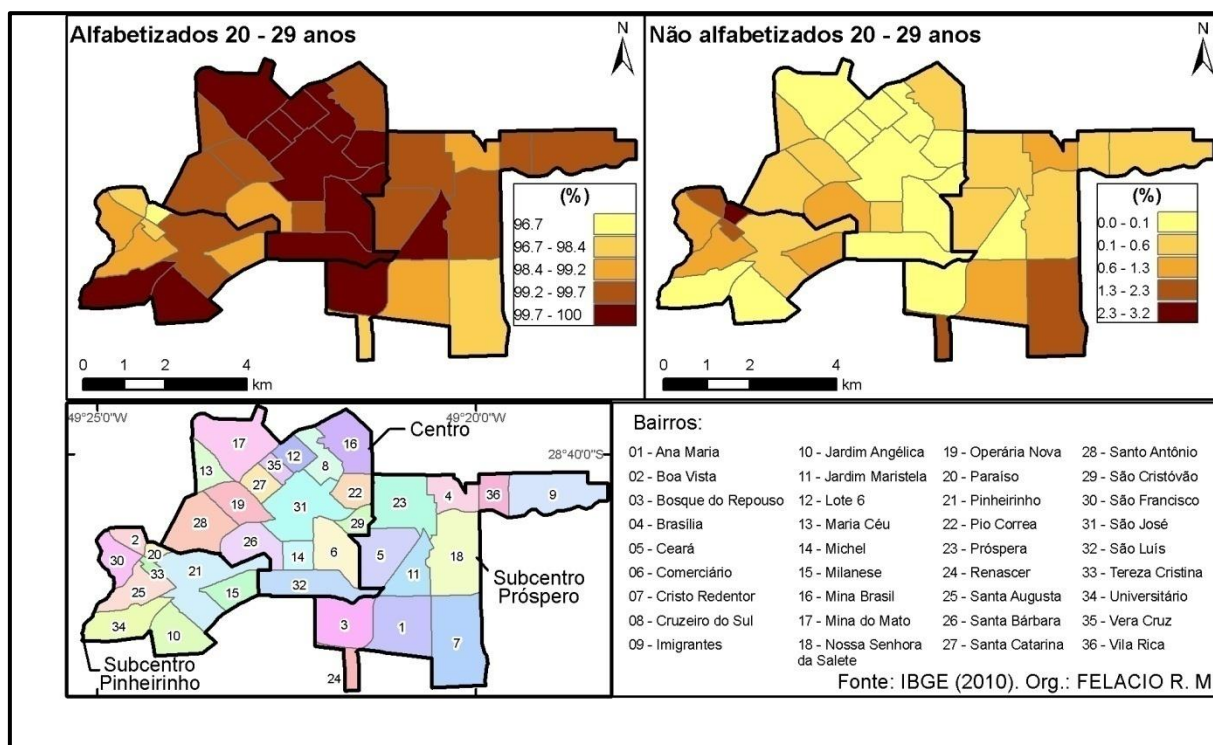


Segundo a perspectiva de análise a figura 24 contém os mapas com a percentagem de habitantes alfabetizados e não alfabetizados e principalmente pelo fato de espacializar a percentagem de habitantes alfabetizados e não alfabetizados de 15 a 19 anos de idade, tornando-se visível a dualidade educacional entre os bairros que integram a área Central e os bairros que estão localizados nos Subcentros Pinheiro e Próspera.

A área Central predomina quase que na sua totalidade alfabetizados, ou seja, acima de 99% com exceção do bairro Santa Barbara, que apresenta um percentual de 98%. Porém, verificando a percentagem dos habitantes não alfabetizados os mesmos bairros que apresentam maior percentagem de alfabetizados logicamente são os que apresentam menor percentagem de habitantes não alfabetizados. Mas, uma questão que merece destaque nesta figura é que todos os bairros, principalmente os bairros que integram os Subcentros, apenas o bairro Paraíso aparece com o maior percentual de habitantes não alfabetizado, o que já lhe dava destaque também em ser o único bairro em possuir o menor percentual de

habitantes alfabetizados. Nesse sentido, a partir da figura 25 analisa-se o percentual de habitantes alfabetizados e não alfabetizados de 20 a 29 anos.

Figura 25- Porcentagem de alfabetizados e não alfabetizados de 20 a 29 anos dos bairros localizados no Centro e Subcentros da cidade de Criciúma-SC

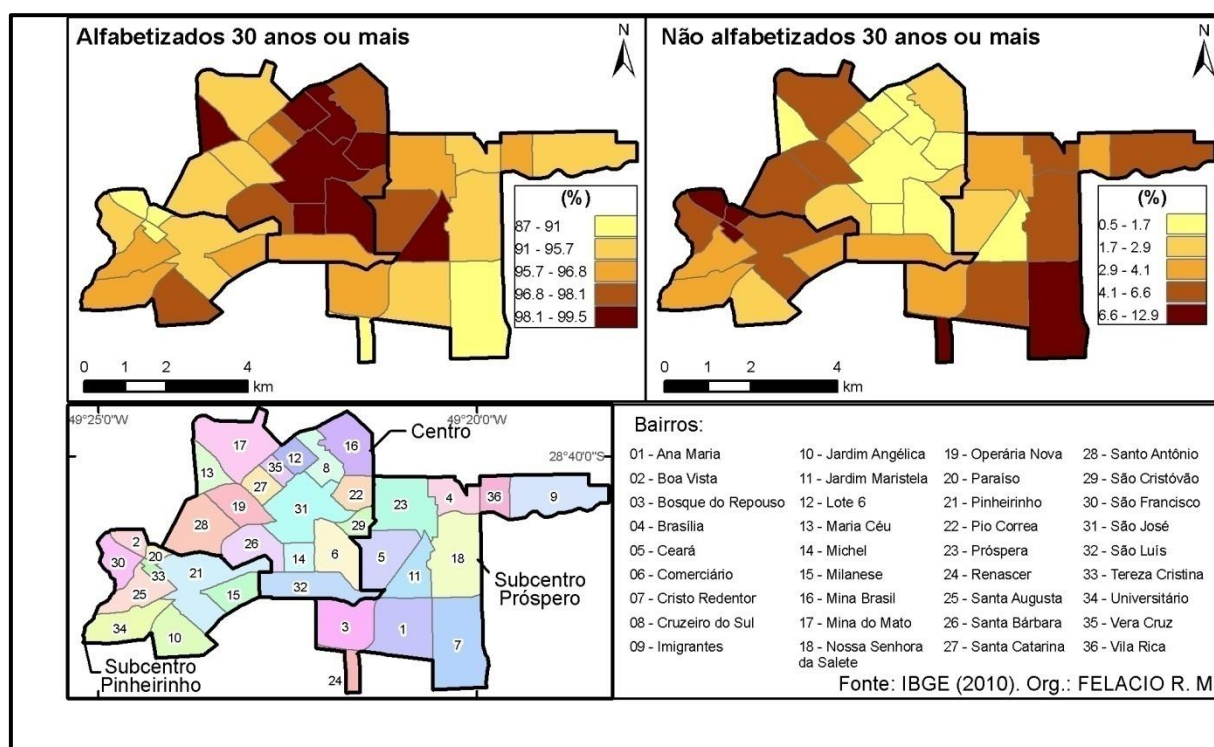


Das percentagens dos habitantes alfabetizados e não alfabetizados apresentadas na figura 25 verifica-se uma clara territorialização da desigualdade educacional entre os bairros com maior percentagem de alfabetização e os bairros com maior percentagem de não alfabetizados, sendo que se destacam os bairros Renascer e Cristo Redentor localizados no Subcentro Próspera e os bairros Paraíso, Tereza Cristina e Boa Vista localizados no Subcentro Pinheirinho com maior percentagens de não alfabetizados.

Nesse sentido, a partir da figura 25 é possível constatar a existência da desigualdade educacional entre os bairros que integram os Subcentros e os bairros que integram o Centro conforme as percentagens dos habitantes alfabetizados e não alfabetizados de 20 a 29 anos e, comparando-os com os habitantes

alfabetizados e não alfabetizados de 30 anos ou mais representados na figura 26 é factível e nítido a desigualdade educacional entre os bairros.

Figura 26- Porcentagem de alfabetizados e não alfabetizados de 30 anos dos bairros localizados no Centro e Subcentros da cidade de Criciúma-SC



Conforme as percentagens mencionadas na figura 26, as quais caracterizaram que na área Central 99% dos habitantes são alfabetizados em quase todos os bairros e que estas percentagens explicitam quais são os bairros que apresentam maiores percentagem de habitantes não alfabetizados com 30 anos ou mais de idade. Diante disso, os bairros Renascer e Cristo Redentor no Subcentro Próspera e os bairros Boa Vista, Paraíso e Tereza Cristina no Subcentro Pinheirinho são os bairros que mais possuem habitantes não alfabetizados.

A representação e espacialização desses dados das respectivas figuras 23, 24, 25 e 26 que tratam sobre o percentual de habitantes alfabetizados e não alfabetizados são seguidas de tabelas com dados quantitativos que analisam a situação das pessoas de 05 anos ou mais de idade por bairro conforme a situação do domicílio e condição de alfabetização segundo o IBGE.

Esta estrutura metodológica que caracterizara o perfil dos habitantes alfabetizados e dos não alfabetizados residentes na área urbana iniciará pelos bairros localizados no Subcentro Pinheirinho, posteriormente os bairros localizados no Subcentro Próspera, por fim, os bairros que integram a área Central.

Desta forma, as tabelas 4, 5, 6, 7, 8 e 9 que são elencadas a seguir representam e caracterizam o número total e absoluto dos habitantes alfabetizados e não alfabetizados por bairro, utilizando primordialmente dados do IBGE (2010) e levando-se em consideração os habitantes com cinco anos ou mais de idade, divididos da seguinte forma: entre 05 e 14 anos de idade, este grupo insere-se no ciclo fundamental da educação básica, o segundo grupo entre 15 e 19 anos, que teoricamente é a idade que contempla o ensino médio inserido na educação básica, o terceiro grupo entre 20 e 29 anos de idade, grupo este que deve estar cursando ou que concluíram um curso superior, por fim, verificam-se os habitantes com trinta anos ou mais de idade.

Tal análise é fundamental e necessária, pois busca verificar e analisar os números e percentagens dos alfabetizados e não alfabetizados por bairros, sobretudo, verificar se as percentagens em questão estão atreladas com os padrões e tipos de segregação socioespacial.

Tabela 04 - Pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas conforme idade/anos por bairros localizados no Subcentro Pinheirinho na cidade de Criciúma-SC

Bairros	Idade/anos	Alfabetizados	Não alfabetizados	Total
Boa vista	Entre 05 a 14	271	49	320
	Entre 15 a 19	178	01	179
	Entre 20 a 29	337	08	345
	30 anos ou mais	811	96	907
Jardim Angélica	Entre 05 a 14	263	23	286
	Entre 15 a 19	164	02	166
	Entre 20 a 29	425	-	425
	30 anos ou mais	1.089	31	1.120
Milanese	Entre 05 a 14	246	30	276
	Entre 15 a 19	160	02	162
	Entre 20 a 29	394	03	397
	30 anos ou mais	1.006	43	1.049
Paraíso	Entre 05 a 14	232	31	263
	Entre 15 a 19	137	01	138
	Entre 20 a 29	209	07	216
	30 anos ou mais	454	45	499
Pinheirinho	Entre 05 a 14	691	101	792
	Entre 15 a 19	445	05	450
	Entre 20 a 29	1.107	06	1.113
	30 anos ou mais	2.789	125	2.914
Santa Augusta	Entre 05 a 14	211	40	251
	Entre 15 a 19	192	-	192
	Entre 20 a 29	744	07	751
	30 anos ou mais	1.377	45	1.422
São Francisco	Entre 05 a 14	343	75	418
	Entre 15 a 19	254	03	257
	Entre 20 a 29	449	05	454
	30 anos ou mais	1.151	81	1.232
Tereza Cristina	Entre 05 a 14	193	48	241
	Entre 15 a 19	102	01	103
	Entre 20 a 29	215	04	219
	30 anos ou mais	418	52	470
Universitário	Entre 05 a 14	51	11	62
	Entre 15 a 19	58	-	58
	Entre 20 a 29	135	-	135
	30 anos ou mais	339	12	351

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Analisando a tabela 04 na coluna não alfabetizados nota-se que apenas o bairro Universitário apresenta inexistência de analfabetos entre 15 e 29 anos de idade, seguindo de Jardim Angélica na faixa etária entre 20 e 29 anos e Santa

Augusta entre 15 e 19 anos de idade. Os demais bairros presente na tabela 04 apresentam analfabetos em todos os níveis de idade a partir dos 05 anos. Por questão de proporção o bairro Pinheirinho se destaca tanto em números total de habitantes com 05 anos ou mais de idade, tanto quanto em números total de não alfabetizados. Diante desta perspectiva merece destaque o bairro Tereza Cristina no qual ocupa o 2º lugar em menor número de habitantes com 05 anos ou mais de idade, conforme se visualiza na tabela 05, porém é o 4º colocado em números total de analfabetos ocupando a mesma posição em analfabetos entre 05 e 29 anos de idade, seguido do bairro Boa vista, que ocupa o 4º lugar em número total de habitantes e 3º lugar em total de analfabetos com 05 anos ou mais de idade.

Tabela 05- Total e porcentagem de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas por bairros localizados no Subcentro Pinheirinho na cidade de Criciúma-SC

Bairros	Total de habitantes com 05 anos ou mais	Total e % de Alfabetizados	Total e % de não Alfabetizados
Universitário	606	583 = 96,29%	23 = 3,80%
Tereza Cristina	1.033	928 = 89,83%	105 = 10,17%
Paraíso	1.116	1.032 = 92,47%	84 = 7,53%
Boa Vista	1.751	1.597 = 91,22%	154 = 8,78%
Milanese	1.884	1.806 = 95,85%	78 = 4,15%
Jardim Angélica	1.997	1.941 = 97,19%	56 = 2,81%
São Francisco	2.371	2.207 = 93,03%	164 = 6,92%
Santa Augusta	2.616	2.524 = 96,48%	92 = 3,52%
Pinheirinho	5.269	5.032 = 95,51%	237 = 4,49%

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Ora – mas que relação o analfabetismo tem haver com a segregação socioespacial e por qual motivo destacar esses dois bairros? Bem! Entre outros aspectos, seja de ordem política, econômica ou social, não se descarta o atrelamento dos respectivos aspectos com a educação. A inexistência da mesma coloca determinado grupo social inserido na sociedade em trabalhos muitas vezes precarizados e menos valorizados, conseqüentemente resultará em um modo de sobrevivência mais precarizado, como podemos visualizar na figura 27.

Figura 27- Bairros Tereza Cristina e Boa vista localizados no Subcentro Pinheirinho na cidade de Criciúma-SC



Foto A e B bairro Tereza Cristina. Fonte de wordpress (2012). Foto C e D bairro Boa Vista. Fonte: PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS (2009). Ambos os bairros localizados no Subcentro Pinheirinho Criciúma-SC.

Nesse sentido, os bairros Tereza Cristina e Boa Vista por apresentar maior número de analfabetos, sobretudo, em idade entre 05 e 29 anos deixa a mercê um grupo de pessoa de idade vulnerável e propensa a participação em outras formas de buscar a sobrevivência, como por exemplo, vulnerável a participação no tráfico de drogas, prostituição e roubo. Nota-se assim, no cotidiano da cidade, na rotina social, política e econômica, sobretudo nos meios de comunicação de massa, a saber, jornais, programas de telejornais entre outros, que os respectivos bairros são taxados pejorativamente como o local de muita prostituição, tráfico de drogas, violência, entre outros aspectos. Fatos que verificam nas manchetes de jornais da cidade: “*Polícia Militar descobre veículo e produtos furtados em casa no bairro Boa Vista*” e “*Jovem é assassinado no bairro Tereza Cristina*” (Engeplus, 2012).

Nesta perspectiva metodológica que analisa a cidade conforme sua necessidade do capital metamorfosear-se, organizar-se e materializar-se sobre a cidade e, destacando a atuação dos meios de comunicação que evidenciam a existência de bairros reforçados pelo Status Quo, pela construção de um imaginário social que muitas vezes não condiz com a realidade social e econômica, analisa-se os bairros localizados no Subcentro Próspera.

Primeiramente verificam-se as condições de alfabetização das pessoas de 05 anos ou mais de idade localizadas nos bairros que integram o Subcentro Próspera, dependentes diretamente dos equipamentos urbanos localizados no bairro Próspera conforme a tabela 06, que caracteriza o número de habitantes alfabetizados e não alfabetizados, sendo perceptível que os bairros Brasília possui todos os habitantes alfabetizados entre 15 e 19 anos de idade e o Jardim Maristela entre 20 e 29 anos de idade. Estes bairros seguem à proporção que ficou explícita nos mapas anteriores de que, quanto maior o número de habitantes maior será também o de pessoas não alfabetizadas.

Tabela 06 – Pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas conforme idade/anos por bairros localizados no Subcentro Próspera cidade de Criciúma-SC

Bairros	Idade/anos	Alfabetizados	Não alfabetizados	Total
Ana Maria	Entre 05 a 14	694	84	778
	Entre 15 a 19	393	03	396
	Entre 20 a 29	749	10	759
	30 anos ou mais	1.862	99	1.961
Bosque do Repouso	Entre 05 a 14	55	19	74
	Entre 15 a 19	43	-	43
	Entre 20 a 29	113	-	113
	30 anos ou mais	262	10	272
Brasília	Entre 05 a 14	372	23	395
	Entre 15 a 19	272	-	272
	Entre 20 a 29	512	06	518
	30 anos ou mais	1.545	70	1.615
Ceará	Entre 05 a 14	133	14	147
	Entre 15 a 19	101	01	102
	Entre 20 a 29	235	01	236
	30 anos ou mais	639	17	656
Cristo Redentor	Entre 05 a 14	836	124	960
	Entre 15 a 19	445	08	453
	Entre 20 a 29	845	14	859
	30 anos ou mais	1.725	172	1.897
Jardim Maristela	Entre 05 a 14	192	30	222
	Entre 15 a 19	134	01	135

	Entre 20 a 29	349	-	349
	30 anos ou mais	949	14	963
Imigrantes	Entre 05 a 14	166	19	185
	Entre 15 a 19	125	02	127
	Entre 20 a 29	232	01	233
	30 anos ou mais	562	27	589
Nossa Senhora da Salete	Entre 05 a 14	560	68	628
	Entre 15 a 19	412	02	414
	Entre 20 a 29	894	04	898
	30 anos ou mais	2.646	146	2.792
Próspera	Entre 05 a 14	319	40	359
	Entre 15 a 19	242	02	244
	Entre 20 a 29	585	02	587
	30 anos ou mais	1.863	64	1927
Renascer	Entre 05 a 14	228	47	275
	Entre 15 a 19	139	02	141
	Entre 20 a 29	235	04	239
	30 anos ou mais	437	65	502
Vila Rica	Entre 05 a 14	180	39	219
	Entre 15 a 19	137	02	139
	Entre 20 a 29	295	01	296
	30 anos ou mais	685	27	712

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Tabela 07- Total e porcentagem de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas por bairros localizados no Subcentro Próspera cidade de Criciúma-SC

Bairros	Total de habitantes com 05 anos ou mais	Total e % de Alfabetizados	Total e % de não Alfabetizados
Bosque do Repouso	502	473 = 94,22%	29 = 5,78%
Imigrantes	1.134	1.085 = 95,67%	49 = 4,33%
Ceará	1.141	1.108 = 97,11%	33 = 2,9%
Renascer	1.157	1.039 = 89,80%	118 = 10,20%
Vila Rica	1.393	1.297 = 93,10%	69 = 4,50%
Jardim Maristela	1.669	1.624 = 97,30%	45 = 2,7%
Brasília	2.800	2.701 = 96,46%	99 = 3,54%
Próspera	3.117	3.009 = 96,53%	108 = 3,47%
Ana Maria	3.894	3.698 = 94,96%	196 = 5,04%
Cristo Redentor	4.179	3.861 = 92,40%	318 = 7,60%
Nossa Senhora da Salete	4.732	4.512 = 95,35%	220 = 4,65%

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Expandindo tal análise e englobando os bairros com menor influência do bairro Próspera, localizado no Subcentro Próspera citados na tabela 08, nota-se que entre os bairros apenas o bairro Bosque do Repouso não apresenta analfabetos entre 15 e 29 anos de idade, sendo que os demais bairros apresentam analfabetos em todos os níveis de idade a partir dos 05 anos. Porém, guardada a proporção de habitantes com 05 anos ou mais de idade é notório na tabela 09 que o bairro Cristo Redentor apresenta maior número de habitantes com 05 anos ou mais de idade e maior número de analfabetos seguido do bairro Ana Maria.

Mas que ressalvas podem ser feitas sobre estes dados envolvendo os respectivos bairros? O que se deve levar em consideração para compreensão da segregação socioespacial? Ora – nota-se que o bairro Renascer ocupa o 3º lugar em números de habitantes com 05 anos ou mais de idade e o 3º lugar em número total de analfabetos, na frente, por exemplo, do bairro Vila Rica que possui maior número de habitantes, mas, principalmente diante do universo de 118 habitantes analfabetos 53 habitantes estão entre 05 e 29 anos de idade.

Nesse sentido, os dados sobre analfabetismo demonstram que os piores índices estão nos bairros Renascer localizado no Subcentro Próspera e nos bairros Tereza Cristina e Boa Vista localizados no Subcentro Pinheirinho. Associando estes dados, com os bairros anteriormente citados e com a totalidade da cidade, seja na lógica social, política e econômica, poderá contribuir para o aumento da violência, aspecto este agravado e reforçado ainda mais pelos meios de comunicação de massa, presente na cidade, como é perceptível em um recorte jornalístico. Engeplus, (2013) “três pessoas foram encontradas e detidas no bairro Renascer e a quarta encontrada no bairro Tereza Cristina, dos quatro detidos, três têm 16 anos e o adulto 21 anos”.

Ora – estes bairros são produtos da produção da cidade, não se nega a existência de violência, prostituição tráfico de drogas entre outros aspectos, até pelo fato de estes aspectos serem construídos pela sociedade como um todo e necessitam e precisam se materializar em qualquer parte da cidade. Mas, a forma como os meios de comunicação atuam, constrói no imaginário social e em algumas pessoas que tais bairros não são locais adequados para morar ou transitar, construindo uma visão de que estes bairros não integram a cidade, reforçando um problema social, econômico e político, sobretudo, produzindo e reforçando a segregação socioespacial.

Figura 28- Localização como mecanismo para a construção de identidade social – bairro Renascer e São José cidade de Criciúma-SC



Fotos **A** e **B**: Local: bairro Renascer. Fonte: Plano Municipal de Redução de Riscos (2009). E nas Fotos **C** e **D**: Local: Praça do Congresso. Fonte: belasantacatarina; dany-sonhodearte (2011). Esta figura caracteriza o fator localização comparando dois locais da cidade Criciúma-SC de maior contraste, seguindo a ideia de Santos (2000)

Nesta perspectiva o modo de produção capitalista constrói o valor social das pessoas a partir de um ponto na superfície, sendo que “cada homem ou mulher vale pelo local onde está o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território independente de sua própria condição” (SANTOS, 2000, p.81). Nesse sentido, se compararmos um habitante dos respectivos bairros apontados até então, conforme a figura (28) com um habitante que reside no bairro São José/centro da cidade, mais especificamente na Praça do Congresso, local de reprodução do Status Quo, pela localização, sobretudo, pelos valores elevados dos imóveis, consequência da localização, não serão dados as mesmas condições e direitos sociais.

A colocação de Santos (2000) corrobora com a premissa e tese da localização atuando como fator para a construção de identidade social e nos valores morais, a localização irá interferir diretamente sobre o indivíduo, sendo que as oportunidades não são as mesmas. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário tem valores diferentes segundo o local onde se está. Se o local onde se está é um dos fatores para construir uma identidade social, não se pode esquecer que os locais estão carregados de semiologias que também são produtos de uma construção social, política e econômica, que hierarquizam a cidade a partir de vários aspectos, entre eles o Status Quo, produzindo uma cidade heterogênea no sentido de valores morais.

Nesse sentido, o centro da cidade é “movido” pela construção de uma identidade social da qual os habitantes que ali estão são diferentes de quem reside, por exemplo, no bairro Renascer. Ora – se remetemos a tal questão embasada em um pensamento mais filosófico, entre o que seria melhor ou pior, então a construção e produção de bairros como Renascer e Tereza Cristina é necessário para produção de bairros como o São José/centro ou Pio Correa. Mas por qual motivo?

A relação dialética entre o melhor ou pior o “bairro bom e o bairro ruim” interferem diretamente no valor dos imóveis, portanto, seleciona seus respectivos moradores em virtude do poder aquisitivo. Nesse sentido, necessita-se verificar a condição de escolaridade para construir o perfil econômico das pessoas que residem no centro da cidade com o intuito de responder algumas interrogativas. Será que realmente existem menos pessoas analfabetas e maior concentração de renda no centro da cidade? Em busca de resposta será verificado a partir deste momento a condição de alfabetização por grupo de idade/anos, conforme o número de habitantes com 05 anos ou mais de idade que integram a área Central conforme a tabela 08.

Tabela 08 – Pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas conforme idade/anos por bairros localizados na área Central cidade de Criciúma-SC

Bairros	Idade/anos	Alfabetizados	Não alfabetizados	Total
Comerciário	Entre 05 a 14	512	55	567
	Entre 15 a 19	428	02	430
	Entre 20 a 29	1.078	-	1.078
	30 anos ou mais	3.365	31	3.396
Cruzeiro do Sul	Entre 05 a 14	136	08	144
	Entre 15 a 19	81	-	81
	Entre 20 a 29	225	-	225
	30 anos ou mais	780	12	792
Lote 6	Entre 05 a 14	41	06	47
	Entre 15 a 19	34	-	34
	Entre 20 a 29	106	-	106
	30 anos ou mais	307	05	312
Maria Céu	Entre 05 a 14	388	38	426
	Entre 15 a 19	254	01	255
	Entre 20 a 29	588	02	590
	30 anos ou mais	1.340	24	1.364
Michel	Entre 05 a 14	276	14	290
	Entre 15 a 19	165	02	167
	Entre 20 a 29	347	02	349
	30 anos ou mais	1.307	22	1.329
Mina Brasil	Entre 05 a 14	195	17	212
	Entre 15 a 19	149	02	151
	Entre 20 a 29	329	01	330
	30 anos ou mais	935	18	953
Mina do Mato	Entre 05 a 14	467	57	524
	Entre 15 a 19	319	01	320
	Entre 20 a 29	731	01	732
	30 anos ou mais	1.844	96	1.940
Operaria nova	Entre 05 a 14	370	33	403
	Entre 15 a 19	262	-	262
	Entre 20 a 29	621	02	623
	30 anos ou mais	1.781	84	1.865
Pio Correa	Entre 05 a 14	278	15	293
	Entre 15 a 19	159	02	161
	Entre 20 a 29	434	-	434
	30 anos ou mais	1.574	08	1.582
Santa Barbara	Entre 05 a 14	347	31	378
	Entre 15 a 19	259	01	260
	Entre 20 a 29	712	06	718
	30 anos ou mais	2.063	47	2.110
Santa Catarina	Entre 05 a 14	126	14	140
	Entre 15 a 19	80	-	80
	Entre 20 a 29	188	-	188
	30 anos ou mais	591	20	611
	Entre 05 a 14	112	24	136

São Cristóvão	Entre 15 a 19	92	01	93
	Entre 20 a 29	218	-	218
	30 anos ou mais	781	18	799
São José/ Centro	Entre 05 a 14	1.632	129	1.761
	Entre 15 a 19	1.203	03	1.206
	Entre 20 a 29	3.775	04	3.779
	30 anos ou mais	10.636	51	10.687
São Luiz	Entre 05 a 14	208	28	236
	Entre 15 a 19	153	01	154
	Entre 20 a 29	370	-	370
	30 anos ou mais	1.166	41	1.207
Santo Antônio	Entre 05 a 14	485	116	601
	Entre 15 a 19	390	05	395
	Entre 20 a 29	1.061	07	1.068
	30 anos ou mais	2.162	104	2.266
Vera cruz	Entre 05 a 14	91	04	95
	Entre 15 a 19	62	01	63
	Entre 20 a 29	185	-	185
	30 anos ou mais	508	15	523

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

A área Central é composta por 16 bairros que totalizam 53.094 mil habitantes conforme tabela 08 com 05 anos ou mais de idade por situação de domicílio alfabetizados ou não. Deste montante 51.862 mil habitantes são considerados alfabetizados e 1.232 mil habitantes são considerados não alfabetizados. Nesse sentido, agregando estes dados com os presentes na tabela 09, verifica-se o número total e percentagem de habitantes alfabetizados ou não existentes na área Central da cidade.

Tabela 09- Total e porcentagem de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas por bairros localizados na área Central da cidade de Criciúma-SC

Bairros	Total de habitantes com 05 anos ou mais	Total e % de Alfabetizados	Total e % de não alfabetizados
Lote 6	499	488 = 97,80%	11 = 2,20%
Vera Cruz	866	846 = 97,70%	20 = 2,30%
Santa Catarina	1.053	1.019 = 96,78%	34 = 3,22%
Cruzeiro do Sul	1.242	1.222 = 98,38%	20 = 1,62%
São Cristóvão	1.246	1.203 = 96,54%	43 = 3,45%

Mina Brasil	1.646	1.608 = 97,70%	38 = 2,30%
São Luiz	1.967	1.897 = 96,45%	70 = 3,55%
Michel	2.050	2.010 = 98,05%	40 = 1,95%
Pio Correa	2.470	2.445 = 98,98%	25 = 1,02%
Maria Céu	2.640	2.570 = 97,35%	70 = 2,65%
Operaria Nova	3.153	3.034 = 96,22%	119 = 3,78%
Santa Barbara	3.466	3.381 = 97,55%	85 = 2,45%
Mina do Mato	3.506	3.361 = 95,86%	145 = 4,14%
Santo Antônio	4.330	4.098 = 94,64%	232 = 5,36%
Comerciário	5.474	5.383 = 98,33%	91 = 1,67%
São Jose/Centro	17.434	17.246 = 98,92%	188 = 1,08%

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Diante dos dados referentes sobre os 16 bairros que integram o Centro, totalizando 53.008 mil habitantes com 05 anos ou mais de idade conforme a condição de alfabetização pode-se afirmar que 95,88% são alfabetizados e 4,12% não são alfabetizados, permanecendo a frente dos bairros que integram os Subcentros Prospera e Pinheirinho, que somam 44.361 mil habitantes com 05 anos ou mais de idade, destes 94,80% são alfabetizados e 5,20% habitantes não alfabetizados.

Mas o que estes dados representam e demonstram? Demonstram e representam que a área Central possui maior número de habitantes seja alfabetizados ou não, ou seja, 16,32% de habitantes com 05 anos ou mais de idade diante dos bairros dos Subcentros. Outra questão não menos importante é o número de analfabetos existentes na área Central serem inferiores aos demais bairros dos que compõem os Subcentros, caracterizando desta forma que Criciúma concentra maior números de habitantes com 05 anos ou mais de idade no centro da cidade e que possui o menor número de analfabetos na área Central.

Comparando os respectivos dados dos bairros da área Central com bairros de ambos Subcentros, é perceptível que há desigualdade entre os bairros no que tange o número de analfabetos. Como por exemplo, o bairro São José/centro que possui 17.434 mil habitantes e apenas 188 analfabetos, ou seja, 1,08% dos habitantes com 05 anos ou mais de idade não são alfabetizados. Nesse sentido, comparando com o

bairro Tereza Cristina localizado no Subcentro Pinheirinho que possui 1.033 mil habitantes com 05 anos ou mais de idade dentre eles 105 habitantes, ou seja, 10,16% dos habitantes não alfabetizados. Ou comparando o bairro São José com o bairro Boa Vista também localizado no Subcentro Pinheirinho que contém 1.751 mil habitantes com 05 anos ou mais de idade e 154 habitantes o que corresponde a 8,80% dos habitantes não são alfabetizados.

Por fim, comparando o bairro São José que está localizado na área Central com o bairro Cristo Redentor localizado no Subcentro Próspera que possui 4.179 mil habitantes com 05 anos ou mais de idade, dentre eles 318, ou seja, 7,60% dos habitantes não são alfabetizados e comparando ainda com o Bairro Renascer também localizado no Subcentro Próspera que contém 1.157 mil habitantes, dos quais 118, que corresponde a 10,20% dos habitantes com 05 anos ou mais de idade não são alfabetizados.

Nesse sentido, diante dos dados acima mencionados podemos concluir que os maiores índices de analfabetismo estão localizados em áreas ou bairros com maior precarização, primordialmente nos bairros localizados nos Subcentros e que os bairros com maior e melhor infraestrutura apresentam os menores índices de analfabetos. Por evidenciar que o maior número de pessoas analfabetas tende a concentrar-se, em bairros com menos infraestrutura, não se pode descartar o fator renda.

Então para verificar e construir o perfil econômico desses habitantes, sobretudo, verificar se os maiores padrões de renda também residem no centro da cidade e se estão atrelados ao fator alfabetização, mas principalmente se são fatores primordiais para segregação socioespacial, já que é sabido como Short (1976, apud VILLAÇA 2001) que os padrões de segregação são e tem sido identificado conforme o status social.

4.2 – Renda: estratificação econômica e segregação socioespacial

Como é sabido, o Brasil é um país que apresenta elevada desigual socioespacial e socioeconômica. Esta desigualdade caracteriza-o como um dos países mais desiguais e um dos fatores que contribuem para tamanha desigualdade

é a estrutura de concentração de renda, concentração das riquezas e o nível de educação existente no Brasil. Estes três fatores, atrelados aos modelos econômicos que existiram e existem no Brasil com caráter concentrador, voltados para a concentração de capital e preservando os interesses econômicos de uma parcela da população, que reproduzem suas riquezas apoiadas a uma estrutura política de poder, produzem também uma sociedade desigual, fragmentada, entre outros fatores, mas, sobretudo, segregada socialmente e economicamente. Partindo dessa concepção utilizando os fatores e indicadores de educação que foram elencados no item anterior e com os dados e indicadores da renda é que será caracterizada a segregação socioespacial na cidade Criciúma.

Nesse sentido Rocha (2003), retrata e evidencia que a insuficiência ou inexistência de renda é pressuposto e fator primordial para que não tenhamos acesso e aquisição de bens e um conjunto de serviços básicos para sobrevivermos. Esta visão elenca que onde existe hiato de renda, existem diferenças na aquisição dessa cesta de serviços básicos, estabelecendo padrões de consumo e acesso interno a cada classe de renda, que muitas vezes são reflexo do grau de “exclusão” e da segmentação social no Brasil, cujas condições sociais são muito discrepantes, fator que caracteriza as desigualdades socioespaciais.

É a partir dessa fundamentação e estrutura metodológica que se busca observar e verificar se permanece a maior renda da cidade de Criciúma no Centro, como foi possível verificar com os dados de escolaridade quais demonstraram que no Centro da cidade estão os menores índices de pessoas analfabetas. Sendo assim, é fundamental verificar se fator ocorre também com a renda evidenciando onde estão os segregados economicamente no espaço urbano diferenciado na cidade de Criciúma.

Este estudo foi feito com base nos dados disponibilizados pelo **IBGE Sistema de Recuperação Automática – SIDRA (2010)** que pesquisou a situação dos domicílios particulares permanentes e a espécie de unidade doméstica, segundo o sexo e os grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio, conforme as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita. Diante da estratificação de rendimento podem-se visualizar as desigualdades de renda no território urbano de Criciúma com base na divisão de bairros, frisando que serão analisados somente os bairros que apresentam parâmetros legais de criação, conforme o IBGE

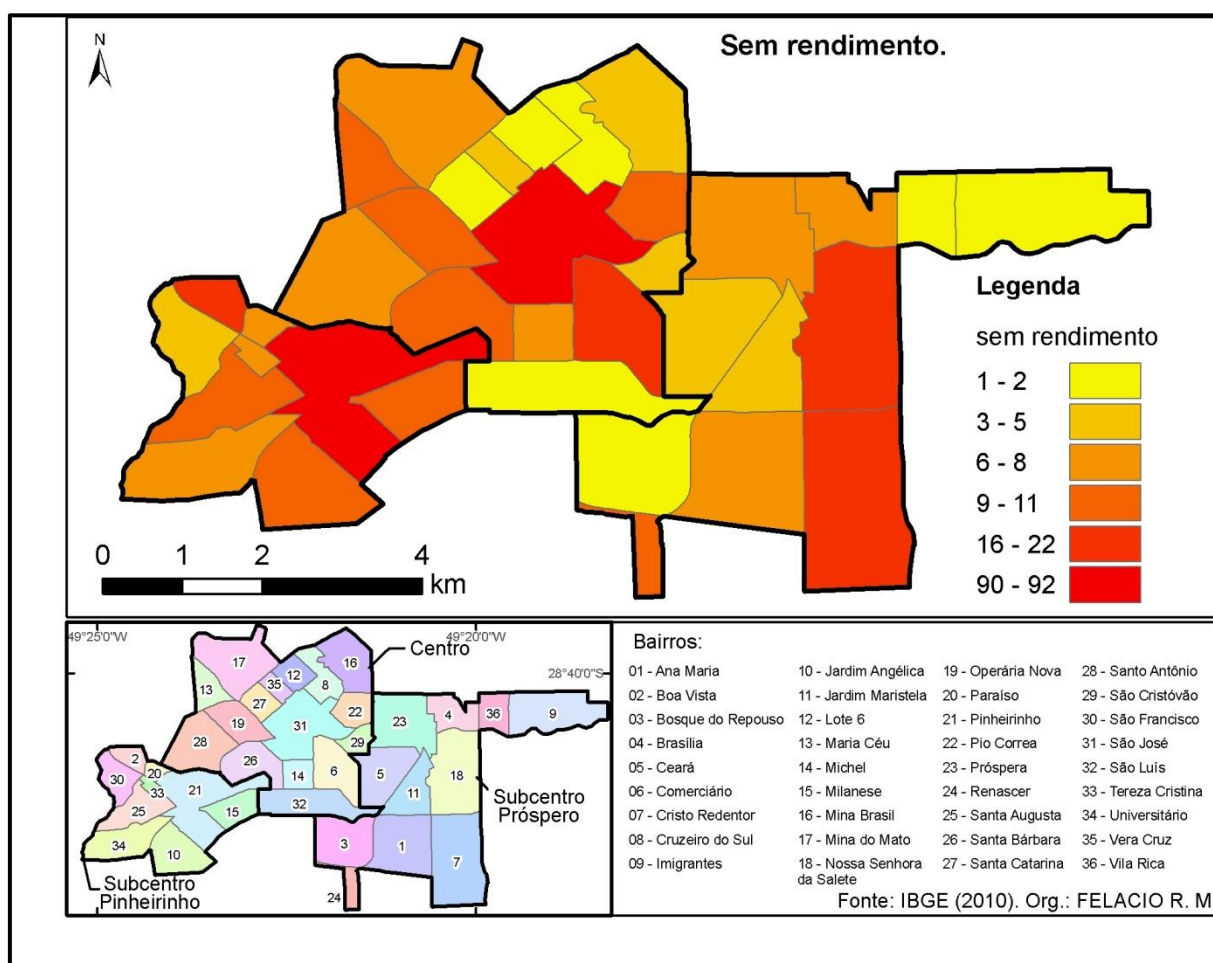
considera, principalmente por serem analisados somente os bairros com população urbana.

Para que seja possível fazer o cruzamento e atrelamento dos dados de renda com analfabetismo e escolaridade, segue-se a mesma estrutura, que divide a cidade em Centro, Subcentro Próspera e Subcentro Pinheirinho, guardadas as devidas proporções no que tange a infraestrutura disponível em ambos.

A metodologia utilizada para verificar a desigualdade de renda e o número de habitantes com rendimento a partir da situação dos domicílios particulares permanentes segundo as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita esta dividido da seguinte forma: até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, de meio $\frac{1}{2}$ a 01 salário mínimo, entre 01 e 03 salários mínimos, de 03 a 05 salários mínimos, mais de 05 até 10 salários mínimos, por fim, mais de 10 salários mínimos.

Esta análise está representada e espacializada em 08 mapas conforme os desdobramentos por nível de rendimento e com tabelas com os bairros de cada Subcentro e do Centro. No primeiro momento encontram-se os mapas com as classes de rendimentos por bairros conforme a divisão de Centro e Subcentros e estão representando o total de domicílios com ou sem rendimento per capita a partir dos bairros. No segundo momento, apresentam-se tabelas conforme a divisão de rendimento domiciliar per capita por bairro de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, de meio $\frac{1}{2}$ a 01 salário mínimo, entre 01 e 03 salários mínimos, de 03 a 05 salários mínimos, mais de 05 até 10 salários mínimos, por fim, mais de 10 salários mínimos.

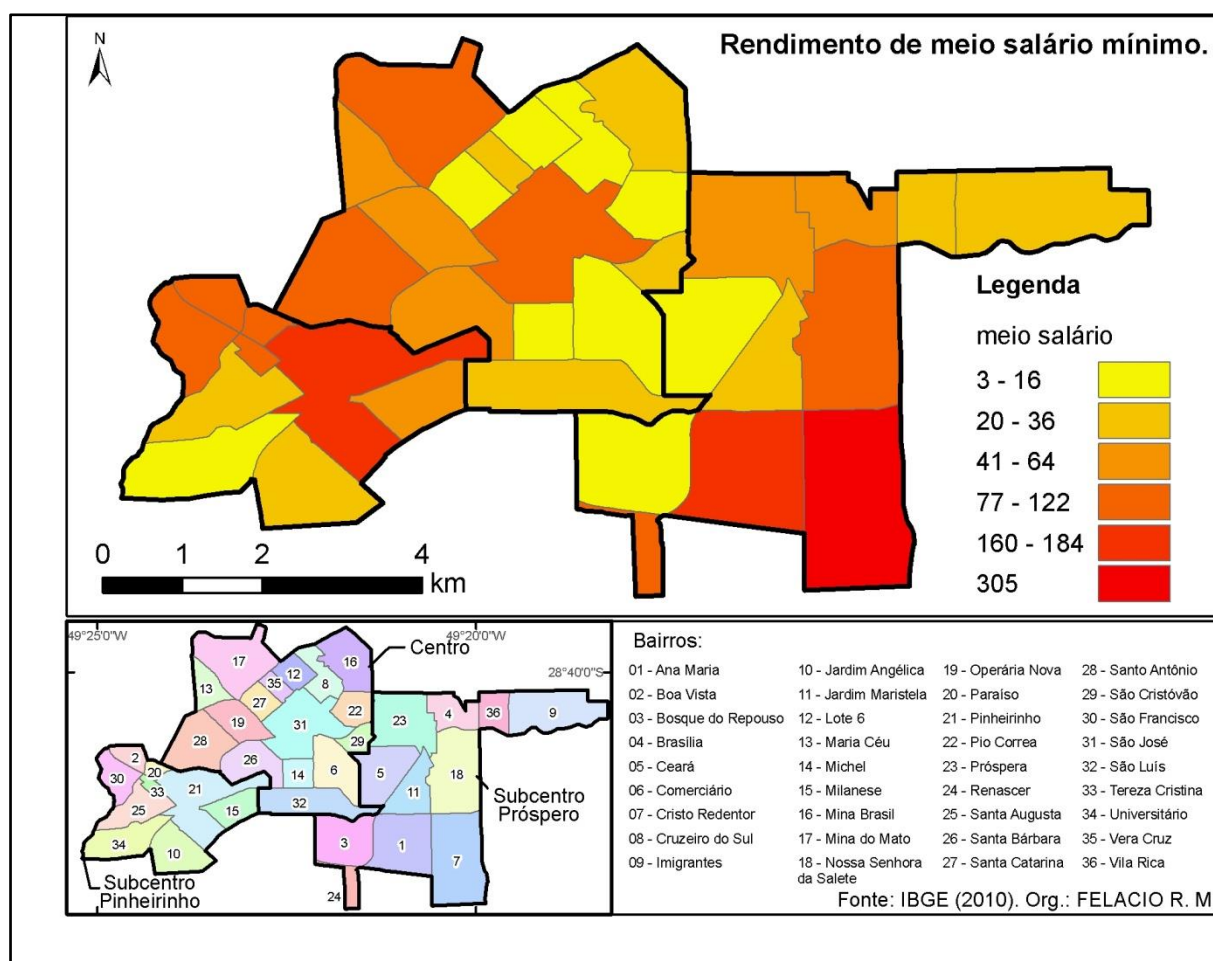
Figura 29- Bairros com o número de domicílios sem rendimento per capita conforme a divisão territorial - Centro e Subcentros cidade de Criciúma-SC



Com base na figura 29 que representa o número de domicílios sem rendimento per capita, destaca-se os bairros Pinheirinho e Boa Vista localizados no Subcentro Pinheirinho e os bairros Nossa Senhora da Salete e Cristo Redentor localizados no Subcentro Próspera, por fim os bairros São José e Comerciário localizados na área Central, são os bairros que apresentam maior número de domicílios sem rendimentos per capita.

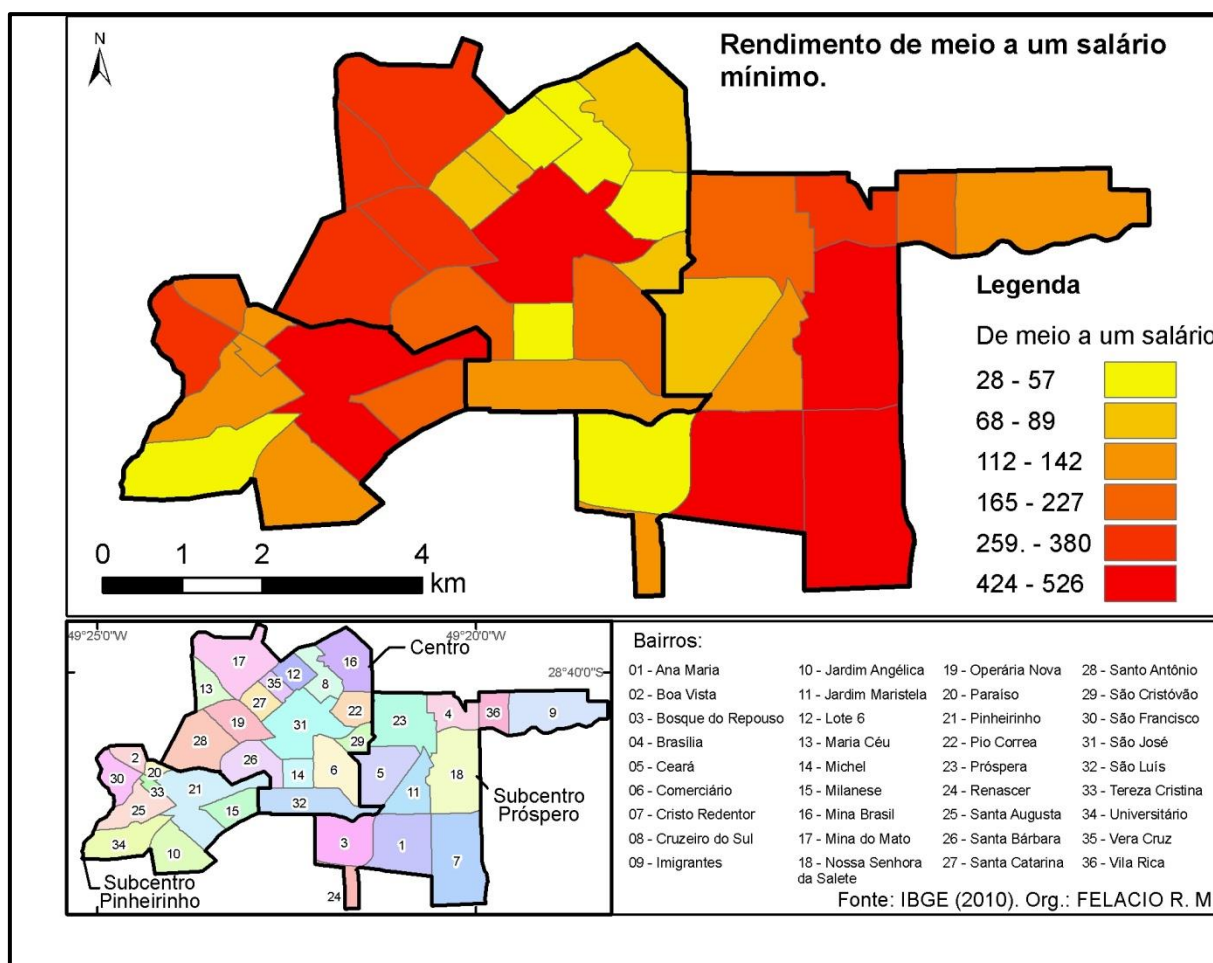
Desta forma, a figura 30 a seguir espacializa os bairros que apresentam rendimento domiciliar per capita de meio salário mínimo e é possível afirmar que os domicílios com rendimento per capita de meio salário mínimo encontram-se distribuídos por todos os bairros, porém com destaque para os bairros Cristo Redentor e Nossa Senhora da Salete localizado no Subcentro Próspera e o bairro Pinheirinho localizado no Subcentro Pinheirinho.

Figura 30- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de meio salário mínimo conforme a divisão territorial - Centro e Subcentros cidade de Criciúma-SC



Outra análise significativa que pode ser feita é comparar o mapa da figura 30 que mostra o rendimento de meio salário mínimo com o mapa da figura 31 a seguir qual representa o rendimento de meio até um salário mínimo. Nesse sentido, no mapa da figura 30 apresentam-se domicílios com rendimento de meio salário mínimo com destaque para os bairros Cristo Redentor e Nossa Senhora da Salete localizados no Subcentro Próspera e o bairro Pinheirinho localizado no Subcentro Pinheirinho. No mapa da figura 31, verifica-se apenas 06 bairros que apresentam domicílios com rendimentos per capita entre meio e um salário mínimo, ou seja, Bosque do Repouso, Cruzeiro do Sul, Lote 6, Michel, Pio Corrêa e Universitário. Os demais bairros, guardados a proporção de habitantes, apresentam rendimento de meio salário mínimo, com maior destaque para o bairro Cristo Redentor localizado no Subcentro Próspera e o bairro Pinheirinho localizado no Subcentro Pinheirinho.

Figura 31- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de meio a um salário mínimo conforme a divisão territorial - Centro e Subcentros cidade de Criciúma-SC

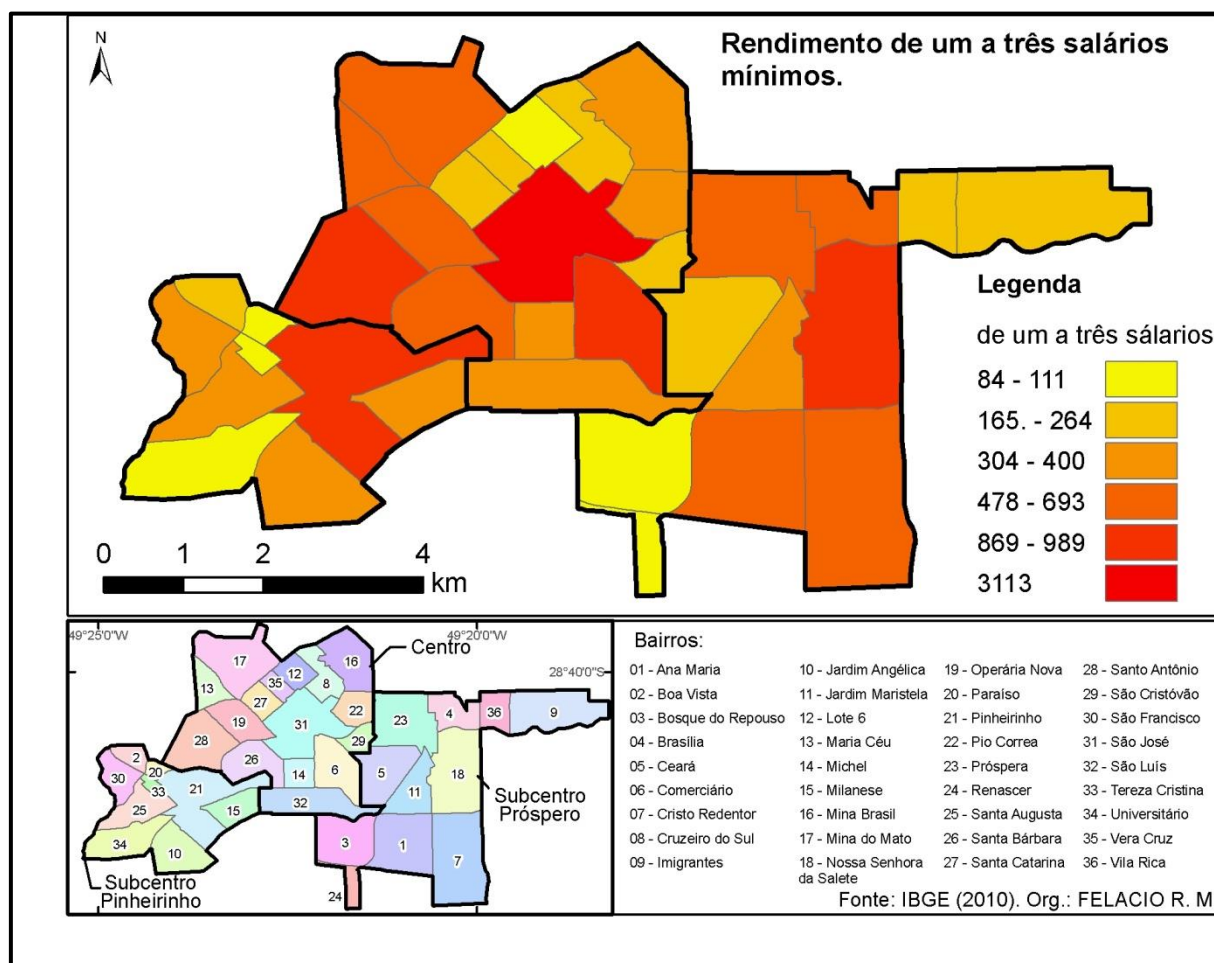


Nesta perspectiva até a figura 31 qual representa a classe de rendimento per capita dos bairros localizados no Centro e Subcentros com rendimento de meio a um salário mínimo é possível verificar a presença de bairros, ora destacando algumas áreas do Subcentro Próspera, ora destacando do Subcentro Pinheirinho e do Centro. Mas uma das informações que os mapas mostram conforme as classes de rendimento analisados até o momento é que com pouco destaque tínhamos os bairros que possuem rendimentos acima de 01 salário mínimo.

Nesse sentido, a partir da figura 32 qual representa o rendimento domiciliar per capita entre 01 e 03 salários mínimos visualiza-se a inversão da localização dos domicílios. É perceptível que alguns bairros passam a ter destaque por não estarem inseridos nessa classe de rendimento, como é o caso dos bairros Paraíso e Tereza Cristina localizados no Subcentro Pinheirinho e do bairro Renascer localizado no

Subcentro Próspera, sendo que os mesmos possuem a predominância de rendimentos domiciliar per capita de até 01 salário mínimo.

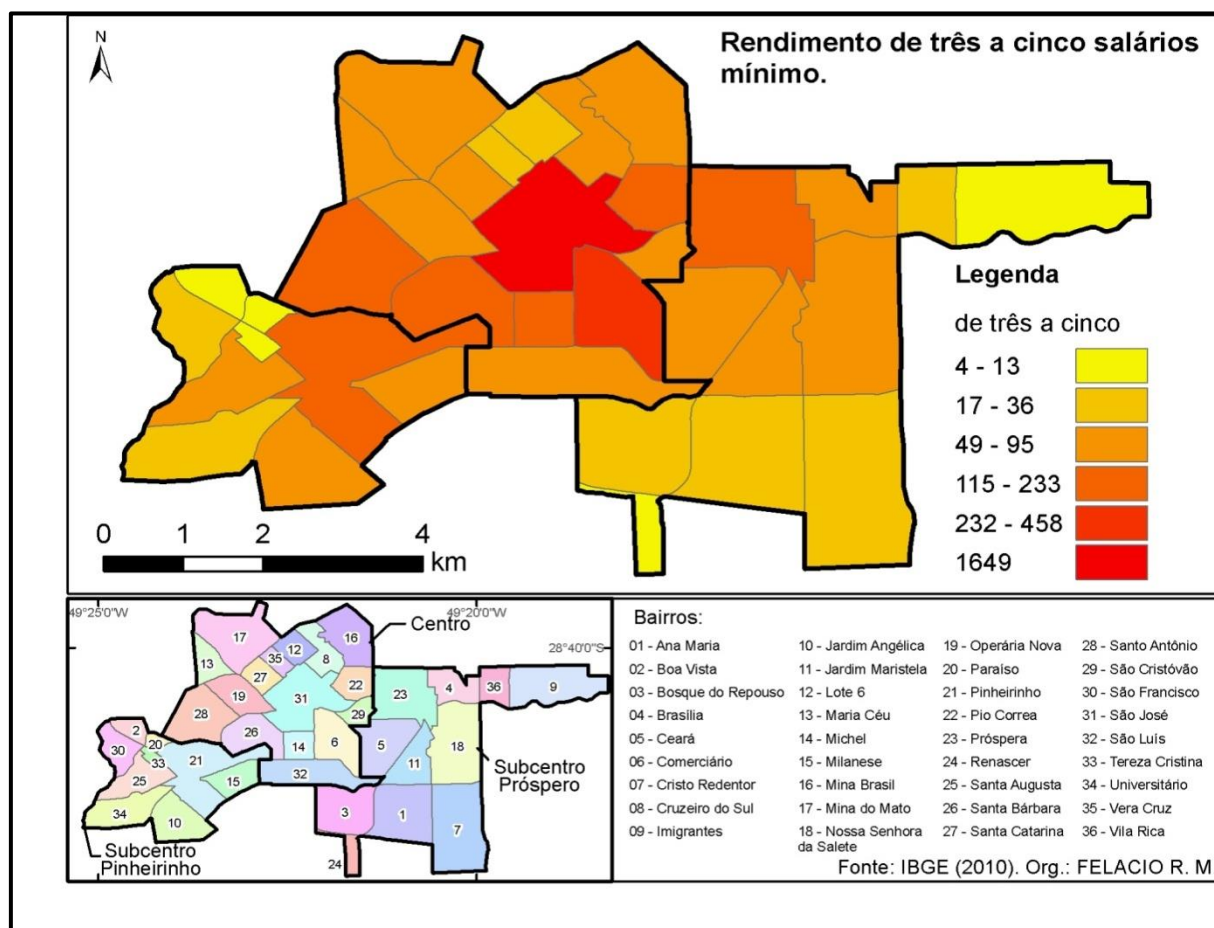
Figura 32- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de um a três salários mínimos conforme a divisão territorial - Centro e Subcentros cidade de Criciúma-SC



Na figura 32 apresentavam-se os bairros com nível de rendimento de 01 a 03 salários mínimos e exceto os bairros Paraíso e Tereza Cristina localizados no Subcentro Pinheirinho e o bairro Renascer localizado no Subcentro Próspera concentram rendimentos domiciliar per capita de até 01 salário mínimo. Sendo que se pode afirma que o nível de rendimento domiciliar per capita entre 01 e 03 salários mínimos predomina-se na maioria dos bairros em questão com maior destaque para os bairros Nossa Senhora da Salete localizado no Subcentro Próspera, o bairro Pinheirinho localizados no Subcentro Pinheirinho e o bairros Santo Antônio e São

José localizados na Área Central da cidade. Diante destas informações presente na figura 32 e comparando-as com as informações presente na figura 33 a seguir que apresenta os bairros com rendimento domiciliar per capita de 03 a 05 salários mínimos, nota-se gradativa concentração de renda em bairros localizados na Área Central da cidade de Criciúma-SC.

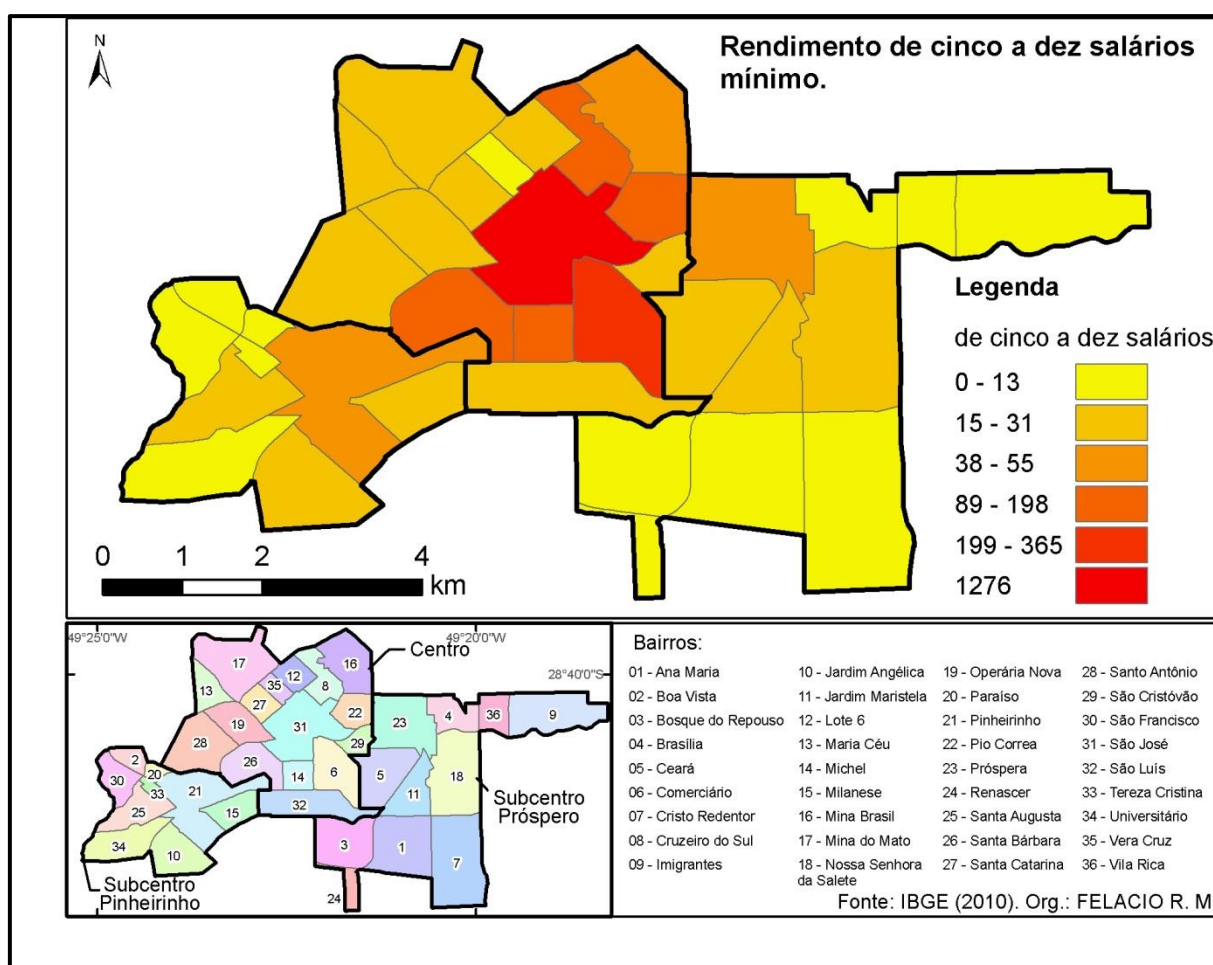
Figura 33- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de três a cinco salários mínimos conforme a divisão territorial - Centro e Subcentros cidade de Criciúma-SC



Nesse sentido, nota-se a participação gradativamente e diminuição dos rendimentos domiciliar per capita de alguns bairros localizados em ambos Subcentros e, o aumento gradativo da concentração de rendimento domiciliar per capita em bairros localizados na área Central da cidade, conforme o mapa presente na figura 33 nos mostra. Desta forma, com base no mapa elencado na figura 34 a

seguir, qual apresenta os bairros que possuem rendimento domiciliar de 05 até 10 salários mínimos, pode-se afirmar que Criciúma é uma cidade que apresenta uma relação centro/periferia, pelo menos no que tange ao nível de rendimento domiciliar per capita. Nota-se no mapa da figura 34 que a participação dos bairros tanto localizados no Subcentro Pinheirinho quanto localizados no Subcentro Próspera diminui bruscamente entre os níveis de rendimentos de cinco a dez salários mínimos, destacando principalmente o bairro São José localizado na área Central, conforme mapeado na figura 34.

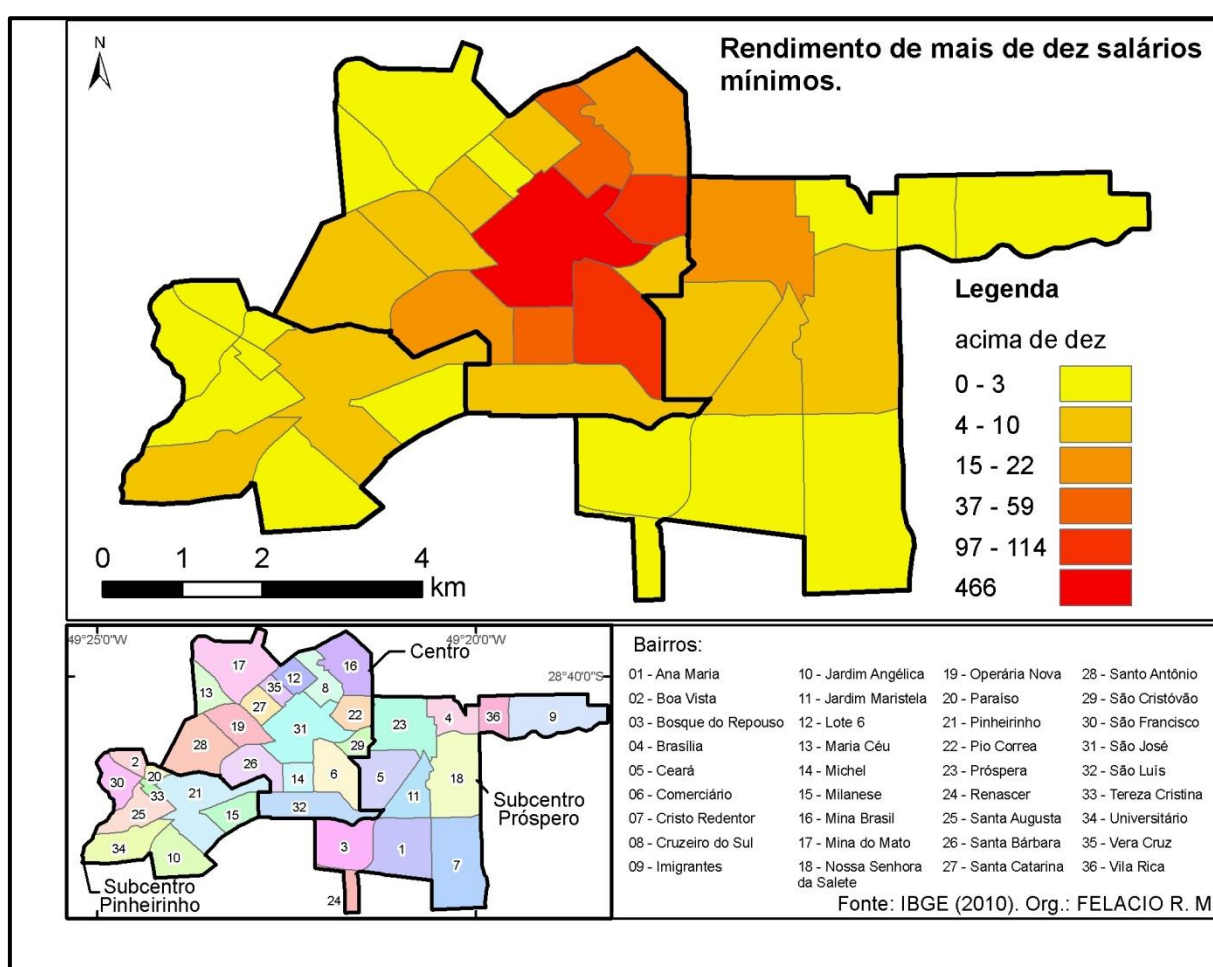
Figura 34- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de cinco a dez salários mínimos conforme a divisão territorial - Centro e Subcentros cidade de Criciúma-SC



Os dados até então mencionado evidenciam que na cidade de Criciúma existe a relação e aplicação da teoria centro/periferia que parece ficar ainda mais

visível e aplicável se compararmos o mapa da figura 34 qual representa a classe de rendimento por bairros conforme a divisão territorial Centro e Subcentros diante do rendimento domiciliar per capita de cinco a dez salários mínimos, com o mapa da figura 35 que representa a classe de rendimento domiciliar per capita de mais de dez salários mínimos, que se encontra a seguir.

Figura 35- Bairros com o número de domicílios com rendimento per capita de dez salários mínimos conforme a divisão territorial - Centro e Subcentros cidade de Criciúma-SC

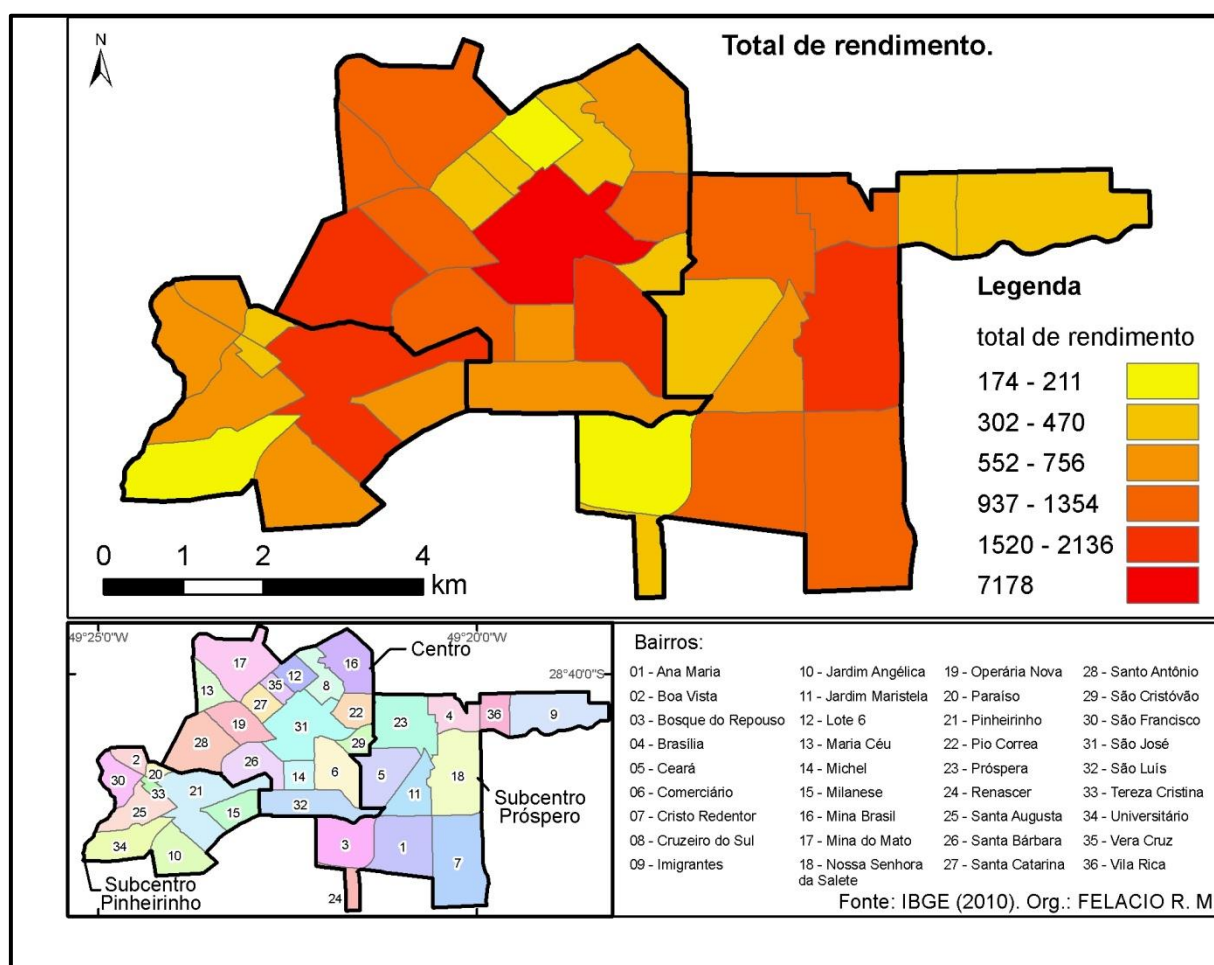


Nesse sentido, a partir da figura 35 é possível visualizar a concentração de renda na área Central da cidade, principalmente nos bairros São José, Pio Correa e Comerciário, deixando visível e evidente a pouca participação dos bairros que integram os Subcentros conforme o nível de rendimento domiciliar per capita com exceção do bairro Próspera localizado no Subcentro Próspera. Essa analogia evidencia que a teoria centro/periferia parece adequar-se claramente na cidade de

Criciúma. Pois é possível afirmar que o bairro São José localizado no Centro é o que mais concentra renda e com maiores rendimentos domiciliares per capita, seguido dos bairros Pio Correa e Comerciário.

Nesta perspectiva utilizando a variável renda e com base nos mapas em questão é possível afirma que os maiores níveis de rendimentos então localizados no centro da cidade. E que a predominância de rendimento dos 36 bairros em questão está entre 01 e 03 salários mínimos, destacando o bairro São José localizado na área Central com concentração de rendimento domiciliar per capita acima de dez salários mínimos em contraste com os bairros Paraíso, Renascer e Tereza Cristina que apresentam menor rendimento domiciliar per capita na cidade não ultrapassando 01 salário mínimo.

Figuras 36- Bairros com o número de domicílios com o total de rendimento per capita conforme a divisão territorial - Centro e Subcentros cidade de Criciúma-SC



Por fim, encerraram-se as contextualizações dos mapas apresentados a partir das três divisões territoriais Centro, Subcentro Pinheirinho e Próspera com ênfase no total de rendimento domiciliar per capita que buscou caracterizar o aspecto econômico vigente na cidade elencados na figura 36. E inicia-se nesse sentido, conforme a divisão de rendimentos domiciliar per capita a partir dos bairros de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, de meio $\frac{1}{2}$ a 01 salário mínimo, entre 01 e 03 salários mínimos, de 03 a 05 salários mínimos, mais de 05 até 10 salários mínimos, por fim, mais de 10 salários mínimos. Apresenta-se assim, em números absolutos o rendimento domiciliar per capita dos bairros localizados no Subcentro Pinheirinho, conforme a tabela 10 a seguir.

Tabela 10- Rendimentos mensais per capita por domicílios dos bairros localizados no Subcentros Pinheirinho cidade de Criciúma-SC

BAIRROS	SALÁRIO(S)							
	Total de Domicílios	Até $\frac{1}{2}$	De $\frac{1}{2}$ a 1	De 1 a 3	De 3 a 5	De 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimentos
Universitário	211	05	50	111	27	08	10	06
Tereza Cristina	311	78	117	103	04	01	-	08
Paraíso	342	122	124	84	04	-	-	08
Boa Vista	574	98	186	264	06	03	01	16
Milanesa	680	42	165	385	61	16	-	11
Jardim Angélica	625	21	136	366	67	24	02	09
São Francisco	756	84	261	375	22	08	01	05
Santa Augusta	676	32	136	400	72	23	02	11
Pinheirinho	1.807	160	459	922	129	40	05	92

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Com base na tabela 10 é possível analisar o rendimento per capita mensal dos domicílios e verificar a existência da desigualdade de renda entre eles. O bairro Universitário, por exemplo, possui um total de 211 domicílios e apenas 05

apresentam rendimento nominal per capita de $\frac{1}{2}$ salário, 50 domicílios com ganhos entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo, concentrando maior número entre 01 e 03 salários, que somam 111 domicílios, sobretudo, este bairro apresenta domicílios com rendimento acima de 10 salários.

Comparando o bairro Pinheirinho com o bairro Tereza Cristina qual possuem apenas 100 domicílios a mais que o bairro Universitário. O bairro Tereza Cristina possui 311 domicílios destes 78, ou seja, 25,8% apresentam ganhos per capita de apenas $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 117 o que corresponde a 37,7% dos domicílios com ganhos de $\frac{1}{2}$ até 01 salário mínimo. Nesse sentido, verifica-se que 63,5% dos domicílios existentes no bairro Tereza Cristina ganham até 01 salário mínimo.

Analisando-se outros dois bairros Paraíso e Boa Vista ambos localizados no Subcentro Pinheirinho, verifica-se que a realidade destes bairros, no que tange os ganhos per capita não é diferente do bairro Tereza Cristina. O bairro Paraíso possui 35,70% dos seus domicílios com ganhos per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 36,35% dos domicílios com rendimento entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo, totalizando 72,05% dos domicílios com rendimentos até 01 salário mínimo.

Nesse sentido, o bairro Boa Vista apresenta 17,07% dos domicílios com rendimento per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 32,04% com rendimentos entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo, o que resulta em 49,11% do total de domicílios possuem rendimentos até 01 salário mínimo. Desta forma, afirma-se que entre os bairros que integram o Subcentro Pinheirinho, o bairro Paraíso ocupa o terceiro lugar em números total de domicílios com 342 e o primeiro lugar entre os que possuem ganhos de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, na frente do bairro Boa Vista e Tereza Cristina que juntos os três bairros representam 20,52% dos domicílios existentes no Subcentro Pinheirinho.

Mas o que estes dados representam na sua totalidade e na realidade econômica e social da cidade de Criciúma? Ora – primeiramente é factível a desigualdade de renda entre os bairros que compõem o Subcentro Pinheirinho. Segundo representa que o nível de rendimento predominante e de até 01 salário mínimo, salvas algumas exceções que apresentam ganhos entre 01 e 03 salários mínimos. E terceiro ponto a ser destacado é que os dados evidenciam que a realidade econômica desses bairros vai ao encontro da realidade educacional dos mesmos. Evidenciando que os bairros nos quais apresentam menores rendimentos per capita são os mesmos que apresentam os piores índices de escolaridade,

sobretudo, que os bairros com esses dois aspectos deficitários, obviamente são os que apresentam maiores precarização das moradias e do acesso à urbanidade.

Nesse sentido e estrutura metodológica busca analisar a realidade econômica dos domicílios por bairros com rendimentos per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, de meio $\frac{1}{2}$ a 01 salário mínimo, entre 01 e 03 salários mínimos, de 03 a 05 salários mínimos, mais de 05 até 10 salários mínimos, por fim, mais de 10 salários mínimos, localizados no Subcentro Próspera conforme a tabela 11 a seguir.

Tabela 11- Rendimentos mensais per capita por domicílios dos bairros localizados no Subcentros Próspera cidade de Criciúma-SC

BAIRROS	SALÁRIO(S)							
	Total de Domicílios	Até $\frac{1}{2}$	De $\frac{1}{2}$ a 1	De 1 a 3	De 3 a 5	De 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimentos
Bosque do Repouso	174	11	47	88	19	04	03	01
Imigrantes	367	24	117	209	13	02	01	01
Renascer	369	104	137	110	06	01	-	11
Ceará	376	14	68	217	49	29	06	03
Vila Rica	465	36	166	239	17	05	-	02
Jardim Maristela	570	22	112	330	72	26	05	03
Brasília	1.008	62	286	589	53	09	01	08
Próspera	1.064	57	227	602	118	38	15	07
Ana Maria	1.268	184	424	607	36	09	01	07
Cristo Redentor	1.354	305	526	478	20	03	-	22
Nossa Senhora da Salete	1.661	111	453	959	95	15	06	22

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Dentre os bairros presentes na tabela 11 localizados no Subcentro Próspera, todos apresentam rendimento per capita conforme os níveis de rendimentos. Merece destaque o bairro Brasília, qual ocupa o terceiro lugar em número total de domicílios, ou seja, 21,55% do total de domicílios. Este bairro apresenta 6,15% dos seus domicílios com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 28,37% dos domicílios com

ganhos per capita de $\frac{1}{2}$ até 01 salário mínimo, totalizando 34,52% dos domicílios que possuem rendimento per capita de até 01 salário mínimo.

Nesse sentido, o bairro Nossa Senhora da Salete que possui 35,50% do total de domicílios localizados no Subcentro Próspera e que possui 6,68% dos seus domicílios com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 27,28% dos domicílios com ganhos per capita de $\frac{1}{2}$ até 01 salário, o que resulta em 33,96% dos domicílios com rendimento per capita de até 01 salário mínimo. Nesta perspectiva o bairro Brasília e o bairro Nossa Senhora da Salete representam 57,05% dos domicílios localizados no Subcentro Próspera e concentram 68,48% dos domicílios com rendimento per capita até 01 salário mínimo.

Com intuito de comparar a desigualdade de rendimento, analisa-se o bairro Ceará também localizado no Subcentro Próspera no qual possui apenas 8,04%, ou seja, 376 domicílios localizados neste Subcentro, dentre 19,15% domicílios possuem rendimentos per capita de até 01 salário mínimo, 70,74% com rendimentos de 01 até 05 salários mínimos e 9,31% com rendimentos acima de 05 salários mínimos. O bairro Ceará é que menos possui domicílios e o segundo com maior rendimento acima de 05 salários mínimos.

Nesse sentido, estes bairros localizados no Subcentro Próspera apresentam desigualdade e concentração de renda, predominando domicílio com níveis de rendimento per capita entre 01 e 03 salários mínimos. Diante disso, entre os bairros nota-se a existência da desigualdade de renda, na mesma lógica e proporção na da alfabetização, ou seja, os bairros com menor renda são os respectivos bairros que apresentam maior taxa de analfabetos.

Seguindo esta analogia, busca-se analisar os bairros que integram este Subcentro Próspera e que recebem menor influência econômica e dos serviços urbanos básicos essenciais para os habitantes. Busca-se verificar nestes bairros se o baixo rendimento também está atrelado à taxa de analfabetismo, como foi possível verificar até então com os respectivos bairros analisados anteriormente.

Diante dos dados evidenciados na tabela 11 nota-se que alguns bairros não apresentam rendimentos acima de 10 salários mínimos, como é o caso dos bairros Renascer, Vila Rica e Cristo Redentor. Dentre eles, os bairros Renascer, Cristo Redentor e Ana Maria, evidenciam baixos rendimentos. No bairro Renascer, por exemplo, 369 domicílios apresentam rendimentos per capita, dentre eles 104, (28,18%) possuem rendimento per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 137 domicílios

entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo o que corresponde 37,12% dos domicílios, totalizando 65,30% dos domicílios possuem rendimento per capita de até 01 salário mínimo.

Esta realidade não é diferente no bairro Ana Maria também localizado no Subcentro Próspera. Este bairro apresenta um universo de 1.268 mil domicílios dentre eles 14,52%, ou seja, 184 domicílios apresentam rendimentos per capita de até $\frac{1}{2}$ salários mínimos e 33,43% o que corresponde a 424 domicílios com ganhos entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo, totalizando 608, ou seja, 47,95% dos domicílios possuem rendimentos de até 01 salário mínimo. Estes dois bairros Renascer e Ana Maria representam 40,95% do total dos domicílios com rendimento per capita e 40,78% do total de domicílios com rendimento de até 01 salário mínimo.

Nesse sentido, o bairro Cristo Redentor apresenta um universo de 1.354 domicílios com renda per capita o que corresponde a 33,87% do total de domicílios, dentre eles 305 apresentam rendimento per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, ou seja, 22,52% e 31,31% o que corresponde a 424 domicílios com rendimento entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo, ou seja, 31,83% dos domicílios possuem rendimento per capita de até 01 salário mínimo.

Sendo assim, estes três bairros Ana Maria, Cristo Redentor e Renascer somam 2.991 ou 74,83 % do total de domicílios existente neste recorte territorial da cidade e, 80,73% dos domicílios existente nestes três bairros apresentam rendimento per capita de até 01 salário mínimo e apenas 15,18% possuem ganhos entre 01 e 03 salários mínimos sendo possível afirmar o baixo rendimento domiciliar per capita, sobretudo, afirmar a existência da desigualdade de renda na cidade comparando-os estes bairros com a totalidade dos localizados nos recortes territoriais em questão.

Mas o que estes bairros elencados até o momento apresentam em comum? O que a diferenciação de rendimento tem haver com a educação? Ora – em capítulo anterior foi evidenciado que quanto maior o nível de escolaridade concomitantemente tem-se maior rendimento. Portanto, os dados em questão mostram que os bairros dos respectivos Subcentros apresentam maiores taxas de analfabetismo e são os mesmos bairros que apresentam os menores rendimentos per capita por domiciliar. É perceptível, principalmente que não se pode negar o papel da educação para diminuição da desigualdade de rendimento ou seria o oposto diminui-se a desigualdade de renda concomitantemente diminui-se o analfabetismo?

Seguindo tais interrogações e em busca de finalizar a análise no que tange à educação e renda verifica-se a realidade econômica dos respectivos bairros que estão localizados no Centro da cidade. Em dados educacionais anteriormente elencados verificaram-se que estes bairros são os que apresentam menores índices de analfabetismo em relação aos demais citados localizados nos Subcentros. Nesse sentido, será que teremos nesses mesmos bairros os maiores rendimentos? Será que a situação econômica per capita dos domicílios presentes nos respectivos bairros apresenta discrepância de renda entre os mesmos e com os demais bairros estudados? Para responder tais interrogativas analisa-se a tabela 12.

Tabela 12- Rendimentos mensais per capita por domicílios dos bairros localizados na área Central da cidade de Criciúma-SC

BAIRROS	SALÁRIO(S)							
	Total de Domicílios	Até ½	De ½ a 1	De 1 a 3	De 3 a 5	De 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento
Lote 6	178	06	28	89	30	16	08	01
Vera Cruz	302	27	68	165	23	13	02	04
Santa Catarina	354	10	68	184	50	31	09	02
Cruzeiro do Sul	470	09	53	174	81	93	59	01
São Cristóvão	463	21	89	258	58	29	05	03
Mina Brasil	552	20	88	304	63	55	17	05
São Luiz	672	27	142	393	79	21	08	02
Michel	680	07	53	327	144	105	37	07
Pio Correa	937	03	57	340	233	198	97	09
Maria Céu	962	64	259	508	72	17	02	09
Operaria Nova	1.113	61	317	610	89	23	04	09
Mina do Mato	1.193	96	351	656	62	20	01	07
Santa Barbara	1.230	41	187	693	188	89	22	10
Santo Antônio	1.520	116	380	869	115	27	05	08
Comerciário	2.136	16	174	989	458	365	114	20
São José	7.178	77	507	3.113	1.649	1.276	466	90

Fonte: IBGE (2010)

Org.: FELACIO. R. M

Desta forma, conforme o nível de rendimento per capita por domicílios mencionados na tabela 12 envolvendo 16 bairros quais somam 19.940 mil domicílios com rendimentos per capita dentre eles 3.422mil ou 17,16% são domicílios com renda per capita de até um salário mínimo, 9.672 mil o que corresponde a 48,50% dos domicílios com rendimento entre 01 e 03 salários mínimos e 3.394 mil, ou seja, 17,02% são domicílios com renda per capita acima de 03 salários mínimos.

Esta estratificação da renda caracteriza que os bairros localizados na área Central da cidade apresentam características diferentes dos demais bairros localizados nos Subcentros. Sendo que os bairros estudados nos dois Subcentros eram visíveis à predominância da renda de até 03 salários mínimos e com número significativo de rendimento de $\frac{1}{2}$ até 01 salário mínimo. Porém, dentre os bairros da área Central é perceptível que a estratificação da renda não é discrepante e, é notório, que os domicílios com maior rendimento da cidade de Criciúma ainda estão localizados no Centro da cidade.

Dessa forma pode-se afirmar que o bairro Pio Correa, Comerciário e São José, localizados na área Central concentram 78,28% do total de domicílios o que corresponde a 10.251 mil domicílios, destes apenas 0,93% possuem rendimentos de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 8,60% entre $\frac{1}{2}$ até 01 salário mínimo, 43,33% com rendimentos de 01 a três salários mínimos, 22,82% de 03 a 05 salários mínimos e 24,54% de 05 ou mais salários mínimos. Pode afirmar-se que estes três bairros Pio Correa, Comerciário e São José possuem 47,35% dos domicílios com rendimento per capita acima de 03 salários mínimos e apenas 9,53% dos domicílios com rendimento per capita de até 01 salário mínimo, caracterizando-os como sendo os bairros de Criciúma de maior concentração de renda.

Nesse sentido, finalizando o estudo sobre a situação econômica dos domicílios conforme as classes de rendimento nominal mensal per capita dos bairros localizados na área Central. Nota-se a predominância de rendimentos entre 01 e 03 salários mínimos concentrando a maioria dos domicílios com rendimentos entre 01 e 03 salários mínimos.

Por exemplo, o bairro Vera Cruz com 302 domicílios ocupa o segundo lugar em número de domicílios representando 4,41% do total de domicílios, destes 8,94% possuem rendimentos de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 22,51% apresentam rendimentos de $\frac{1}{2}$ até 01 salário mínimo. Totalizando 31,45% dos domicílios existente neste bairro possuem rendimento per capita até 01 salário mínimo. Nesta mesma

perspectiva o bairro Mina Brasil localizado na Área central de Criciúma, contém 552 domicílios com rendimento per capita dentre eles 108 domicílios com ganhos de até 01 salário mínimo, ou seja, 19,56%, 304 domicílios o que corresponde a 55,07% com rendimento entre 01 e 03 salários mínimos 24,45% ou 135 domicílios acima de 03 salários mínimos com rendimento per capita.

Neste bairro verifica-se uma estratificação de renda, porém superior à média de rendimentos dos bairros localizados nos Subcentros. Desta forma, comparando todos os bairros elencados nas tabelas que representam os números de domicílios conforme as classes de rendimento nominal mensal per capita da Área Central, Subcentro Próspera e Subcentro Pinheirinho, verifica-se que além de apresentarem desigualdade de renda dentro dos próprios recortes territoriais de estudo apresentam desigualdade de renda de uma área para outra.

Portanto, analisando o total de domicílios 34.598 mil existentes nos três recortes territoriais Centro, Subcentro Próspera e Pinheirinho é possível afirmar que 6,28% dos domicílios possuem rendimentos de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 20,28% possuem rendimentos per capita de até 01 salário mínimo. Estes níveis de rendimentos somam 26,56% do total de domicílios com rendimentos per capita e ganhos de até 01 salário mínimo.

É possível afirmar também que 49,53% do total de domicílios apresentam rendimentos de 01 a 03 salários mínimos, classificando a cidade de Criciúma com desigualdade de rendimento per capita por domicílios, sobretudo, por apresentar uma amplitude de renda significativa entre os 26,56% do total dos domicílios com menor rendimento até 01 salário mínimo com os 23,91% do total de domicílios com rendimento per capita acima de 03 salários mínimos.

Desta forma, os indicadores e dados sobre renda e educação utilizados até o momento evidenciam que estes aspectos possuem influência direta na estrutura social podendo intervir nos níveis de desigualdade social, na morfologia urbana da cidade e principalmente na segregação socioespacial. Ambos os aspectos, são construídos a partir de políticas e/ou interesses de classes antagônicas, contraditórias e hegemônicas, que cultuam a ideia de que à educação é o caminho para que tenhamos uma sociedade menos desigual.

Sim! À educação é o caminho, não estou negando isto. Mas é um tanto quanto utópico, sendo que a educação, vigente em Criciúma é organizada e disponibilizada conforme Mészáros (2008) pelas classes dominantes, estas por sua

vez, impõem uma educação para o trabalho, com apenas um objetivo, de manter determinado grupo social dominado, alienado, sem condições materiais de ascensão social.

À educação, em todos os níveis, seja regulamentada e/ou promovida pelo Estado apresenta diante da perspectiva de Mészáros (2008) um suposto zelo ideológico – para a perpetuação da sociedade de mercadorias e reproduções das desigualdades, impossibilitando que a mesma sirva para ir além do capital visando uma ordem social qualitativamente diferente. Esta perspectiva ideológica imposta na educação com o intuito de preparar apenas para atender o capital, não poderia construir outra sociedade que não seja está, desigual e segregada socialmente. Este fator caracteriza e explica por qual motivo a minoria concentra a maior parte da renda enquanto que a maioria é os que menos ganham.

Diante disso, não poderia ser diferente, já que a desigualdade da renda está atrelada a desigualdade de escolaridade. É fato que a estratificação de renda caracteriza e evidencia que à educação é premissa para obter maior renda e, isto ficou comprovado na cidade de Criciúma quando se verifica que no Centro da cidade apresenta o menor índice de analfabetismo e concentra a população com maior rendimento, sobretudo, que os padrões de segregação socioespacial são diferentes, pois a segregação socioespacial nesta cidade está atrelada a desigualdade da educação e da renda, manifestando-se de forma diferenciada no espaço urbano e materializando-se heterogeneamente sobre o território.

CONSIDERAÇÕES

Observou-se no primeiro momento desta pesquisa que o capital em suas mais variadas formas e modos de acumulação necessita e precisa em certo momento fixar-se. E esta lógica produtiva, acumulativa e desigual faz com que tenhamos cidades heterogêneas, principalmente no que tange os aspectos econômicos e sociais. Esta diferenciação é necessária para o capitalismo e é produto deste sistema. Todo e qualquer investimento, seja de ordem pública ou privada tende a concentrar-se em local definido pela lógica capitalista em um modelo de produção definido pelo capital, que busca, entre outras coisas, acumulação e reprodução de riquezas, aprofundando a concentração de renda.

Esta lógica produtiva desigual é fundamental e necessária para o capitalismo e, dialeticamente, produto do capitalismo, que de modo geral conduz a produção e reprodução do espaço, sobretudo, urbano no mundo pós-moderno. O espaço urbano, produto das relações de produção e da cidade é meio e *lócus* para as relações de produção na/da cidade, apresentando um valor de uso e valor de troca. Dinâmica que se constituiu como produto, condição e meio para as relações capitalistas de produção e para a ação de uma diversidade de agentes que produzem e reproduzem o espaço de forma desigual.

No segundo momento buscou-se através da pesquisa, pensar este modo de produção capitalista, sobretudo, pensar o espaço urbano brasileiro no qual se remete a inúmeros problemas, primordialmente de ordem social, tendo como pressuposto as relações de poder presente no mesmo. O resultado das relações de poder presente nas relações sociais de produção manifestadas por diferentes figuras, neste caso, agente produtor e modelador do espaço urbano resulta em um crescimento econômico, desigual, porém combinado conforme Harvey (2003).

Estas relações de poder dialeticamente articuladas, contraditoriamente atuantes, simbolicamente vigentes, produzem e reproduzem espaços diferenciados e conflituosos, territórios com maior ou menor concentração de atividades econômica e desenvolvimento social cuja dialética de certas atividades econômicas, altera consideravelmente a valorização do espaço. Essas relações de poder, produto da reprodução do capital, são inseparáveis da esfera simbólica, do fator político ou do micropolítico, segundo as correlações existentes na sociedade.

O espaço, neste caso, passa a ter o que Lefebvre (2008), afirmou como característica de ser politicamente instrumental, facilitando, com isso, o controle da sociedade, mas que tende a ser disfarçada e que assume uma aparência externa de neutralidade sendo que a política é um fator fundamental para materializar as relações de poder constituídas a partir do poder econômico que controlam e controlarão as relações de produção.

Este emaranhado de poderes e contra poderes, regulados e controlados por algumas figuras simbólicas e diferentes que agem na produção e/ou reprodução do espaço mais que desigual socialmente, territorialmente e economicamente, produz e produzirão uma cidade com características e estrutura social e econômica totalmente segregada com ampla diferenciação socioespacial. Esta segregação e diferenciação socioespacial é necessário para o capitalismo e seu processo de acumulação.

Portanto, enquanto este modo de produção estiver vigente e atuante, não teremos cidades, sem desigualdades sociais, territoriais e econômicas, estes fatores são primordiais para o processo de expansão e acumulação capitalista. Principalmente para que os diferentes agentes produtores do espaço, neste caso, urbano, prossigam atuando e competindo pela sua produção e apropriação, de acordo com os diferentes interesses que afloram em sua realização, ora priorizando o fator público, ora o fator privado, ora os aspectos coletivos, ora os elementos individuais. Porém negando-se para determinado grupo social o direito à cidade, mas, dando-lhes a cidade do direito com base na perversidade do lucro.

Mais do que isso, a partir das relações de poder, sobre a cidade, seja o poder simbólico, político, econômico ou ideológico legitimado pelos agentes imobiliários, pelos promotores imobiliários, pelos donos dos meios de produção, pelos empresários envolvidos na/da cidade, detentores de poder, sobretudo de capital, não descartando o poder público local, por também ser um agente capitalista. Todos com menor ou maior influência exercem seus poderes hegemônicos, suas vontades econômicas e também política sobre a sociedade civil, transformam a cidade em mera mercadoria e produto do capitalismo.

Estas relações de poder presente na produção do espaço em Criciúma vão ao encontro da ideia e dos mecanismos mencionados por Carlos (2001) sendo que tal produção é feita a partir de três esferas, que tem como premissa a dominação política, necessária para obter-se a acumulação do capital, que dialeticamente são

responsáveis pela realização da vida humana. Estas três esferas diferentes, porém articuladas, produz e reproduz o espaço em Criciúma, dominando-o e apropriando-o, simbolicamente e fisicamente.

Ora, se o espaço é um espaço produzido, uma formação espacial, o mesmo não seria uma formação espacial se o processo de produção não fosse, em verdade, um processo de reprodução social. Seria! Se revertermos o que se manifesta na prática e na realidade encontrada em Criciúma. Seria um processo de reprodução social se não ocorresse com a cidade o que Lefebvre (1999) menciona: o capital impõe à cidade sua lógica centrada na produção e reprodução do espaço e das relações de produção do mesmo. E que esta imposição do capital apropria-se do excedente econômico, do poder político transformando essa produção social e a cidade em produto do capital. O espaço privilegiado da reprodução da sociedade fica, então, subordinado à lógica do capital, constituída de permanência e ruptura que envolve os processos das relações de poder que fragmentam e disputam os territórios envolvidos na produção do espaço fragmentado e segregando, socialmente e espacialmente com maior ou menor proporção de certos grupos sociais e áreas da cidade.

Diante deste processo, no terceiro momento da pesquisa verificou-se quem são estes produtores e reprodutores do espaço fragmentado e segregado, socialmente e espacialmente com maior ou menor proporção de certos grupos sociais e áreas da cidade de Criciúma, bem como suas práticas no espaço urbano dominado e apropriado, subordinado a lógica do capital nas suas mais variadas formas de acumulação de riquezas.

Verificou-se em Criciúma que os capitalistas e/ou agentes produtores do espaço, são com maior ou menor proporção, dependendo do local ou área da cidade os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários o Estado e os grupos sociais “excluídos” corroborando com a teoria de Corrêa (2011). Então estes agentes possuem funções e poder que desempenham heterogeneamente sobre e na cidade de Criciúma, o que muda é a escala na qual estes agentes irão atuar, com práticas, formas e interesses distintos.

Este contexto permite e possibilita verificar a segregação socioespacial como uma expressão espacial, produto da atuação dos agentes produtores do espaço urbano de Criciúma, que se materializou no mesmo, no qual é um meio de reprodução social. Meio de reprodução social, pois este espaço social age como um

elemento condicionador sobre a sociedade, sendo que a segregação socioespacial é um meio e forma de manter os privilégios para a classe dominante, tampouco um meio de controle e de reprodução econômica e social. É o meio e a forma da classe dominante, pois a mesma age sobre as demais classes sociais, impondo a necessidade de manutenção da divisão de classes sociais desempenhando papéis previamente destinados com o intuito de reproduzir e estabelecer a divisão social com base na divisão social do trabalho, da renda sobre e na cidade de Criciúma.

A segregação socioespacial presente em Criciúma está atrelada a divisão social do espaço urbano com objetivos, interesses sociais e econômicos distintos, imposto por um grupo de agentes produtores que buscam atender a uma classe específica, neste caso os donos dos meios de produção. Então as diferenças socioespaciais, estão diretamente relacionadas com as funções que o sistema capitalista de produção necessita e produz na cidade para reprodução e acumulação de riquezas. Desta forma o espaço urbano é organizado com disparidade e contradições no que tange sua forma e funções para atender as necessidades do capitalismo e, em último momento da sociedade.

Esta lógica produtiva do espaço urbano de Criciúma faz com que tenhamos a cidade segregada socialmente e espacialmente, trazendo significativos problemas sociais. Um deles identificados na cidade é que as classes sociais com menor poder aquisitivo residem em áreas da cidade com maiores problemas de saúde, com escolas de baixa qualidade, de modo geral com menor infraestrutura e gastando mais com transporte urbano coletivo. Reforçando e contribuindo para o enfraquecimento das relações sociais e para surgimento e aumento da violência urbana.

Este processo e o tipo de segregação socioespacial presente em Criciúma é explicado e vai ao encontro da premissa colocada por Villaça (2001) de que nenhum aspecto da sociedade poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica, sobretudo, de poder político que ocorre em nossa sociedade. O momento de Criciúma mostra-nos que a segregação socioespacial do ponto de vista político é produto e produtora do conflito social, tem como objetivo conforme Villaça (2001) separar a cidade porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado é o confronto econômico, político e social e, principalmente mais oportuno será para o capital se metamorfosear-se e acumular-se.

Diante da necessidade do capital se metamorfosear-se no quarto momento da pesquisa estudaram-se quais são os mecanismos e formas para que possa ocorrer a acumulação de riquezas e concomitantemente a produção diferenciada do espaço, destacando o tipo de segregação e quem são os segregados na/da cidade de Criciúma utilizando-se no primeiro momento da análise quantitativa e no segundo momento da análise qualitativa.

Concluiu-se qualitativamente que a dinâmica social e econômica da cidade de Criciúma é constituída de territorialidades urbanas das mais variadas formas e funções, de grupos sociais e econômicos distintos que produzem e revelam uma heterogeneidade no espaço urbano de Criciúma, ora, fragmentando-o, ora integrando-o. E quantitativamente verificou-se que a diferenciação da renda é fruto da estratificação em níveis sociais dentro da economia capitalista e, para a sociedade capitalista, a apropriação e distribuição desigual da riqueza, produzida socialmente, são mecanismos primordiais para exclusão, marginalização ou inclusão ao acesso dos meios de consumo, sejam eles coletivos ou individuais. Estes aspectos produzem na cidade o que Arroyo (2006) denomina de separação socioespacial considerável de acordo com poder aquisitivo, que se mostra decisivo nas escolhas das áreas a serem frequentadas e evidencia a segmentação e segregação socioespacial existente no espaço urbano de Criciúma.

Quantitativamente, os dados representam na sua concretude a realidade econômica e social da cidade de Criciúma, confirmando a desigualdade de renda, seja, entre os indivíduos ou entre os bairros, principalmente entre os bairros localizados na área Central com alguns bairros localizados nos Subcentros cujo nível de rendimento fica aquém do centro da cidade. Os dados evidenciaram que a realidade econômica dos habitantes e dos respectivos bairros da cidade de Criciúma vai ao encontro da realidade educacional dos mesmos, sendo perceptíveis que os bairros nos quais apresentam menores rendimentos per capita, são os mesmos que apresentam os piores índices de escolaridade, sobretudo, que os bairros com estes dois aspectos deficitários, são os que apresentam maiores precarização das moradias e do acesso à urbanidade.

Diante das relações de poder sobre o território da cidade de Criciúma, que busca controlar o rendimento de certo grupo social e principalmente no que tange o seu nível de escolaridade afirma-se que os segregados na cidade de Criciúma apresentam-se de várias formas, uma delas, e, penso ser a principal é a segregação

educacional e econômica. É impossível produzir uma cidade sem desigualdade social, com a inexistência e padrões de moradias diferenciadas, com acesso aos serviços públicos ou privados de forma homogênea, com predominância da coletividade ao invés da individualidade, sem preconceitos e discriminação, enquanto existir desigualdade de renda e ensino diferenciados e direcionados para diferentes classes sociais.

É no mínimo necessário e urgente, priorizar a prática da isonomia de ensino, enquanto houver ensino diferenciado para as classes sociais existirá, a fragmentação social e econômica sobre a cidade e na cidade. Existirão grupos sociais segregados da urbanidade da cidade e grupos sociais usufruindo e controlando a urbanidade da cidade. A expropriação de certos grupos sociais da urbanidade da cidade e de certos espaços da cidade é a forma de segregação e diferenciação socioespacial mais factível na cidade de Criciúma.

O emaranhado que envolve as relações de poder que controlam e conduzem a produção do espaço urbano e da cidade de Criciúma, produziu e está produzindo uma cidade focada tão somente para a perversidade do lucro. Esta perversidade do lucro jamais irá priorizar os espaços coletivos, que propagam a manifestação cultural, vivência coletiva e social, sejam teatros, praças, ruas, pistas de skate, quadras esportivas, entre outros aspectos.

Nesse sentido, a presente cidade de Criciúma segrega as pessoas de vários aspectos, mas principalmente da urbanidade e do direito a usufruir dos equipamentos urbanos que de modo geral estão localizados com menor existência ou qualidade nos bairros mais precarizados e com os piores níveis de educação e renda. Esta segregação socioespacial presente em Criciúma é consequência das políticas públicas que buscam atender aos interesses dos agentes produtores do espaço urbano, sendo possível afirmar que a diferenciação da renda dentro da economia capitalista conduz uma apropriação e distribuição e acesso desigual dos equipamentos urbanos sejam eles de meios de consumo coletivos ou individuais que seleciona os usuários conforme seus níveis de rendimentos.

Está lógica produtiva atrelada à visão administrativa presente na cidade de Criciúma qual o poder legislativo é constituído em sua maioria por representantes empresariais e religiosos que priorizam seus próprios interesses e das respectivas classes, não resultaria em outra cidade a não ser esta que temos cujo transporte coletivo atua com passagens extremamente altas fazendo com que se tenha a

predominância do automóvel reforçando o individualismo, sendo que o sistema de saúde predominante é o da iniciativa privada, principalmente por propagar uma educação para classe trabalhadora, ou seja, escolas públicas, focada no meio de dominação social ao invés de emancipação social.

Não resultaria em outra cidade em que os padrões de segregação educacional e de renda são gritantes como se verificou com base nos dados sobre analfabetismo quais evidenciaram que o bairro Renascer e Cristo Redentor localizados no Subcentro Próspera e o bairro Paraíso, Tereza Cristina e Boa Vista no Subcentro Pinheirinho são os que apresentam maior percentagem de não alfabetizados, portanto, são bairros mais segregados educacionalmente da/na cidade de Criciúma.

Principalmente demonstraram que os bairros Tereza Cristina com 63,5%, Paraíso 72,05%, Boa Vista 49,11%, Renascer 65,30% e Cristo Redentor com 31.83% apresentam ganhos domiciliar per capita de até 01 salário mínimo. Portanto, são os bairros mais segregados economicamente na/da cidade de Criciúma. Em contrapartida os bairros Pio Correa, Comerciário e São José, localizados na área Central concentram apenas 9,53% domicílios com rendimento per capita de até 01 salário mínimo, 43,33% com rendimento de 01 a três salários mínimos, 22,82% de 03 a 05 salários mínimos e 24,54% de 05 ou mais salários mínimos, evidenciando que estes três bairros possuem a maior concentração de renda na/da cidade.

Diante deste estudo, destaca-se que a questão não é desqualificar a cidade, não é esta a questão, mas sim, frisar e colocar em questão que esta forma de produzir o espaço e a cidade, não funciona, pelo menos do ponto de vista social, talvez econômico. Pois, não será aceita de forma passível por toda sociedade, existirá uma resistência, por determinado grupos sociais, que não aceitarão tamanha segregação e diferenciação socioespacial, existirá formas e práticas de reivindicar o direito à cidade e, sobretudo a sociabilidade.

Uma delas é feita através dos movimentos sociais, que mesmo cooptados pelo poder econômico dos representantes do capital, pelo próprio poder público amparado pela estrutura militar que reprime de toda e qualquer forma estes movimentos e, principalmente pelos meios de comunicação de massa que marginalizam e criminalizam toda e qualquer forma de representação social, esses movimentos sociais tentam e, às vezes conseguem contribuir para uma cidade menos individualista.

Por fim, conclui-se que os agentes produtores ou classes sociais que controlam esses mecanismos e práticas produtoras do espaço urbano e da cidade desigual educacionalmente e economicamente, são os mesmos que necessitam desses aspectos totalmente heterogêneos, para segregar certas classes sociais da cidade e do direito à cidade, que não os deixam usufruir da urbanidade da cidade, de viver a cidade e na cidade, são os mesmos que produzem o processo de segregação socioespacial existente na cidade de Criciúma.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. da A. **A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano.** (Org.) A produção do espaço urbano: agentes e processos escalas e desafios. A. F. A. Carlos. M. L. D. SOUZA. M. E. B. SPOSITO. São Paulo: Contexto, 2011.

AMREC. **Associação dos Municípios da Região Carbonífera.** Disponível em: <<http://www.amrec.com.br/home/>> Acesso em: 12 de novembro de 2012

ANJOS, F. **O sistema urbano multipolarizado de Santa Catarina:** (Org.) Cidades médias: espaço em transição. M. E. B. SPOSITO O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ARROYO, M. M. **Dinâmica territorial, circulação e cidades médias.** Cidades médias: Produção do espaço. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BELASANTACATARINA. Disponível em: < <http://www.belasantacatarina.com.br> >. Acessado em 10 de janeiro de 2013.

CÂMARA, M. R. Mineração e crescimento urbano em Criciúma: contribuições para um debate. In: GOULART F. A. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina,** Florianópolis : Cidade futura,2004.

CONSTRUTORAFASE Disponível em: <http://www.construfase.com.br/> >. Acessado em 18 de janeiro de 2013

CONSTRUTORA FONTANA: Disponível em: <<http://www.construtorafontana.com.br/>> acesso em: 10 de janeiro de 2012

CARLOS, A. F. A. **A Cidade.** 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. A. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994. 270 p.

_____. **Da organização a produção do espaço no movimento do pensamento geográfico.** (Org.) A produção do espaço urbano: agentes e

processos escalas e desafios. A. F. A. Carlos. M. L. D. SOUZA. M. E. B. SPOSITO. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004. 154 p

_____. **Espaço Tempo na Metrópole:** a fragmentação da **vida** cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.** V, 1. A sociedade em rede; 2 – Poder da Identidade; 3 – O Fim do Mil nio. São Paulo: paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, M. **Introdu o a história da filosofia:** dos pr -socráticos a Aristóteles. São Paulo: brasiliense, 1994.

CORRÊA, R.. L. **A rede urbana.** – São Paulo:  tica, 1989

_____. **Construindo o conceito de cidade média:** (Org.) Cidades médias: espaço em transi o. M. E. B. SPOSITO O. 1 . ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo:  tica, 2002.

_____. **Estudos Sobre a Rede Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

_____. **Sobre agentes sociais, escala e produ o do espaço:** um texto para discussão (Org.) A produ o do espaço urbano: agentes e processos escalas e desafios. A. F. A. Carlos. M. L. D. SOUZA. M. E. B. SPOSITO. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Trajetórias Geográficas.** Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Região e organiza o espacial.** 3  Ed. São Paulo: Editora  tica S.A. 2000

DANYSONHODEARTE. Disponível em: < <http://danysonhodearte.blogspot.com.br/p/fotos-de-criciuma.html>>. Acessado em 10 de janeiro de 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995-1997. 5 v

ELIAS, D. **Novas Dinâmicas territoriais no Brasil agrícola: Cidades médias: Produção do espaço**. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ENGEPLUS. Disponível em: < <http://www.engeplus.com.br/0,,50490,.html>>. Acessado em 10 de dezembro de 2012.

_____. Disponível em: < <http://www.engeplus.com.br/0,,50490,.html>>. Acessado em 10 de janeiro de 2013.

ESPÍNDOLA, A. CARLOS, H. P. B.. **Considerações sobre a formação dos espaços de poder**. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 55 – 70. Florianópolis, 2010.

FILHO, O. B. A. **Origem, evolução e prespectivas dos estudos sobre cidades médias**: (Org.) Cidades médias: espaço em transição. M. E. B. SPOSITO O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FOUCAULT, M. MACHADO, R. **Microfísica do poder**. 22.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 295 p.

GOOGLE. EARTH- MAPAS. <Http://mapas.google.com>. Consulta realizada em julho de 2012.

GOULARTI, F. A. **Ensaio sobre a economia sul-catarinense**. Criciúma, SC: UNESC, 2003. 175 p.

_____. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas, SP: Do autor, 2001. 373 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 395p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12. ed São Paulo: Loyola, 2003. 349 p.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 739 p.

HUGHES, P. J. **Segregação socioespacial e violência na cidade de são paulo**: referências para a formulação de políticas públicas. São Paulo perspec, vol.18 no. 4. 25p. 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: dezembro de 2011.

_____. Banco de Dados Agregados. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: dezembro de 2012.

_____. Banco de Dados Agregados. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 dezembro de 2012.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso em janeiro de 2012.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em julho de 2012.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em 7 de novembro 2012.

_____. Banco de Dados Agregados. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 dezembro de 2012.

IPAT. **Instituto de pesquisas ambientais e tecnológicas**. Universidade do Extremo Sul Catarinense. <<http://www.unesc.net/~pdp/pdf/PDP2007URB01-07-103.pdf>> Acesso em: 11 de abril de 2012

IPEA Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos Coordenação Geral de Política Urbana. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. 206 p. (Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil; v. 6).

JUNIOR, S. C. D. T; PEREIRA, J. C. M. **Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental**: (Org.) Cidades médias: espaço em transição. M. E. B. SPOSITO O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAHORGUE, M. L. **Cidade: obra e produto**. Geosul. Florianópolis, V. 17, n. 33, p. 45-60, jan./jun. 2002.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 190p.

_____. **La production de l'espace**. Éditions Anthropos: Paris, 1986.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **A Revolução Urbana**. (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 359 p.

MAIA, D. S. **Lotes e rua: componentes para análise da produção dos loteamentos fechado.** (Org.) Cidades médias: Produção do espaço. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARCUSE, P. **Enclaves, sim; Guetos, não:** A segregação e o estado. Tradução: Mario M. Chaves Ferreira. Espaço & Debates, v 24, n 45 p 24-33, São Paulo, 2004.

MARICATO, E. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade.** *Estudos Avançados*, vol.17, nº 48, p. 151-167, 2003. Artigo: *Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 249-265.

MARTINS, D. P. **Funcionalidade urbana do bairro Humaitá, Porto Alegre-rs.** Geografia: Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 356-362, 2009.

MARTINS, J.de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, K.: ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 1º. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Textos.** São Paulo: Alfa-Omega, 1977

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MELAZZO, E. S. **Indicadores empíricos para a leitura de cidades de porte médio.** (Org.) Cidades médias: espaço em transição. M. E. B. SPOSITO O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital.** 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, D. D. **Agricultura e mineração na formação do espaço urbano de Criciúma.** In: GOULART F. A. Memória e cultura do carvão em Santa Catarina, Florianópolis : Cidade futura,2004.

OLIVEIRA, A. U. de. **Educação e ensino de geografia na realidade brasileira**. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.). Para onde vai o ensino da geografia? 4. ed. São Paulo: Pinski, 1994. p. 135-144.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 159 p

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 1º. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PANORAMIO. Disponível em: < <http://www.panoramio.com> Praça do congresso/ >. Acessado em 10 janeiro de 2013.

PHOTOBUCKET. Disponível em: <http://i220.photobucket.com/albums/dd237/fernandogeremias/criciuma1.jpg/> >. Acessado em 15 dezembro de 2012.

PIRES, E. L. S. **Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos**. (Org.) Cidades médias: Produção do espaço. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PMC. **Prefeitura Municipal de Criciúma**. Disponível em: < www.criciuma.sc.gov.br/site/noticia/ >. Acessado em 20 de agosto de 2012.

_____. **Prefeitura Municipal de Criciúma**. Disponível em: < http://www.criciuma.sc.gov.br/site/slir/w1000-h1000/upload/imagens/noticias/3133_imagem_1.jpg/ >. Acessado em 20 de agosto de 2012.

_____. **Prefeitura Municipal de Criciúma**. Disponível em: < http://www.criciuma.sc.gov.br/site/upload/ckfinder/files/LC095_12_pelc_019_09_Plan_o_Diretor_com_indice.pdf >. Acessado em 10 de janeiro de 2013

PONTES, B. M. S. **As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas**. Cidades médias: Produção do espaço. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PORTALCRIÚMA. Disponível em: < http://www.megaportalcriciuma.com.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=236:contnua-os- >

trabalhos-de-revitalizacao-de-ruas-e-calcadas-em-criciuma&catid=34>. Acessado em dezembro de 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3º. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, L. C. Q. **Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios**. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS J. O. A. dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 261-289.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, N. M. **Segregação socioespacial e ações do plano diretor** no bairro Maria Eugênia e a área central de viçosa, MG. Rev.Geogr. Acadêmica v.4, n.1, p. 56-70 (vii.2010).

RODRIGUES, T. J. M. Memória, **Jornal da Manhã**. Criciúma, 30, mar,1998, p. 98.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. **As armadilhas do pacote habitacional**. Le Monde Diplomatique Brasil, marco, (2009).<http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/armadilhas_do_pacote_cc.pdf> Acesso em Agosto de 2012.

_____. (Org). **Regulação urbanística e exclusão territorial**. 1. ed. São Paulo: Instituto Pólis)1999. v. 1.

ROMA, M. C. **Segregação socioespacial em cidades pequenas: entre semelhanças e diferenças**, 2008. disponível em: geografianaveia.blogspot.com acesso 10/05/2011.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

_____. **A urbanização Brasileira**. 5º Ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **O espaço do cidadão.** 5 ed São Paulo: Nobel, 2000. 142 p.

_____. **Espaço e sociedade.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1979. 152 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 2. ed Rio de Janeiro: ed. Record, 2001. 473 p

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 2º. ed. São Paulo; Expressão Popular, 2010. 200.p.

SAQUET, D. B.; SAQUET, M. A. **Parques industriais, fluxos e redefinição do espaço urbano.** Cidades médias: Produção do espaço. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SERPA, A. **Lugar e centralidade em um contexto metropolitano.** (Org.) A produção do espaço urbano: agentes e processos escalas e desafios. A. F. A. Carlos. M. L. D. SOUZA. M. E. B. SPOSITO. São Paulo: Contexto, 2011.

SIEBERT, C. **A Rede Urbana de Santa Catarina – Abordagem Trans-escalar XIII ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR – Maio de 2009 – UFSC - Florianópolis – SC.**

SILVA, A Disponível em: < <http://allensilva.blogspot.com.br/2011/07/casa-prestes-desabar-no-renascer.html>>. Acessado em maio de 2012.

SILVA, J. M. P.; SILVEIRA, M. R. **Geografia econômica do Brasil: temas regionais.** São Pulo: FCT/Unesp, 2002. 248 p.

SILVA. W. R. Da **Centralidade e produção de loteamentos fechados na cidade de Londrina - PR.** Cidades médias: Produção do espaço. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Londrina e Maringá enquanto cidades médias: desconstruindo o mito das regiões metropolitanas do Norte do Paraná.** (Org.) Cidades médias: espaço em transição. M. E. B. SPOSITO O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SKYSCRAPERCITY. Disponível em: < <http://www.skyscrapercity.com>>. Acessado em 10 de janeiro de 2013

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, P. R. **Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil**. *Cidades médias: Produção do espaço*. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOBARZO, O. **A produção do espaço público em Presidente Prudente: reflexões na perspectiva dos loteamentos fechados**. (Org.) *Cidades médias: Produção do espaço*. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA, M. A. A. de. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994. 257 p

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003-2005.

SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: escala, diferenças e desigualdades scocioespaciais**. (Org.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos escalas e desafios*. A. F. A. Carlos. M. L. D. SOUZA. M. E. B. SPOSITO. São Paulo: Contexto, 2011.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 80 p.

_____. **Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil**. *Cidades médias: Produção do espaço*. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. 1a. ed. Presidente Prudente: GASPERR, 2001. v. 1. 643p

_____. **A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais**. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999^a.

SULINFOCO. Disponível em: < <http://www.sulinfoco.com.br/homem-e-assassinado-em-casa-com-dois-tiros>>. Acessado em julho de 2012.

SUMARIVA, M N. L (Org) **PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS** Instituto de pesquisas ambientais e tecnológicas – IPAT Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. 2009

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicada nas áreas da saúde e humanas.** Petrópolis: Vozes, 2003. 688 p.

UEDA, V. **Loteamentos fechados e a produção do espaço urbano: algumas reflexões. Cidades médias:** Produção do espaço. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E. B.; SOBARZO. O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VIGNOLI, J. R. **Segregacion Residencial: um acercamiento sociohistorico.** Anos 90 n.14, Porto Alegre, dezembro de 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2.ed São Paulo: Studio Nobel, 2001. 373 p

WHITACKER, A. M. **Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização:** (Org.) Cidades médias: espaço em transição. M. E. B. SPOSITO O. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WORDPRESS. Disponível em: < <http://letrasdespidas.files.wordpress.com/2010/12/justic3a7adistributiva-1.jpg> >. Acessado em 10 de janeiro de 2013.